

ISSN 1516-8085

**ANPOCS** **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais**

**54**

**Neste número:**

**Política Comparada  
Publicidade e Cultura II  
Ciência, Tecnologia e Inovação  
Sociologia Ambiental  
A Medida das Leis**

  
**EDUSC**

ISSN 1516-8085

# bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais**



A N P O C S

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

*Editor*

Charles Pessanha (IUPERJ, UFRJ)

*Comissão Editorial*

José Ricardo Ramalho (UFRJ); Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ); Ricardo Benzaquen (IUPERJ)

*Conselho Editorial*

André Singer, USP; Maria Celina D'Araújo, UFF; Clarissa Baeta Neves, UFRGS; Edna Castro, UFPA; Fernanda Arêas Peixoto, Unesp, USP; John Dawsey, USP; Jorge Zaverucha, UFPE; Leonilde Sérvolo de Medeiros, UFRRJ; Marcos Lanna, UFPR

*Edição*

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli  
Preparação/revisão de textos/copidesque: Ana Novais  
Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans  
Editoração eletrônica: Carlos Fendel/Hilel Hugo Mazzoni

*Produção gráfica*

EDUSC

*Appropriate articles are abstracted/indexed in:*

Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996) - São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais.

ISBN 1516-8085

1. Ciências humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciências Política 5. Antropologia I.  
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar • Universidade de São Paulo – USP

05508-900 São Paulo – SP

Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043 / e-mail: [anpocs@anpocs.org.br](mailto:anpocs@anpocs.org.br)

Programa de apoio a Publicações Científicas

MCT



EDUSC

Editora da Universidade do Sagrado Coração  
Rua Irmã Arminda, 10-50

17011-160 – Jardim Brasil – Bauru-SP

Tel. (14) 235 7111 – Fax (14) 235 7219

e-mail: [edusc@usc.br](mailto:edusc@usc.br)

**Sumário**

<b>Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil</b>	<b>5</b>
<i>Maria Helena de Castro Santos</i>	
<i>Marcelo J. V. Coutinho</i>	
<b>Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)</b>	<b>43</b>
<i>José Carlos Durand</i>	
<b>Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento</b>	<b>67</b>
<i>Maria Lucia Maciel</i>	
<b>Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil</b>	<b>83</b>
<i>Leila da Costa Ferreira</i>	
<i>Lúcia da Costa Ferreira</i>	
<b>A Medida das Leis: Do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável</b>	<b>101</b>
<i>Paolo Ricci</i>	
<b>Teses e Dissertações</b>	<b>125</b>
<b>Trabalhos Publicados: 1975-2002</b>	<b>139</b>

**Colaboraram neste número:**

**Maria Helena de Castro Santos** é doutora em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT e professora-adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB. É autora de *Política e Políticas de uma Energia Alternativa: o caso do Prodlcool* (Rio de Janeiro, Ed. Notrya/ANPOCS, 1993). Atualmente seus temas de interesse são democratização, relações civis-militares, relações Executivo-Legislativo, política de defesa e segurança, novo papel das Forças Armadas na América Latina, tratados de uma perspectiva comparada.

**Marcelo J. V. Coutinho** é mestre em Relações Internacionais e doutorando em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ.

**José Carlos Durand** é professor titular (sociologia) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, onde coordena o Centro de Estudos da Cultura e do Consumo. Publicou *Arte, Privilégio e Distinção* (1989) e *Moda, Luxo e Economia* (1988). Dedica-se também a questões teóricas e práticas de política e gestão cultural, e dirige projeto de pesquisa coletivo acerca da história social da publicidade e do marketing no Brasil.

**Maria Lucia Maciel** é professora do Departamento de Sociologia e pesquisadora do Núcleo de Política Científica e Tecnológica da Universidade de Brasília (UnB); Pesquisadora Visitante no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RedeSist); e professora associada do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da mesma Universidade.

**Leila da Costa Ferreira**, livre docente em Sociologia, é professora associada do Departamento de Sociologia da Unicamp. É autora, dentre outros, de *A questão ambiental. Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil* (São Paulo, Boitempo Editorial, 1998).

**Lúcia da Costa Ferreira**, doutora em Ciências Sociais, é pesquisadora e coordenadora do NEPAM/UNICAMP, secretária executiva da ANPPAS e co-editora da Revista *Ambiente & Sociedade*. Tem desenvolvido pesquisas e publicado sobre o tema dos conflitos sociais em torno de recursos naturais.

**Paolo Ricci** é mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente cursa o doutorado em Ciência Política, na mesma instituição. Suas áreas de interesse são políticas públicas e instituições políticas comparadas.

## Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil\*

*Maria Helena de Castro Santos  
Marcelo J. V. Coutinho*

### Introdução

A área de política comparada está ainda pouco estruturada na academia brasileira. Embora exista um número expressivo de trabalhos, artigos, teses e projetos de pesquisa que adotam a perspectiva comparada, não há, na maioria dos principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais do país, atividades científicas coerentemente estruturadas sob essa abordagem e nem uma preocupação institucional em desenvolver a área.

Se adotarmos a concepção mais estreita de política comparada, que exige a referência a dois ou mais países, a produção científica brasileira reduz-se drasticamente. De fato, raramente o Brasil se compara com outros países. As comparações são temporais. Compara-se o Brasil com o Brasil. Como consequência relevante, observa-se a discrepância das avaliações dos processos políticos e das políticas governamentais entre o ponto de vista da nossa academia e das academias do mundo desenvolvido. Exemplos importantes, com consequências práticas significati-

vas, são as diferentes percepções no âmbito doméstico e internacional das transições política e econômica, especialmente no que se refere ao ritmo das reformas econômicas.

O Brasil é vítima, então, da sua dimensão continental, e a academia brasileira fica presa ao seu paroquialismo. É bem verdade, entretanto, que nossa produção de boa qualidade está sempre referida à ponta da literatura dos países avançados, especialmente os Estados Unidos, de onde importamos grande parte de nossa agenda de pesquisa.<sup>1</sup>

Mesmo referidos, em grande medida, à política comparada norte-americana, passamos ao largo do grande debate contemporâneo que sacode esse campo. Os estudos de área, freqüentemente associados a estudos de caso ou de pequeno número de casos, têm estado sob ataque dos adeptos da escola racional, geralmente combinada com a teoria dos jogos, a análise de grande número de casos e as técnicas estatísticas avançadas. Como deveríamos nos situar nesse debate? Mesmo que nos sintamos alheios a essa controvérsia, é importante, pelo menos, conhecê-la, sob pena de continuarmos a importar

---

\* Este artigo foi preparado para a Associação Brasileira de Ciência Política e discutido em sua primeira versão no Seminário "A Ciência Política no Brasil: Estado da Arte e Perspectivas", Ouro Preto, Minas Gerais, promovido pela Associação em julho de 2000. Agradecemos aos seus participantes pelos excelentes comentários a este trabalho. Somos gratos, especialmente, a Fernando Limongi, pela leitura cuidadosa e comentários estimulantes. Desnecessário dizer, contudo, que somos os únicos responsáveis pelos resultados e idéias aqui contidos.

acriticamente a pauta de pesquisa e a metodologia predominante na mais influente academia do mundo desenvolvido.

O objetivo deste artigo é avaliar a área de política comparada em nossa academia. Essa tarefa impõe uma discussão mais rigorosa sobre a definição de política comparada. É um campo de conhecimento ou um método? Aplica-se somente a estudos que comparem mais de um país? Ou somente ao estudo de outros países? Os estudos de caso e comparações temporais do mesmo país podem ser qualificados como comparativos, desde que referidos ao instrumental conceitual-teórico da literatura de política comparada?

As outras subáreas da Ciência Política referem-se, em geral, a temas, o que permite analisar melhor o estado das artes de cada uma e avaliar suas perspectivas futuras. No caso da política comparada, porém, fica-se limitado ao levantamento das iniciativas científicas, ainda esparsas, pautadas pela perspectiva comparada, e à avaliação das possibilidades de estruturar a área em nossa academia. A ênfase, por conseguinte, é no método, abrangendo, portanto, essa subárea vários temas.

Neste artigo, após definirmos o que entendemos por estudos comparados e política comparada, oferecemos uma breve revisão sobre o campo e o método comparado e resumimos o grande debate metodológico que domina atualmente essa área na academia norte-americana. Procuramos, em seguida, trazer uma medida da presença da perspectiva comparada em nossos encontros profissionais, nas linhas e nos projetos de pesquisa que desenvolvemos, nos artigos que publicamos e nas teses que orientamos. Finalmente, o artigo trata de indicar tanto os obstáculos como as vantagens e os pontos favoráveis à estruturação da área em nosso meio, apresentando sugestões nessa direção e um esboço de agenda de pesquisa.

### Por que Comparar?

Recorremos a Sartori (1994) para responder a essa indagação. Compara-se para controlar (verificar ou falsificar) se as generalizações se mantêm através dos casos aos quais se aplicam. Comparar é apenas uma rota de produção de conhecimento e, como todas as outras, visa a compreender os fenômenos de interesse. Comparar é, contudo, a única rota que permite buscar explicações causais nas ciências sociais.

Há várias formas de controlar: por meio dos métodos experimentais, dos métodos estatísticos e do chamado método comparado (análise sistemática de pequeno número de casos). O controle experimental e o estatístico são instrumentos mais poderosos de controle do que o método comparado. Mas, em ciências sociais, o método experimental tem aplicabilidade limitada e o estatístico requer muitos casos e bancos de dados nem sempre disponíveis. Frequentemente, portanto, o pesquisador enfrenta o problema de “muitas variáveis e pequeno número de casos” (Lijphart, 1971). Nesse caso, a melhor opção é o método comparado de controle.<sup>2</sup>

No âmbito deste trabalho, são objetos de consideração tanto os estudos com pequeno (qualitativos) como com grande número de casos (quantitativos), cujas variáveis explicativas foram submetidas, respectivamente, ao controle comparativo e ao controle estatístico. Foram incluídos também os estudos de caso referidos ao instrumental teórico-metodológico do campo comparado. Valhemo-nos aqui mais uma vez de Sartori, para o qual,

[...] um *scholar* pode ser implicitamente comparativo sem comparar, isto é, desde que um país ou uma unidade de estudo esteja entranhado em um contexto comparativo e que seus conceitos, seus instrumentos analíticos sejam comparáveis (Sartori, 1994, p. 15).

Wiarda e Collier igualmente enfatizam a importância dos estudos de um só país para o campo da política comparada. Para Wiarda, estudos de um só país, de uma instituição particular, de um processo ou de uma política pública deste país

[...] são provavelmente os mais fáceis para jovens estudantes da área. Mas, ao focar em um só país ou instituição, será necessário um parágrafo introdutório colocando esse estudo em um contexto comparativo maior (Wiarda, 2000, p. 8).

Para Collier, comparações sistemáticas dentro de um mesmo país, inclusive focalizando processos de mudança ao longo do tempo, também permitem caracterizar um estudo como “comparado”. Esses estudos são, freqüentemente, bem-sucedidos em colocar o caso analisado em perspectiva comparada, combinando, assim, análise intensiva de um país com comparações mais amplas. Finalmente, argumenta o autor, a seqüência de uma carreira que começa com o estudo de um só país e passa para estudos com vários países

[...] não só é comum, como lógico, e uma grande proporção de *scholars* que desenvolveram suas carreiras baseadas em um importante trabalho comparativo de múltiplos países começou de fato com dissertações de um só país (Collier, 1999, p. 5).

Analisamos, em seguida, os distintos significados do conceito de política comparada, conforme tratado pelos *scholars* da área.

### **O Método e o Campo de Política Comparada**

Política comparada é um campo ou um método? Os especialistas dividem-se a esse respeito. Para Lijphart (1971) e Holt e Tur-

ner (1970), política comparada é um campo da Ciência Política que se define pela abordagem metodológica e não por um corpo de conhecimento substantivo. Sartori também adota essa definição. Criticando a área de política comparada nos Estados Unidos, ele aponta para o fato de que o campo se define aí pelo estudo de “outros” países e está impregnado de muitos *scholars* que, na realidade, não são comparativistas. De fato, continua o autor, muitos especialistas do campo não se qualificam como tal, não apenas porque só estudam um país, mas também o fazem sem noção do método comparado, nem explícito nem implícito. Daí a razão de a ênfase no método ser essencial.

Para Schmitter (1993), política comparada é tanto um campo de conhecimento como um método de análise. Por método comparado, diz ainda o autor, entenda-se um esforço analítico para explorar similaridades e diferenças entre unidades políticas, como base para testar hipóteses, construir teorias e inferir causalidade. Por campo de conhecimento, dentro da Ciência Política, segue o autor, entenda-se o estudo “de outros países e outros povos”. Seu *status*, nos Estados Unidos, tem sido um tanto marginal, diz ainda o autor, situando-se entre, de um lado, *American Politics* (tratada implicitamente como não comparável) e, de outro, Relações Internacionais (explicitamente considerada mais consequencial). Teoricamente, o método e o campo de conhecimento são complementares. Na prática, nem tanto.

Já para Wiarda (2000, pp. 7-12), política comparada é um campo que envolve o estudo sistemático e a comparação dos sistemas políticos do mundo, procurando explicar tanto as suas diferenças como as suas similaridades. Procura identificar padrões, processos e regularidades dos sistemas políticos, e caracteriza-se por uma metodologia rigorosa e efetiva.

Mesmo que neste trabalho tenhamos adotado o método como forma de identificar



os estudos que compõem a área de política comparada no Brasil, vale à pena, dada a forte influência que a academia norte-americana exerce sobre a nossa produção científica, caracterizar brevemente o campo, suas origens, sua ligação com a política externa norte-americana e seus instrumentos metodológicos.

### *Origens do Campo*

O campo de política comparada desenvolve-se nos anos de 1950 nos Estados Unidos, paralelamente à revolução behaviorista, em pleno contexto da Guerra Fria. Referida ao estudo de outros países, a área surge confinada geograficamente e imprensada, por assim dizer, entre *American Politics* e Relações Internacionais.

Nos anos de 1960 e 1970, segundo Wiarda, a política comparada era a fonte maior de construção teórica, um campo inovador e provocativo, que atraía os melhores e os mais brilhantes entre os jovens pesquisadores. Todas as possibilidades estavam abertas para o grande número de países em desenvolvimento e as novas nações que surgiram no pós-guerra: democracia, autoritarismo, marxismo, revolução, corporativismo, totalitarismo, fragmentação e desintegração, guerra civil. O debate girava em torno de grandes sistemas internacionais. Buscava-se uma teoria geral, universalista, que explicasse as características de todos os sistemas políticos e seus possíveis desenvolvimentos.<sup>3</sup> Nesse contexto, os *scholars* norte-americanos desenvolvem a teoria da modernização. O paradigma dominante é o desenvolvimentismo, base da política externa norte-americana e, sobretudo, da política de ajuda deste país, da qual são exemplos a Aliança para o Progresso e o Corpo da Paz. Acreditava-se que se promovendo o desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo, automaticamente se seguiria o desenvolvimento político, leia-se, democracia. Huntington (1968) quebra

essa linha evolucionista e alerta para o fato de que o resultado da modernização pode ser, não o desenvolvimento político, mas *political decay*, chamando a atenção para a importância das instituições e da construção institucional para evitar essa última alternativa. O importante para esse autor é a estabilidade do sistema político pró-ocidente, mesmo que a saída seja autoritária.

Ainda nos anos de 1960 e 1970 surge a reação ao etnocentrismo norte-americano, advinda de outras regiões do mundo. Na Europa temos Lijphart (consorciacionismo – Holanda, Bélgica, Suíça e Áustria)<sup>4</sup> e, tomando como referência empírica seus países de origem, Sartori (padrões de competição polarizados e centrífugos do sistema partidário, Itália)<sup>5</sup>, Linz (regimes autoritários, Espanha)<sup>6</sup>. Da América Latina surge a teoria da dependência (Cepal, Cardoso e Faletto)<sup>7</sup> e o burocrático-autoritarismo (O'Donnell).<sup>8</sup>

Quanto às ferramentas metodológicas disponíveis para o campo emergente, registra-se, com a revolução behaviorista, a ênfase no comportamento e na ação e o surgimento de novas formas de dados, novas formas de compilação e novas técnicas de análise. Os *scholars* passam a basear suas pesquisas em dados agregados e *surveys*, elegendo o Estado-nação como a exclusiva unidade de análise do campo comparado. Apesar do progresso significativo, contudo, ainda existiam muitos problemas metodológicos derivados do uso dos padrões então prevalecentes de lógica e inferência.<sup>9</sup>

### *O Campo Hoje*

Com o fim da Guerra Fria, o debate acerca dos grandes sistemas acabou. A democracia triunfou largamente na esfera política, sendo o único sistema de governo que goza de total legitimidade no nível global. Mercado livre e *dwonsizing* do Estado prevalecem sobre estatismo, *welfare state* e economia planejada.

Tem-se, então, o triunfo da democracia, do consumerismo e do neoliberalismo ou de uma forma mista de capitalismo e *social welfare*.

Há, de certa forma, uma volta ao determinismo da teoria da modernização. É verdade que democracia não é mais vista pela literatura especializada como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento econômico. De fato, democracia é hoje encarada como um desafio aos regimes não-democráticos, difícil de ser enfrentado, mas certamente plausível e com chances concretas de sucesso.<sup>10</sup> De uma maneira geral, então, implícita ou explicitamente, os autores manifestam a “esperança” de que os sistemas políticos emergentes venham a se tornar democráticos e consolidados. Surge, assim, uma vasta literatura dedicada à análise dos fatores e das condições favoráveis à promoção e à consolidação das novas democracias ou, ao contrário, das dificuldades e das ameaças a esses processos.<sup>11</sup> O governo norte-americano, agora teoricamente livre das ambigüidades estabelecidas no mundo da Guerra Fria – quando apoiava ditaduras anti-comunistas – e como parte de sua política externa, pressiona os países em desenvolvimento em direção ao sistema político democrático.<sup>12</sup> A “condicionalidade política” passa a ser, nos anos de 1990, imposta aos países emergentes pelas agências multilaterais de desenvolvimento – FMI, Banco Mundial – em justaposição à condicionalidade econômica das décadas passadas.<sup>13</sup>

Nesse contexto, as agendas governamentais dos países em desenvolvimento são definidas com margem muito pequena de flexibilidade. As diferenças, contudo, não podem ser ignoradas, abrindo-se, a partir daí, importante agenda de pesquisa, a ser mais detalhada adiante. Assiste-se também às grandes transformações por que passa o mundo e aos profundos processos de integração trans e internacionais – fenômeno chamado por muitos de globalização – que atingem não apenas a esfera econômica-fi-

nanceira, mas também as esferas cultural, social, tecnológica e de comunicações, e a sua contrapartida, os concomitantes movimentos de fragmentação e segmentação das sociedades nacionais. Por um lado, são movimentos velozes e homogeneizadores, que rapidamente atravessam fronteiras regionais e valorizam a busca de uma teoria universal, como a *rational choice*. Por outro, explodem as diferenças étnicas e culturais, revive-se o nacionalismo, e crescem os movimentos em direção a novas aglutinações regionais, exigindo estudos de caso cuidadosos dos novos países, seus conflitos e estratégias de defesa.

Essas tendências, impulsos e estímulos da política comparada refletem-se no grande debate metodológico que agita, atualmente, o campo, animado tanto pelo avanço das técnicas estatísticas de controle, inclusive para pequeno número de casos, como pela recuperação ou surgimento de novas lógicas de inferência e o tratamento formalizado ou quantitativo de comparações qualitativas, como, por exemplo, a álgebra booleana e a análise de *fuzzy-set*.<sup>14</sup>

### Comparar como? O Grande Debate Metodológico

No final dos anos de 1960 e início dos de 1970, surge uma nova literatura que estabelece o “método comparado” (*small N analysis*) como componente fundamental da política comparada, em contraste com os métodos experimental, estatístico e de estudos de caso. Vinte e cinco anos depois, assiste-se a outro grande debate metodológico na área, que coloca em campos opostos o método comparado e o método estatístico. Os dois métodos mostram uma série de afinidades eletivas com tipos de dados e de análise, compondo, por assim dizer, duas grandes classes de estudos, que assim podem ser resumidas:

- (a) Estudos de área (*area studies*): pesquisa de campo, em que os pesquisadores aprendem a língua, a história, a cultura da região ou país; método comparado, com pequeno número de casos ou estudos de casos, análise em profundidade e contextualizadas (*context-bound*); dados qualitativos, entrevistas, material histórico, *path analysis* e *process tracing*.
- (b) Estudos de escolha racional: análise não-contextualizada, pressupostos universais; métodos estatísticos, grande número de casos, e teoria dos jogos; dados quantitativos, dados agregados, *cross-section analysis*; busca de regularidades (*social scientific approach*).<sup>15</sup>

Os adeptos da *rational choice* consideram-na uma teoria universal do comportamento. Muitos desses autores referem-se a essa abordagem como sendo a verdadeiramente científica, em oposição aos especialistas de área. Esses teriam se passado para o campo de humanidades e adotado os padrões da etnografia, tendo fraco comprometimento com a teoria e nenhuma familiaridade com as abordagens matemáticas para o estudo da política. Registra-se, assim, a volta da busca de uma teoria universal, como no início do desenvolvimento do campo, quando a teoria da modernização assumiu este papel.

Embora os primeiros sinais desse debate metodológico apareçam em 1993, ele realmente se acende com o ataque ferrenho ao *area studies* vindo do presidente da Seção Organizada de Política Comparada da América Political Science Association (APSA), Robert Bates (1996). O debate é, desde então, vivo e intenso,<sup>16</sup> com várias críticas a favor de uma e outra abordagem metodológica e algumas posições que defendem a complementaridade das duas abordagens.<sup>17</sup> Não cabe aqui discorrer sobre elas. O que é certo, porém, é que o *area studies* está perdendo terreno. O número de

postos na academia norte-americana abertos aos quantitativistas e os adeptos da *rational choice* já é bem maior, e os departamentos, mesmo aqueles ainda com forte presença de especialistas de área, já orientam seus alunos para o treinamento em ambas as abordagens.

Convém ressaltar que a abordagem do *area studies* – onde os especialistas elegem uma área geograficamente delimitada, como América Latina, Europa Ocidental, Europa Central e do Leste, Leste Asiático etc. – parece não ser mais suficiente para produzir as comparações significativas do mundo de hoje, de profundas, incessantes e velozes transformações. Ou seja, o confinamento da pesquisa em determinada área geográfica não permite capturar todos os processos relevantes do mundo contemporâneo. Porém, as comparações entre regiões são trabalhosas e estão sempre incorrendo em perigo de “esticamento conceitual” (*conceptual stretching*).<sup>18</sup> Daí deriva o grande apelo da escolha racional. Essa abordagem universalista do comportamento político, exatamente por não ser *context-bound*, atravessa fronteiras com facilidade.

Robert Bates (1996a) refere-se a esse ponto explicitamente, chamando a atenção para o fato de que o crescimento da democracia com o fim da Guerra Fria, o surgimento do mercado global e a globalização da cultura ocidental reduziram a diversidade nacional e reforçaram a homogeneização da política doméstica. A prioridade é dada, assim, à explicação da semelhança e não da diferença, a qual, segundo o autor, é a matéria prima do método comparado. Isto não quer dizer, contudo, que os estudos de pequeno número de casos estejam descartados. Como o próprio Bates enfatiza, a despeito da globalização econômica, os países diferem profundamente nas formas como se integram ao mercado internacional. O mesmo ocorre com a Terceira Onda de Demo-

cratização. O modelo de democracia liberal ocidental, referência de todos os novos regimes, acomoda-se de distintas maneiras aos legados histórico-culturais e político-institucionais dos diversos países.

Quer se trate, então, de análises de grande número ou de pequeno número de casos, da utilização do método comparado ou do método estatístico, de escolha racional ou de etnografia, a agenda de pesquisa futura provavelmente não se limitará a áreas geográficas determinadas. A especialização, por exemplo, em América Latina – ministrando-se cursos correspondentes e pesquisando apenas países da área – poderá ser insuficiente. A tendência será privilegiar estudos que atravessem fronteiras regionais e comparem, por exemplo, Argentina, Brasil, Chile, Polônia e Hungria, no que se refere a características do processo de transição e consolidação democrática; ou Argentina, Chile, Brasil e Coreia do Sul, quando se trata de analisar as diferentes respostas ao programa de ajuste econômico definido pelo consenso de Washington.

É lícito supor, portanto, que *area studies* deverá de alguma forma se reestruturar, ganhando flexibilidade, atravessando fronteiras regionais, abrindo sua agenda, incorporando métodos estatísticos para análises de pequeno número de casos, ou aderindo ao uso do *fuzzy set*. Tarefa primordial dos *scholars* adeptos do método comparado (estudos de pequeno número de casos), em geral especialistas de área, será, sem dúvida, a inovação e a clarificação conceitual, já que sua vantagem relativa *vis-à-vis* as análises de grande número de casos, que era justamente a questão da validade conceitual, fica agora comprometida pelo alargamento de fronteiras.

Nossa academia passou ao largo desse debate, mas como *late, late comer* na área de política comparada, temos a vantagem de poder começar a estruturá-la já em moldes modernos.

## Estudos Comparados no Brasil

Trata-se aqui de apresentar uma medida, ainda que tentativa, das atividades científicas da nossa academia pautadas pela perspectiva comparada.

### Indicadores Quantitativos<sup>19</sup>

Como indicadores dessa avaliação, propomos examinar, no período de 1985 a 2000: (1) as teses defendidas no âmbito dos dez centros de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais<sup>20</sup> que adotem a perspectiva comparada;<sup>21</sup> (2) os artigos publicados nas revistas A e B da área, segundo a classificação da Capes, a saber, *Dados, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Lua Nova, Estudos CEBRAP e Contexto Internacional*; e (3) os trabalhos apresentados e as mesas redondas ocorridas nos encontros anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anpocs) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Os trabalhos apresentados nas duas principais associações científicas ligadas à área de Ciência Política no país e os artigos publicados nos principais periódicos da área serão utilizados como indicadores de produção científica em política comparada (técnica e bibliográfica)<sup>22</sup>. Note-se, contudo, que *grosso modo*, 20% das publicações das revistas examinadas são de autores estrangeiros, embora nesse cálculo estejam incluídas as parcerias com autores nacionais. As teses defendidas nos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política servem de sinalizadores da futura produção de nossa academia desde a perspectiva comparada. Embora a maioria das teses não chegue a ser publicada, elas, em geral, sinalizam o interesse dos jovens pesquisadores e de seus orientadores. Da mesma forma, os trabalhos comparados apresentados às duas associações científicas são fortes indicadores

da produção bibliográfica no futuro imediato da nossa comunidade acadêmica, já que grande parte deles é publicada dentro do prazo de um ou dois anos. Entretanto, não foi possível indicar a proporção de trabalhos referidos à perspectiva comparada em relação ao total de trabalhos de Ciência Política e Relações Internacionais apresentados nos encontros da Anpocs. O mesmo ocorreu em relação aos artigos comparativos publicados nos cinco periódicos nacionais A e B. A razão é a mesma: tanto num caso como no outro, o universo não se restringe a trabalhos na área de interesse, mas se amplia para incluir outras áreas das ciências sociais, o que nos levaria a subestimar significativamente a proporção dos trabalhos em perspectiva comparada. Separar os trabalhos por área de conhecimento é tarefa hercúlea e ainda assim de grande imprecisão. É possível, porém, construir esses indicadores no que se refere às teses defendidas pelos dez centros de pós-graduação em análise e aos trabalhos apresentados nos encontros da ABCP, já que nos dois casos os trabalhos referem-se especificamente à área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Vale repetir que por estudos comparados estamos entendendo tanto estudos com pequeno número de casos (qualitativos) como com grande número de casos (quantitativos), cujas variáveis explicativas são submetidas, respectivamente, ao controle comparativo e ao controle estatístico. Incluímos também os estudos de caso referidos ao instrumental teórico-conceitual do campo comparado e trabalhos voltados para a discussão deste instrumental. Dessa forma, o critério para a seleção dos estudos é metodológico. A seleção de teses, estudos e artigos com a perspectiva comparada baseou-se nos títulos dos trabalhos, em seus resumos, quando disponíveis, e no conhecimento dos autores sobre seu conteúdo. Incorremos, portanto, necessariamente, em erro de seleção. O erro, porém, foi sistemá-

tico: em caso de dúvida, considerou-se o trabalho como comparativo. Os resultados apresentados são, portanto, sobrestimados, com exceção dos estudos quantitativos, que só foram assim classificados com conhecimento do seu conteúdo.

Em aproximadamente quinze anos, nossa academia produziu 359 artigos com a abordagem comparada nos cinco principais periódicos do país da área de Ciência Política e Relações Internacionais, orientou 166 teses (mestrado e doutorado) e apresentou à Anpocs<sup>23</sup> e à ABCP<sup>24</sup>, respectivamente, 160 e 73 trabalhos com essa abordagem. Quanto às teses e aos *papers* apresentados à ABCP, os números indicados representam, igualmente, 17% do total de teses defendidas e de trabalhos apresentados (ver Tabelas 1, 3, 5, 7 e 12).

Os 160 trabalhos comparados apresentados nos encontros da Anpocs espalharam-se, ao longo dos anos analisados, por quatorze Grupos de Trabalho (GTs)<sup>25</sup> e doze Mesas Redondas. Três sessões de Seminários Temáticos adotaram a abordagem comparada explicitamente: uma sessão, em 1993, e duas outras em 2001. Não houve, desde 1986, nenhum Grupo de Trabalho especificamente voltado para a política comparada e registra-se somente uma Mesa Redonda (Política Comparada no Brasil), em 1999, que especificamente discutiu essa área como campo de estudo e como método e suas futuras perspectivas no Brasil. Já nos três Encontros da ABCP não se registrou nenhuma mesa redonda ou painéis temático que adotasse explicitamente a abordagem comparativa.

Entre os 233 trabalhos em perspectiva comparada apresentados nos encontros das duas associações científicas, predominam, sem surpresas, estudos de caso centrados no Brasil, 46% e 49%, respectivamente. Seguem-se estudos com pequeno número de casos, 28%, na Anpocs, e 26%, na ABCP. Entre os 359 artigos publicados nos cinco periódicos selecionados, contudo, surpreende a maior concentração em estudos com

pequeno número de casos (34%), ficando o número de estudos de caso do Brasil em segundo lugar, com 25%.

Nada surpreendente, porém, é a constatação do pequeno número de estudos com grande número de casos: seis trabalhos apresentados à Anpocs, quatro à ABCP e dez artigos publicados nos cinco periódicos nacionais (cf. Tabelas 1, 3 e 7). Contudo, comparados a 2000, os dados atuais apontam para a tendência crescente de estudos quantitativos de qualquer modalidade. De fato, o total desses trabalhos passa de seis, em 2000, para vinte em 2002, mais do que triplicando, portanto. Essa alta taxa de crescimento dos estudos de grande número de casos pode ser explicada, em parte, pela volta do exterior (sobretudo dos Estados Unidos) de jovens doutores já treinados segundo a corrente quantitativa predominante.

Quando se toma os periódicos individualmente, eles apresentam algumas diferenças do padrão de distribuição de tipos de estudos comparativos. Assim, afastando-se da tendência geral para os periódicos, *Dados* registra o mesmo padrão da Anpocs e da ABCP: a maior proporção de suas publicações em perspectiva comparada é de estudos de caso referidos ao Brasil (45%), seguindo-se artigos que focalizam pequeno número de casos (27%). A *Contexto Internacional* concentra seus artigos comparativos em estudos de caso de outros países (45%) e em estudos com pequeno número de casos (44%), sendo ainda o periódico que mais publica trabalhos desses dois tipos, respectivamente, cerca de 44% do total dos 75 estudos da primeira categoria e 26% dos 121 estudos da segunda. Junto com a *Lua Nova* é responsável por cerca da metade do total de estudos com mais de um país. Ligada à área de política internacional, é de se esperar o bom desempenho da *Contexto Internacional* na área comparada. Mas são a *Dados* e a *Lua Nova* que mais enfatizam essa perspectiva (24% do total de artigos publicados) (cf. Tabela 7).

Segue-se a análise das teses defendidas ao longo dos últimos quinze anos nos dez centros de pesquisa e pós-graduação. Essa análise é de grande relevância para os propósitos deste trabalho. Em primeiro lugar, porque, nesse caso, como já assinalado anteriormente, ao contrário do que ocorreu com os trabalhos apresentados à Anpocs e os artigos publicados nas revistas A e B, é possível referir as teses comparativas ao total de teses defendidas. Em segundo, porque, como também já sugerido, as teses são excelentes sinalizadores da produção futura da nossa academia, indicando, portanto, o lugar e a dimensão que a política comparada ocupará nos próximos anos.

Convém repetir que das 955 teses defendidas entre 1986 e 2000 nos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação, 166, ou 17%, adotaram a abordagem comparada. Dessas, 52, ou 31%, foram defendidas pelos alunos do Iuperj, seguindo-se a USP, com 26 teses, ou 16% do total (cf. Tabela 12).

O Iuperj não só é a instituição que mais contribuiu para o total de teses classificadas nessa categoria, como também é o centro de pós-graduação que maior ênfase deu à perspectiva comparada: as 52 teses correspondem a 30% do total de teses defendidas nessa instituição, desde 1987, a uma média de quatro teses por ano. Segue-se o IRI, cujas vinte teses comparadas correspondem a 27% do total de teses ali produzidas a partir de 1990, o que dá uma média de duas teses comparadas por ano. Todos os outros centros apresentam médias inferiores a esta última.

A USP, embora seja o segundo centro de pós-graduação que mais contribuiu em números absolutos (26) para a produção das 166 teses em perspectiva comparada, apresenta ênfase relativa a esse tipo de tese significativamente menor do que o IRI (27%) e aproximadamente igual à observada no caso do POL/UnB, REL/UnB e UFRGS. Ou seja, com exceção do IRI (27%), as teses comparativas correspondem a cerca 20% do total de

teses defendidas nessas instituições, correspondendo em números absolutos a 26 (USP), 17 (POL/UnB), 16 (REL/UnB) e 11(UFRGS) teses. O POL/UnB e o REL/UnB ocupam uma posição intermediária e coincidente entre os centros analisados, tanto no que se refere à ênfase relativa atribuída às teses comparadas como ao número absoluto de teses correspondentes. Este não é o caso da UFRGS. De fato, as onze teses com a perspectiva comparada defendidas nessa instituição colocam seu programa de pós-graduação no grupo intermediário quanto à importância relativa atribuída pelos programas às teses comparativas, também a nível, em números absolutos, com duas das instituições que menos dão importância à perspectiva comparada, a saber, Unicamp e UFMG. De fato, as doze teses comparativas incluídas nessa categoria e as dez teses do mesmo tipo da UFMG correspondem, em ambos os casos, a menos de 10% do total das teses produzidas nos dois programas (ver Tabela 12).

A UFF apresentou apenas duas teses comparadas entre o total de 21 teses defendidas. Note-se, contudo, que as primeiras teses em Ciência Política do programa foram defendidas há apenas três anos, sendo, portanto, cedo para avaliar a ênfase relativa que será atribuída à perspectiva comparada. Finalmente, a UFPE, com nenhuma tese comparada de um total de 59 teses defendidas ao longo de treze anos, desponta como o centro de pós-graduação que menos enfatiza essa perspectiva no que se refere às dissertações de seus alunos (ver Tabela 12).

Entre as 166 teses comparativas, predominam os estudos de caso centrados no Brasil (44%), seguido de estudos de caso de outros países (28%), estudos com pequeno número de casos (16%) e, finalmente, estudos teóricos e conceituais (12%). Registra-se, até o ano 2000, a completa ausência de teses comparadas quantitativas (grande número de casos), embora seja de se esperar que estas acompanhem a tendência crescente mostra-

da, em 2002, no que se refere aos trabalhos apresentados às duas associações científicas e aos artigos publicados nos principais periódicos da área. Tais tendências mantêm-se quando se separam as teses de doutorado e de mestrado, reproduzindo-se na maioria dos centros de pós-graduação analisados. Exceções não surpreendentes são o IRI e o REL/UnB, onde, pela orientação internacional de seus programas, a maioria de suas teses concentra-se em estudos de caso de outros países, 55% e 62%, respectivamente. Esses dois centros, juntamente com o Iuperj, são responsáveis por 70% das 47 teses classificadas nessa categoria (ver Tabelas 9 e 11).

Quando se estreita a concepção de estudos comparados para se incluir somente os trabalhos que envolvem dois ou mais países, o número de estudos cai significativamente, em todas as categorias. Assim, dos 160 trabalhos apresentados à Anpocs e dos 73 apresentados à ABCP considerados comparados dentro da perspectiva mais ampla adotada neste trabalho, 32% e 31%, respectivamente, referem-se a dois ou mais países. Essa proporção é maior quando se trata de artigos publicados nos periódicos analisados, chegando a quase 36% do total dos 359 artigos classificados como comparados dentro da perspectiva mais ampla, e muito menor no caso das teses, correspondendo a apenas 16% do total das 166 teses dessa categoria mais ampla (ver Tabelas 1, 3, 7 e 9). Impressionante é a reduzida proporção que as 27 teses referidas a mais de um país e os 23 trabalhos apresentados à ABCP classificados na categoria mais estreita representam em relação ao total de teses defendidas no período de análise e ao total de trabalhos apresentados nos três encontros da ABCP: 3% e 5%, respectivamente (ver Tabelas 5 e 12).<sup>26</sup>

Tomando-se as teses que envolvem mais de um país, o IRI é o que melhor se posiciona agora: sete teses ou 9% do total das teses defendidas referem-se a dois ou mais países. Segue-se o Iuperj, com cinco

teses com essas características, correspondendo a 3% do total de suas teses. O REL/UnB e o POL/UnB apresentam a segunda maior proporção de teses nessa categoria, 5%, correspondendo a quatro teses deste tipo em cada um dos casos. Segue-se a UFMG, com três teses que envolvem mais de um país, ou 2% do total das teses defendidas. A USP e a UFRGS contribuem, ambas, com apenas duas teses no período de análise, correspondendo, respectivamente, a 1% e 4% do total de teses aprovadas nessas instituições. A UFF e a Unicamp juntam-se agora à UFPE e não registram nenhuma tese que envolva o estudo de dois ou mais países no período de análise (ver Tabela 12).

Vale observar que do total das 27 teses que analisam mais de um país, 63 % são estudos comparados que incluem o Brasil. A concentração nesse tipo de estudo é geral. De fato, o exame das Tabelas 2, 4, 8 e 10 mostra que tanto no que se refere a artigos publicados como a trabalhos apresentados à Anpocs e à ABCP, essa categoria representa a metade ou mais dos estudos referidos a mais de um país: 55%, 65% e 48%, respectivamente. Segue-se, para todos os indicadores, estudos internacionais comparados: em torno de 31% para trabalhos apresentados à Anpocs, publicações em periódicos e teses e 52% para os trabalhos apresentados à ABCP. Os três encontros da ABCP não registraram sequer um estudo de mais de um país que não incluísse o Brasil. Apenas nos periódicos o número de artigos publicados classificados nesta categoria é expressivo: dezenove, correspondendo a 14 % do total de artigos referidos a mais de um país. Esse resultado, em parte, se explica pelo fato de que, diferentemente das teses e dos trabalhos apresentados à Anpocs e à ABCP, os autores dos artigos publicados são, em proporção bem mais significativa, estrangeiros.

Finalmente, tomando o total das teses defendidas nos dez principais centros de pós-graduação em Ciência Política e Relações In-

ternacionais do país nos últimos quinze anos, e dos trabalhos apresentados aos três encontros da ABCP, em 1998, 2000 e 2002, como sinalizadores, *grosso modo*, da tendência futura dos estudos comparados em nossa academia, faremos algumas observações quanto à sua evolução temática e temporal.

O Gráfico 1 mostra claramente a tendência geral crescente do número de teses que adotam a perspectiva comparada. De fato, a partir de 1990, o número de teses comparativas aumenta numa proporção de cinquenta teses a cada cinco anos (ver Tabela 15).

A Tabela 15 sinaliza – o que é muito interessante – a importância relativa dos temas das teses comparativas ao longo do tempo. Assim, no período entre a escolha do primeiro presidente civil e o primeiro presidente eleito por voto direto, ainda no período de transição democrática, predomina, sem surpresas, o tema “democracia e democratização”, objeto de investigação de quatro das nove teses comparativas defendidas nesse período. Nos períodos seguintes, a preocupação com o processo de democratização, agora já em fase de consolidação, continua forte, aumentando o número absoluto de teses sobre esse tema: 20 teses, entre 1991 e 1995, e 26, entre 1996 e 2000. Observe-se, contudo, que à medida que outros temas contemporâneos estimulam a investigação dos estudantes e de seus orientadores, a ênfase relativa nos processos de democratização declina a uma significativa taxa de 10% ao longo dos três períodos enfocados, atingindo 45%, 35% e 26% do total de teses defendidas, respectivamente nos períodos de 1985-1990, 1991-1995 e 1996-2000.

Note-se que foram incluídos na categoria mais ampla de processos democráticos estudos que abordavam também outros temas, tais como instituições políticas, globalização ou política econômica, desde que tratados de forma interligada a questões de democracia e democratização. Dessa forma, a importância relativa dos outros temas de interesse das te-



ses está subavaliada. Com esta ressalva em mente, assinala-se, entre 1991 e 1995, o claro surgimento, como objeto das teses, de temas que envolvem o fenômeno da globalização e da integração regional e a preocupação com a inserção do Brasil no novo sistema internacional. Esses temas, aqui agrupados analiticamente, são objeto de estudo de dezessete teses, ou 30% das teses comparadas desse período. Surgem também, de maneira expressiva, teses que examinam as instituições políticas e o comportamento eleitoral (doze teses ou 21% do total de teses comparadas), expressando, em nossa academia, o lugar de destaque já ocupado, nas academias dos países desenvolvidos, pelo novo institucionalismo e a conseqüente e crescente preocupação com a escolha e o funcionamento das instituições e seu efeito na consolidação da democracia.

Esses dois grupos de temas continuam ocupando lugar proeminente no período seguinte, entre 1996 e 2000, sendo globalização, integração regional e política externa comparada e instituições políticas e comportamento eleitoral objetos, respectivamente, de 26% e 20% do total de teses defendidas nesse período. Além disso, observa-se a presença expressiva de teses que discutem governabilidade, política e economia. De fato, este último grupo de temas inspira quatorze teses no período de 1996 a 2000, correspondendo a 14% do total de teses comparativas. O interesse nesses novos temas coincide com o período das reformas estruturais do governo Fernando Henrique, mas, na verdade, estariam referidas, em grande medida, às reformas iniciadas nos dois governos anteriores. Isso porque as datas de defesa das teses acadêmicas têm uma significativa defasagem temporal em relação aos acontecimentos, por dois motivos: primeiro, pelo seu tempo de realização, que varia aproximadamente de dois a cinco anos, dependendo se for dissertação de mestrado ou tese de doutorado; e, segundo, pelo fato das pesquisas, em sua grande maioria, analisarem fatos já ocorri-

dos. Assim, por exemplo, a análise comparada sobre os planos de estabilização ou sobre as reformas estruturais dos governos democráticos só poderá ocorrer nos períodos seguintes à sua realização.

Finalmente, percebe-se que o tema tradicional "Estado e Políticas Públicas" marca, por assim dizer, uma presença regular, embora não destacada, entre as teses defendidas em todos os períodos.

A análise temática e temporal dos trabalhos apresentados aos encontros da ABCP mostram resultados muito semelhantes, ressaltando-se o fato de que só ocorreram até agora três encontros, o que limita a identificação de tendências. De qualquer forma, também aqui o número de trabalhos comparativos cresce significativamente, mais do que triplicando em quatro anos. Além do mais, a importância relativa dos temas dos trabalhos é bastante semelhante à das teses. Assim, tomados os três encontros em seu conjunto, igualmente aqui a prioridade é posta em temas relativos à democracia e ao processo de democratização, cobrindo 31% do total de 73 trabalhos apresentados com a perspectiva comparada. Seguem-se, em posição equivalente, o grupo de temas relativos a globalização, integração regional e política externa comparada, o grupo referido a instituições políticas e comportamento eleitoral e o grupo que abrange questões de governabilidade, política e economia, responsáveis, cada um deles, por 23%, 21% e 22%, respectivamente do total dos trabalhos comparativos. A diferença digna de nota é a ausência de trabalhos sobre o tema Estado e políticas públicas (ver Tabela 6).

Em resumo, os indicadores utilizados mostram que nossa academia privilegiou, nos últimos quinze anos, os estudos de caso centrados no Brasil. A exceção fica por conta dos artigos publicados nos cinco principais periódicos da área, onde predominam os estudos de pequeno número de casos. Essa categoria recebe também lugar de des-

taque entre os trabalhos apresentados às duas associações científicas analisadas e entre as teses defendidas, ocupando o segundo lugar nas duas primeiras e o terceiro entre as últimas. Quando nossa academia estuda de forma comparada mais de um país, as chances de que um deles seja o Brasil é quase igual ou maior do que 50%, quer se trate de teses (63%), artigos publicados (55%) ou trabalhos apresentados à ABCP (48%) e à Anpocs (65%). Quando foi possível obter indicadores de preferência temática – no caso das teses e dos trabalhos apresentados à ABCP – sobressaíram claramente aqueles ligados à democracia e aos processos democráticos, registrando-se também a importância relativa de outros temas contemporâneos, tais como globalização, integração regional, política externa, instituições políticas, comportamento eleitoral, governabilidade, política e economia. Por último, assinala-se que se os estudos com grande número de casos<sup>27</sup> eram praticamente inexistentes até o ano 2000; em 2002 apresentam um crescimento significativo tanto nos trabalhos apresentados às duas sociedades científicas como nos artigos publicados nos cinco periódicos em análise. Quanto às teses, não foi possível obter dados atualizados, podendo-se supor, entretanto, que acompanharão a tendência dos outros indicadores, já que estes expressam, *grosso modo*, os interesses dos pesquisadores que orientam as teses.

Deve-se lembrar, contudo, as limitações dessa avaliação. Em primeiro lugar, os indicadores quantitativos estão sobrestimados, já que o erro sistemático de classificação favoreceu os estudos comparados. Em segundo, por razões já expostas, só podemos ter uma medida da importância dos estudos comparados em relação ao total dos estudos desenvolvidos no que se refere às teses e aos trabalhos apresentados à ABCP. Fica-se, portanto, sem uma estimativa geral da importância relativa dos estudos comparados na produção científica nacional.

O exame das teses defendidas nos últimos quinze anos com a abordagem comparada demonstra seu crescimento inequívoco e mesmo espetacular, à taxa de cinquenta teses a cada cinco anos (ver Gráfico 1 e Tabela 15). A produção total de trabalhos comparativos em nossa academia (artigos e trabalhos apresentados na Anpocs e na ABCP) no mesmo período, incluindo-se as teses defendidas, correspondeu a uma média aproximada de 44 trabalhos-ano, se adotarmos a definição ampla de estudos comparados, ou, considerando-se apenas os estudos que envolvam mais de um país, a uma média de quatorze trabalhos-ano. São resultados, embora sobrestimados, animadores.

Pode-se dizer, então, que a área de política comparada é, entre nós, incipiente? Os indicadores quantitativos utilizados aqui não parecem apontar para a resposta negativa. É importante, porém, proceder-se a uma avaliação qualitativa dos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais no que se refere à importância que a política comparada recebe nos programas. Essa avaliação qualitativa, ainda que incompleta, é oferecida a seguir.

#### *Indicadores qualitativos*

Procurou-se fazer aqui um levantamento, junto aos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais, das linhas e projetos de pesquisa, cursos ministrados regularmente ao nível de pós-graduação e outras iniciativas científicas que se definam dentro da perspectiva comparada. O que se pretende é proceder-se a uma avaliação, ainda que tentativa, da coerência e da integração das atividades científicas de cada centro voltadas para a perspectiva comparada. Vale observar que as dificuldades em se obter informações junto aos professores e pesquisa-

dores dos centros analisados nos levaram a restringir o escopo do quadro qualitativo que se analisa a seguir (Quadro 1).<sup>28</sup> As informações aí contidas foram obtidas diretamente dos professores e pesquisadores dos centros analisados, seus coordenadores e via *internet*. Os projetos listados estão em andamento ou foram concluídos a partir de 1999. O quadro, em sua penúltima versão, foi enviado a todos os coordenadores para eventuais correções.

O exame do Quadro 1 indica que os dez centros de pesquisa e pós-graduação examinados conduzem ou concluíram recentemente 36 projetos e ofertam ou ofertaram recentemente 24 cursos de pós-graduação que adotam a perspectiva comparada. Os projetos distribuem-se entre 22 linhas de pesquisa, das quais somente quatro são especificamente voltadas para a política comparada, espalhadas entre três centros: a USP, com a linha Política Brasileira e Política Comparada; a UFGRS, com as linhas Política Comparada: Estado, Partidos e Comportamento Político, e Política Comparada: Estado e Partidos na América Latina; e o REL/UnB, com a linha Brasil em Perspectiva Comparada.

Os assuntos enfatizados pelos projetos de pesquisa mostram, *grosso modo*, coerência com aqueles priorizados pelas teses, o que demonstra afinidade temática entre os professores e pesquisadores e seus orientandos. O mesmo ocorre com os temas dos cursos ofertados. Assim, o Quadro 1 mostra, tanto para cursos como para projetos de pesquisa, a preferência, em ordem decrescente, pelos temas de democracia e processos de democratização, globalização, processos de integração e fragmentação, instituições políticas, e, com menor ênfase, questões de governabilidade, política econômica e economia política. Em quase todos os centros, pelo menos um curso ofertado está ligado à temática de no mínimo um projeto de pesquisa. As exceções ficam por conta da UFMG e do

POL/UnB, que serão comentados a seguir. Vale notar, ainda, que apenas dois centros, a USP e o REL/UnB, oferecem cursos regulares em metodologia comparada.

Se há, portanto, de uma maneira geral, nos principais centros de pesquisa e pós-graduação do país, uma relativa integração entre linhas e projetos de pesquisa, cursos regularmente oferecidos e temas das teses defendidas, a reduzida oferta de cursos especificamente voltados para metodologia comparada sinaliza a ainda pequena importância atribuída por esses centros à área em questão. Na verdade, a importância relativa dessa área entre os 10 centros analisados é desigual. Segue-se, então, uma avaliação desagregada desses centros quanto à integração de suas atividades científicas de cunho comparativo.

Em 2000, o Iuperj confirmava seu lugar de destaque no que se refere às atividades científicas de teor comparativo. De fato, essa instituição não era apenas a que mais produzira teses comparadas em nossa academia (52, ou 31% do total) e a que maior atenção relativa dera a essa abordagem entre o conjunto de teses defendidas (30%), como também apresentava forte coerência entre as linhas e os projetos de pesquisa e os cursos ministrados regularmente com essa abordagem. Criara, além disso, em 1998, o Laboratório de Política Comparada, que tinha por objetivo, por meio de cursos e seminários, treinar as novas gerações de alunos de pós-graduação nos métodos comparados. O laboratório promovia ainda um ciclo de palestras proferidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros que trabalham com metodologia comparada. Atenção especial era dada aos métodos formais e quantitativos, tanto no que diz respeito aos projetos desenvolvidos como aos cursos ministrados. O Iuperj, além do mais, é membro do International Social Survey Programme e montou um excelente banco de dados eleitorais do Brasil e de dados internacio-

nais, para efeito comparativo, que está disponível aos pesquisadores via *internet*. Entretanto, essa promissora *performance* no âmbito das atividades de cunho comparativo sofreu duro revés com a saída da instituição do coordenador de várias dessas atividades. De fato, o Laboratório de Política Comparada foi desativado, e os projetos de pesquisa coordenados por ele enfraqueceram-se ou foram desativados. O Instituto planeja reerguer essa área por meio da atração de recém-doutores com bolsas da Capes e do CNPq para este fim.

A USP ocupava, em 2000, o segundo lugar em termos do número absoluto de teses comparativas (26, ou 16% do total). Deve-se recordar, contudo, que a importância relativa desse tipo de tese no conjunto de teses da instituição é de apenas 18%, proporção menor que no IRI/PUC, na UFRGS, no POL/UnB e no REL/UnB. Entretanto, o exame do Quadro 1 indica uma forte coerência entre as linhas de pesquisa, projetos e cursos ministrados com a abordagem comparada. Recorde-se, ainda, que a USP é um dos três centros que estruturou a linha de pesquisa especificamente comparativa (Política Brasileira e Política Comparada) e um dos dois centros que oferece cursos de pós-graduação regulares em metodologia comparada, inclusive quantitativa. A USP é ainda o único centro que abriu concurso para professor especificamente voltado para a área de metodologia comparada, tanto quantitativa como qualitativa. Tudo indica, portanto, que há uma preocupação da instituição em ampliar a importância relativa dessa área, o que deverá se refletir, no futuro próximo, no aumento do número de teses e da produção científica de seu corpo docente com essa perspectiva.

Em seguida, em termos de número de teses comparativas, estavam o IRI/PUC, o POL/UnB e o REL/UnB, respectivamente com vinte (ou 12% do total), dezessete (ou 10% do total) e dezesseis (ou 10% do total)

teses classificadas nessa perspectiva. Entretanto, embora esteja na mesma posição intermediária do POL/UnB e do IRI/PUC, o REL/UnB é o único que apresenta indicadores que demonstram o propósito institucional de desenvolver a área de política comparada. Assim, desenvolveu uma linha de pesquisa especificamente dirigida para essa área (Brasil em Perspectiva Comparada) que, com a criação do doutorado em 2001, passou a integrar uma das áreas de concentração do programa, a qual explicitamente contempla a perspectiva comparada (Política Internacional e Comparada). Recorde-se também que seu programa de pós-graduação oferece curso regular de metodologia comparada, com ênfase em métodos qualitativos. Promoveu, ainda, em novembro de 1999, um seminário internacional que incluía explicitamente a perspectiva comparada (Política Internacional e Comparada: Perspectivas Recentes no Brasil), estando previsto no futuro próximo um segundo seminário nos mesmos moldes. Porém, apesar de as linhas de pesquisa, os projetos e os cursos ministrados mostrarem coerência, a grande diversidade dos temas dos projetos de pesquisa e o seu grande número ainda indicam que a área precisa ser melhor estruturada. De fato, se é verdade que o REL/UnB é o centro que apresenta maior número de projetos com a perspectiva comparada (10), não é menos verdade que a maioria desses projetos se referem a outros países mais pela vocação internacional do programa do que por um desenho explícito comparativo.

O IRI/PUC dá grande importância relativa às teses comparativas (27% das dissertações defendidas na instituição até o ano 2000), aproximando-se, segundo esse indicador tomado isoladamente, do IUPERJ. No entanto, se há coerência entre linhas de pesquisa, projetos e cursos ofertados com a abordagem comparada, não se detectou nenhum propósito específico da instituição no sentido de incentivar a área de Política

Comparada. Sua boa *performance* na área parece estar mais ligada ao fato de tratar-se de instituição com vocação voltada para o estudo de outros países e do ambiente internacional.

Já a análise dos indicadores do POL/UnB resumidos no Quadro 1, mostra incoerência com a posição intermediária que a instituição ocupava em 2000, entre os dez principais centros do país, no que se refere à proporção do total de teses comparativas produzidas nos últimos quinze anos e sua importância relativa no conjunto das teses defendidas no programa. Assim, o único projeto comparado listado (Corrupção Política e *Accountability*) liga-se a uma linha de pesquisa genérica (Estado e Políticas Públicas), não se registrando, além do mais, nenhum curso que adote explicitamente a perspectiva comparativa ofertado regularmente na pós-graduação. Tudo indica, portanto, que o Programa de Pós-Graduação do POL/UnB não contempla o desenvolvimento de uma área específica de Política Comparada.

Segue-se, em número de teses comparativas, a UFMG, a UFRGS e a Unicamp, com dez, onze e doze teses, respectivamente, correspondendo, nos três centros, a 6% no primeiro e a 7% nos outros dois do total de teses desse tipo defendidas no país até o ano 2000. Recorde-se que se esses centros apresentam número absoluto aproximado de teses comparativas, a importância relativa destas em relação ao total das teses defendidas em cada instituição varia significativamente, a saber, 19%, no caso da UFRGS, 9%, na Unicamp, e 8%, na UFMG. Essa diferença expressa-se, coerentemente, nos indicadores qualitativos do Quadro 1. Assim, por um lado, a preocupação institucional da UFRGS com a perspectiva comparada aparece não só na existência de duas linhas de pesquisa que contemplam especificamente a abordagem comparada (Política Comparada: Estado, Partidos e Comportamento Político e Política Comparada: Estado e Partidos na América Latina), como também na

coerência entre essas linhas e projetos de pesquisa, e, em menor escala, os cursos ofertados. Na Unicamp, por outro lado, se a abordagem comparada aparecia em projetos de pesquisa e cursos ofertados, era mais por interesse individual de seus pesquisadores do que propriamente por uma preocupação institucional com o desenvolvimento da área de Política Comparada. Mesmo a Oficina de Pesquisa Comparativa sobre trabalho não teve, segundo a coordenação do programa, o propósito explícito de tratar o tema desde a perspectiva comparada. Já no caso da UFMG, se havia integração entre o único projeto comparativo do programa (Instituições Híbridas, BH Area Survey) e a linha de pesquisa indicada (Instituições Políticas), os cursos ofertados (Estado, Modernização e Regimes Políticos da América Latina, e Seminário Teoria Política) que incluíam essa perspectiva, estavam, ao que parece, totalmente desconectados desses outros indicadores. É possível, entretanto, que a parceria do programa com a Universidade de Michigan no Social Hubble, que gerou o único projeto comparado listado, mas que prevê um *survey* comparativo internacional nos próximos anos, seja propulsor não só do treinamento quantitativo, como também qualitativo, gerando vários outros projetos com a abordagem comparada.

Finalmente, na última posição, estavam a UFF, que contribuiu com apenas duas teses comparativas, e a UFPE, onde nenhuma tese, até 2000, foi classificada como tal. A UFF apresenta alguma coerência entre as linhas de pesquisa, os projetos e os cursos ministrados. Além disso, o programa de pós-graduação é recente, sendo, portanto, cedo para avaliar a importância institucional que a área comparada receberá no programa. A ausência de teses comparadas na UFPE, contudo, parece uma escolha institucional, já que o programa de pós-graduação é dos mais antigos, já tendo gerado ao todo 59 teses, e as linhas de pesquisa, projetos e cursos

ofertados com a perspectiva comparada demonstram boa integração e coerência.

Concluindo esta seção, retornaremos à questão da maturidade da área de política comparada na nossa academia. Vimos que o número de teses comparativas cresceu a altas taxas nos últimos quinze anos, atingindo 166 teses em 2000. Constatamos também que a média anual da produção científica com a abordagem comparada (artigos nos periódicos A e B e trabalhos apresentados à Anpocs e à ABCP), somadas às teses, atinge aproximadamente 44 trabalhos-ano ou, considerando-se apenas estudos que analisam mais de um país, a média aproximada de quatorze trabalhos-ano. Esses indicadores promissores foram, então, ponderados pelos indicadores qualitativos das atividades científicas de caráter comparativo, atribuídos a cada centro de pesquisa e pós-graduação em análise.

O exame dos indicadores qualitativos permite-nos sugerir, como conclusão, que a área de política comparada se não é incipiente em termos de volume de trabalhos, artigos e teses que adotam a perspectiva comparada, está incipientemente estruturada. De fato, pôde-se identificar apenas quatro centros de pesquisa e pós-graduação com claros propósitos institucionais de estruturar a área. Entre eles, a USP já apresenta bons indicadores, tanto quantitativos como qualitativos, com perspectivas de melhora, já que o investimento sistemático na área é ainda recente. O IUPERJ, que em 2000 apresentava indicadores semelhantes senão melhores que a USP, teve suas atividades de cunho comparativo prejudicadas com a saída da instituição do principal pesquisador e professor dessa área. Isso revela a fragilidade dessas iniciativas, mesmo que institucionalizadas. Os outros dois centros, a UFRGS e o REL/UnB, ainda precisam dar maior organicidade às linhas, aos projetos de pesquisa e aos cursos ofertados dentro da área de política comparada.

Nos outros seis centros analisados, as atividades de cunho comparativo parecem se desenvolver mais por preferência individual dos pesquisadores do que por um propósito institucional de estruturar a área. Pior, a pouquíssima atenção prestada aos cursos de metodologia dos métodos comparativos leva-nos a crer que muitos dos projetos, artigos e trabalhos classificados como comparados não seguem um desenho especificamente comparativo.<sup>29</sup>

Recorde-se, finalmente, que nossa produção acadêmica de cunho comparativo se concentrou, nos últimos quinze anos, em estudos de caso do Brasil (embora referidos a um instrumental teórico-conceitual comparado), com exceção dos artigos publicados nos periódicos A e B, onde essa categoria de estudos ocupa o segundo lugar. Quando os trabalhos analisam mais de um país, em mais de 50% dos casos um deles é o Brasil e, quase sempre, se trata de análises de pequeno número de casos. Esses resultados nos dão uma medida do nosso paroquialismo.

## Conclusão

Vimos que a produção científica de cunho comparativo em nossa academia, medida a partir dos trabalhos apresentados às principais associações científicas de Ciências Sociais (Anpocs) e de Ciência Política (ABCP), dos artigos publicados nos cinco principais periódicos do país na área de Ciência Política, somados às teses defendidas nos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, no período de quinze anos, atinge, quando tomados em conjunto, a média de 44 trabalhos-ano. Note-se ainda que o número de teses comparativas cresce, no período analisado, a um valor aproximado de cinquenta teses a cada cinco anos. Em termos de volume de trabalhos e teses, portanto, esses resultados não autorizam a con-

clusão de que a área de política comparada é incipiente em nossa academia. Mesmo adotando-se a definição mais estreita de estudos comparados, como aqueles que envolvem dois ou mais países, a média, nesse caso, de quatorze trabalhos-ano, embora caia significativamente, é ainda promissora. Entretanto, o exame das atividades científicas (linhas e projetos de pesquisa, cursos ofertados regularmente ao nível de pós-graduação e eventos específicos) de cunho comparativo dos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação analisados mostra que, se a área de política comparada não é incipiente na nossa academia, ela está incipientemente estruturada. De fato, apenas quatro dos melhores centros do país (Iuperj, USP, REL/UnB e UFRGS) demonstram preocupação institucional com o desenvolvimento da área. Nos outros seis, as atividades científicas caracterizadas pela preocupação com a abordagem comparada devem ser atribuídas a iniciativas individuais e mesmo eventuais de seus professores e pesquisadores.

Se levarmos em conta que comparar não é a única forma de produzir conhecimento, mas é seu pilar essencial e a única maneira de se estabelecer causalidade; se aceitamos que comparar é indicador de maturidade de uma comunidade acadêmica; se reconhecemos que comparar é controlar, seja por métodos experimentais, estatísticos ou comparados (cf. Sartori, 1994; Collier, 1993); se constatamos, finalmente, que os programas de pós-graduação, de uma maneira geral, negligenciaram significativamente o treinamento metodológico dos alunos (Reis, 1991; Reis, Reis e Velho, 1997), especialmente no que se refere aos métodos comparativos (quantitativos e qualitativos), os resultados anteriores referentes tanto à pequena proporção de projetos de pesquisa, teses, trabalhos e artigos baseados em um desenho especificamente comparativo,<sup>30</sup> quanto à modesta estruturação da área e à concentração da produção científica em es-

tudos de caso do Brasil, são, no mínimo, preocupantes.

Supondo que este alerta, por assim dizer, seja ouvido por nossa comunidade científica e pelas agências governamentais de financiamento de ensino e pesquisa, a grande meta será a estruturação da área de política comparada de forma que a torne mais homogênea nos principais centros de pesquisa e pós-graduação do país. Isso deverá ser feito quer por meio da consolidação da área nos centros que já iniciaram sua construção, quer por meio de incentivos ao desenvolvimento institucional nos centros onde a preocupação com a abordagem comparada é fruto apenas de iniciativas individuais esparsas.

Essa tarefa enfrenta importantes problemas e dificuldades, embora se beneficie de algumas vantagens. Em primeiro lugar, como já indicado, falta entre nós treinamento metodológico em geral, e mais especificamente em métodos comparativos. De fato, como Reis tem nos advertido seguidamente, nossa academia descuidou-se sobremaneira do treinamento metodológico, não só qualitativo, como também e principalmente quantitativo. Os currículos de nossos programas de pós-graduação precisam ser revisados. Não raro eles oferecem apenas um semestre de metodologia. O treinamento quantitativo das novas gerações é próximo de zero. Entretanto, registram-se alguns fatos positivos. Jovens doutores estão retornando dos Estados Unidos, onde receberam treinamento quantitativo, seguindo a tendência atual do campo de política comparada. Não são muitos, já que a política das agências governamentais financiadoras de ensino e pesquisa tem sido, na última década, a de não conceder bolsas para doutorado pleno fora do país, a não ser em áreas consideradas ainda incipientes. Recorde-se, contudo, que o departamento de Ciência Política da USP recentemente abriu concurso e contratou um professor para reforçar, especificamente, a área de metodologia compa-

rada, tanto qualitativa como quantitativa. Registra-se ainda a excelente iniciativa da Escola de Inverno de Minas, da UFMG, que, à semelhança dos cursos de verão da Universidade de Michigan, oferece anualmente, nas férias de julho, cursos quantitativos em todos os níveis. Por último, algumas bolsas para os cursos quantitativos de Michigan são oferecidas por meio de alguns programas de pós-graduação.

Faltam também especialistas em outros países. Vimos a grande prevalência de estudos de caso centrados no Brasil na produção científica da nossa comunidade. Vimos também que, quando analisamos mais de um país, em mais de 50% dos casos um deles é o Brasil. Esta expressão do nosso paroquialismo decorre tanto da falta de treinamento metodológico de nossos alunos, como da falta de recursos financeiros.

A falta de recursos financeiros, com alguma variação, é generalizada entre os principais centros de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais do país, constituindo-se em obstáculo maior à estruturação da área de política comparada em nossa comunidade científica. Não temos recursos para irmos ou enviarmos nossos alunos a campo, em outros países, no caso de pesquisas com pequeno número de casos. Os recursos para mandarmos estudantes para treinamento quantitativo fora do país são também limitados, embora a Escola de Inverno de Minas comece a suprir essa deficiência. Não há, tampouco, recursos financeiros suficientes para viabilizar grupos emergentes ou estimular a parceria interinstitucional, reunindo pesquisadores que trabalham com a perspectiva comparada, espalhados pelos diversos centros de pesquisa. O Pronex/CNPq, além de também sofrer de recursos escassos, é dirigido a centros de excelência já consolidados.

Finalmente, mas não menos importante, nossos recursos bibliográficos são modestos, o que reflete a falta de recursos financeiros. É verdade que as bibliotecas dos principais cen-

tros de pesquisa e pós-graduação já contam com alguns recursos modernos, como eficientes serviços de comutação bibliográfica, alguns bons índices de citação bibliográfica e serviços de procura bibliográfica. Mas isso não chega a ser satisfatório.

Apesar desse quadro, dispomos atualmente de duas vantagens para o desenvolvimento da área de política comparada.

Por um lado, a revolução no campo da informática e das comunicações nos aproxima da academia do primeiro mundo. Pela *internet*, o acesso a bancos de dados, a artigos de periódicos estrangeiros especializados e mesmo aos seus autores está cada vez mais fácil. As livrarias virtuais possibilitam o rápido acesso a livros estrangeiros. Também, cada vez mais pesquisadores põem à disposição, em seus *sites*, seus bancos de dados e os produtos escritos de suas pesquisas, mesmo antes de sua publicação. É verdade que são necessários recursos financeiros para acesso aos sistemas bibliográficos interligados das grandes universidades estrangeiras, a artigos de importantes periódicos ou para a compra de livros, mas eles são bem mais modestos do que os necessários para a pesquisa de campo.

Por outro, assinala-se a vantagem comparativa do desenvolvimento tardio da área de política comparada em nossa comunidade científica. De fato, como a área está começando a ser estruturada agora, podemos, por assim dizer, adotar, desde o início, a rota moderna. Ou seja, não será preciso reestruturar ou reprogramar a área, como é o caso dos comparativistas e dos especialistas de área nos Estados Unidos. Podemos começar a desenhar projetos de pesquisa que atravessem fronteiras regionais, utilizando bancos de dados disponíveis na *internet*, conceitos já criticamente avaliados, que evitem o *conceptual stretching*, e ter como interlocutores pesquisadores de outros países. Não temos tampouco de escolher lados no grande debate metodológico que divide atualmente a área de política comparada na academia



norte-americana. Não tendo massa crítica de pesquisadores treinados em métodos qualitativos comparados referidos a um pequeno número de casos, e muito menos em métodos quantitativos, estatísticos ou formalizados aplicados a grande número de casos, podemos, e devemos, treinar nossos alunos em métodos de um tipo e de outro. Afinal, nas palavras de Collier,

Precisamos dos instrumentos metodológicos tanto da tradição estatística como da de pequeno número de casos, e *insights* provenientes de cada uma delas fortalece a outra. Esse diálogo é um componente essencial de um centro disciplinado e rigoroso da política comparada (Collier, 1999a).

É importante registrar, contudo, que nenhuma dessas dificuldades poderá ser equacionada e nenhuma das vantagens poderá ser aproveitada se os centros de ensino e pesquisa não se convencerem da importância da estruturação da área de política comparada e, em consequência, não se comprometerem institucionalmente com o seu desenvolvimento. A mesma observação vale para as agências governamentais de fomento do ensino e pesquisa, que dispõem de poderoso instrumento de indução de política.

Partindo dessas observações, seguem-se algumas sugestões para a estruturação da área de política comparada na nossa academia.

Dado o estado das artes da produção científica de nossa comunidade e das teses defendidas, onde predominam os estudos de caso centrados no Brasil e estudos de pequeno número de casos que incluem o Brasil, o desenvolvimento da linha Brasil em Perspectiva Comparada nos Centros de Pesquisa e Pós-Graduação parece ser a rota que trará resultados mais rápidos. Nada impede, naturalmente, que programas com vocação natural para o estudo de outros países – como é o caso do IRI/PUC-RJ e do REL/UnB, ou que identifiquem uma tendência futura nessa di-

reção, como é o caso da UFRGS, que atrai alunos dos países vizinhos – se concentrem no estudo comparado de outros países, excluindo o Brasil. Contudo, esses estudos não devem se restringir a descrições, sem que exibam um desenho comparativo, essencial para a identificação de regularidades e para a inferência científica, quer descritiva ou causal.<sup>31</sup> O treinamento em método comparado, relativo à pesquisa qualitativa e de pequeno número de casos, é, portanto, essencial, e pode ser realizado em prazo não muito longo.

Já os estudos quantitativos, que envolvem um grande número de casos, que se valem de técnicas estatísticas e matemáticas sofisticadas e, freqüentemente, adotam os pressupostos da escolha racional ou a formalização da teoria dos jogos, necessitariam de investimento maciço e regular no treinamento de alunos e pesquisadores. Contudo, o período de maturação dos investimentos nesse tipo de treinamento é maior que no do treinamento qualitativo. Portanto, mesmo se os dois tipos de treinamento fossem iniciados ao mesmo tempo, só teríamos massa crítica de pesquisadores quantitativistas em uma segunda etapa da estruturação da área de política comparada.

É preciso convencer as agências governamentais de financiamento ao ensino e à pesquisa de que a política comparada é uma área prioritária. O apoio dessas agências dar-se-ia por meio de bolsas e auxílios de várias modalidades, como o treinamento de alunos e pesquisadores em métodos comparativos (quantitativos, e qualitativos), em análises tanto de pequeno como de grande número de casos, tanto dentro como fora do país, em chamadas especiais para projetos institucionais ou individuais de cunho comparativo, em programas que estimulem projetos interinstitucionais para grupos emergentes, do tipo do Pronex), conectando pesquisadores de vários centros de pesquisa e pós-graduação que trabalhem isoladamente com a perspectiva comparada.

Finalmente, seguem-se algumas sugestões para a agenda de pesquisa na área de po-

lítica comparada no Brasil e, de uma maneira geral, nos países em desenvolvimento. É parte obrigatória dessa agenda, analisar mais e em maior profundidade os processos de transição política e econômica. Apesar da tendência homogeneizadora dos movimentos globais e da relativa inflexibilidade das agendas governamentais de países emergentes, observa-se que eles se incorporam de forma significativamente diferente a esses processos integradores. A explicação dessas diferenças tem sido buscada em variáveis político-institucionais, econômicas e culturais. A agenda de pesquisa abre-se para a avaliação da seqüência, da velocidade e da efetividade das transições políticas e econômicas. Fala-se de tipos de democracia, de graus e limites de democracia e, mais raramente, de regimes híbridos. Fala-se de políticas de estabilização ortodoxas e heterodoxas e de menor ou maior aderência às reformas estruturais pró-mercado. Em contrapartida, pouca atenção tem sido dada à adequação de modelos importados para a investigação dos processos políticos e econômicos dos países emergentes.

De fato, é fundamental investir no desenvolvimento de um novo arcabouço teórico-conceitual no sentido de conhecer, compreender e explicar as grandes transformações do mundo, de forma, talvez, menos etnocêntrica. É necessária, então, uma análise crítica da validade de conceitos importados para o estudo de regiões com heranças histórico-culturais e político-institucionais muito distintas daquelas que caracterizaram o contexto empírico original, como é o caso do conceito de democracia, na tradição ocidental liberal (Shumpeter/Dahl), de governabilidade, *governance* e *good governance*, na tradição oci-

dental capitalista (Huntington/Banco Mundial), como usados pela literatura recente. É tempo dos países em desenvolvimento apresentarem sua visão teórica a respeito da nova ordem mundial, como ocorreu no final dos anos de 1960 e na década de 1970, com a teoria da dependência, em contraposição à teoria da modernização.

Ademais, assinala-se a importância de uma agenda comparativa para o avanço das várias áreas da Ciência Política. Isso ficou evidente quando alguns dos participantes do Seminário de Ouro Preto se referiram explicitamente à relevância da análise comparada para o amadurecimento das áreas sob seu escrutínio. É o caso do federalismo, do associativismo e de estudos legislativos. É o caso das políticas sociais, cujo tema central é o estudo das reformas de sistemas de proteção social de vários países, com destaque para a previdência, saúde e educação. É o caso, ainda, de estudos do Judiciário, onde a perspectiva comparada é indispensável não só para contrastar os modelos de civil e *common law*, como também para analisar as diferentes formas de autonomia e institucionalização do Judiciário.

Finalmente, mas não menos importante, a análise comparada é essencial para o campo das Relações Internacionais. As grandes transformações mundiais, particularmente os movimentos de integração regional e internacional, têm tornado cada vez mais difusas as fronteiras entre os níveis internos e externos da política. Nesse sentido, são muitos os autores<sup>32</sup> que, em vista do entrelaçamento desses dois níveis, argumentam pela forte e crescente interdependência entre os campos das Relações Internacionais e da política comparada.

#### Notas

1. Quanto à questão do provincianismo, Fernando Limongi observa que é a própria área de *Comparative Politics* que surge, nos Estados Unidos, impregnada de provincianismo, já

- que não dialoga com *American Politics*, não adota a agenda institucionalista dessa área e se limita a estudos de áreas geograficamente delimitadas (Limongi, 2000).
2. Uma excelente revisão da literatura sobre métodos de comparação e suas vantagens relativas pode ser encontrada em Collier (1993).
  3. Para detalhada análise do estreito vínculo entre idéias e política de ajuda norte-americana no período de 1945 a 1970, ver o excelente livro de Robert Packenham, *Liberal America: Political Development, Ideas in Foreign Aid and Social Science*, 1973.
  4. Lijphart (1977).
  5. Sartori (1976).
  6. Linz (1970).
  7. Ver Cardoso e Faletto (1970).
  8. O'Donnell (1973, 1975).
  9. Para uma revisão detalhada dos instrumentos metodológicos disponíveis no período da Guerra Fria, ver Schmitter (1993).
  10. A exceção notável a esse otimismo movido é Ken Jowitt (1996), para quem democracia é apenas uma das rotas possíveis abertas aos novos regimes, embora seja historicamente rara e que requer uma longa e dolorosa marcha.
  11. Para uma sucinta revisão da literatura sobre democratização e reforma econômica e seus respectivos e implícitos vieses normativos, ver Castro Santos (2001).
  12. Desnecessário dizer que o trágico episódio de 11 de setembro de 2001 afetaria a escala de prioridades da política externa dos Estados Unidos, colocando em absoluto primeiro lugar a segurança do país, mesmo às expensas da promoção da democracia e dos direitos cotidianos de cidadania do povo norte-americano.
  13. A respeito de condicionalidade política, ver Nelson e Eglinton (1996). Para uma revisão das principais questões e do estado das artes da condicionalidade política, ver Stokke (1995).
  14. Para uma rápida revisão do estado das artes do método comparado nos anos de 1990, ver, além de Collier (1993), Collier (1998). Sobre álgebra booleana, ver Ragin (1987). Sobre os *fuzzy-set*, ver do mesmo autor (2000).
  15. Vale lembrar que estudos com grande número de casos não adotam, necessariamente, os pressupostos da escolha racional, assim como estudos de pequeno número de casos podem receber o tratamento formalizado da teoria dos jogos ou da escolha estratégica. As associações de tipos de estudo, métodos e dados indicados no texto justificam-se pela grande afinidade eletiva que esses elementos guardam entre si, o que não quer dizer que sempre se combinem da forma proposta.
  16. Excelente fonte para acompanhar esse debate são as *Newsletters da APSA-CP*, especialmente as *Letters from the President*.
  17. Collier, nesse último veio, argumenta que o método comparado não é uma “estação intermediária” (alusão a Lijphart, 1971), em direção a técnicas quantitativas mais avançadas. Estatística avançada não produz todas as respostas para os problemas metodológicos da área. Precisamos tanto das ferramentas metodológicas da estatística como do método comparado, diz o autor. As duas abordagens são complementares (Collier, 1999a).

18. A esse respeito, ver Sartori (1970).
19. Na preparação deste texto para publicação, não foi possível atualizar os dados referentes às teses acadêmicas, as quais estão referenciadas somente até o ano 2000. Os trabalhos apresentados à Anpocs e à ABCP e os artigos publicados nas revistas A e B da área de Ciência Política estão atualizados até meados de 2002. Essa discrepância não invalida, contudo, a identificação de tendências das atividades comparadas na nossa academia.
20. Trata-se dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Campinas (Unicamp), do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade de Brasília (POL/UnB) e dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC) e da Universidade de Brasília (REL/UnB). O Programa de Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recém-criado, ainda não gerou dados comparáveis.
21. Não foi possível fazer um levantamento completo das teses defendidas no exterior. Em primeiro lugar, a fonte de consulta, o IBICT, só registra teses financiadas pelo CNPq ou pela Capes. Em segundo, a partir de 1997, só estão disponíveis informações sobre as teses em língua inglesa.
22. Produção técnica refere-se, seguindo a classificação do CNPq e do Sistema de Ciência e Tecnologia de uma maneira geral, à produção científica da comunidade ainda não publicada, e produção bibliográfica, àquela já publicada. No caso deste trabalho, os estudos apresentados às duas sociedades científicas estão na categoria de produção técnica, enquanto os artigos publicados nos periódicos A e B classificam-se como produção bibliográfica.
23. Foram analisados os encontros da Anpocs ocorridos entre 1986 e 2002, com exceção dos encontros de 1988 e 1989, cuja programação não está disponível.
24. Foram analisados os três encontros da ABCP ocorridos, até agora, em 1998, 2000 e 2002.
25. Foram analisados os seguintes Grupos de Trabalho: Estado e Democracia (1986); Partidos, Eleições e Problemas Institucionais (1986-1987); Elites Políticas (1986-1996); Instituições Políticas (1998-2000); Política e Economia (1986-1987, 1998-2000); Políticas Públicas (1986-1995); Partidos e Comportamento Eleitoral (1994-1996); Relações Internacionais e Política Externa (1986-1991); Política Internacional (1998-2000), Segurança, Economia e Política Internacional no Século XXI (2002); Controles Democráticos e Cidadania (2002); Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições (2002); e Estudos Legislativos (2002).
26. Lembre-se que esses indicadores só estão disponíveis para teses e trabalhos apresentados à ABCP.
27. Poder-se-ia supor que a nova geração de pesquisadores treinados no exterior estaria suprimindo a lacuna do tratamento quantitativo aos temas comparativos investigados por nossa academia. Os dados do IBICT, contudo, embora incompletos, continuam assinalando a grande concentração de teses defendidas no exterior em estudos de caso do Brasil, seguindo-se estudos de pequeno número de casos. Teses quantitativas, que analisam gran-

- de número de casos, continuam correspondendo a uma proporção ínfima de teses defendidas no exterior. Ainda assim, teses quantitativas não são necessariamente comparativas.
28. Referimo-nos a informações que nos permitissem detectar grupos de pesquisa estabelecidos ou emergentes na área comparada, identificando pesquisadores que adotam essa perspectiva em seu trabalho, e ligando-os a projetos de pesquisa, teses orientadas, cursos ministrados e produção científica.
  29. A análise dos trabalhos apresentados ao GT Política Internacional, entre 1999 e 2001, entre os quais se inclui significativa proporção de estudos referidos a outros países e a mais de um país, confirma essa hipótese.
  30. Lembre-se, contudo, que, embora muito provavelmente a proporção de trabalhos apresentados à Anpocs e de artigos publicados nas revistas A e B com a abordagem comparada seja também pequena, só no que se refere aos trabalhos apresentados à ABCP e às teses defendidas com essa perspectiva foi possível a referência ao total de trabalhos da respectiva categoria. Lembre-se, também, que os dados, de uma maneira geral, foram superestimados.
  31. A respeito de inferência descritiva e causal em pesquisa qualitativa, ver King, Keohane e Verba (1994).
  32. Para essa questão, ver, entre outros trabalhos mais recentes, Milner (1997), Haggard (1997) e Grieco (1997).

**Tabela 1**  
**Política Comparada: Trabalhos Apresentados na Anpocs, por tipo de trabalho**  
**(1986-2002)\***

<i>Tipos de Artigo</i>	Nº	%
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	6	4
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	45	28
Estudos de caso – Brasil**	74	46
Estudos de caso – outros países**	21	13
Estudos teóricos e conceituais**	14	9
<i>Total</i>	160	100

Fonte: Programas da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Foram analisados os seminários temáticos, as mesas redondas (quando apresentavam títulos dos trabalhos) e os seguintes GTs: Estado e Democracia (1986), Partidos, Eleições e Problemas Institucionais (1986-1987), Elites Políticas (1986-1996), Instituições Políticas (1998-2000), Política e Economia (1986-1987, 1998-2000), Políticas Públicas (1986-1995 e 2002), Partidos e Comportamento Eleitoral (1994), Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral (1995-1996), Relações Internacionais e Política Externa (1986-1991), Política Internacional (1998-2000), Controles Democráticos e Cidadania (2002), Estudos Legislativos (2002), Mídia e Política: opinião pública e eleições (2002) e Segurança, Economia e Política Internacional no século XXI (2002).

\* Os programas dos anos de 1988 e 1989 não estão disponíveis.

\*\* Referem-se ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 2**  
**Estudos Comparados\*: Trabalhos Apresentados na Anpocs, por tipo de trabalho**  
**(1986-2002)\*\***

<i>Tipos de Artigos</i>	Nº	%
Estudos comparados que incluem o Brasil	33	65
Estudos comparados que não incluem o Brasil	2	4
Estudos internacionais comparados	16	31
<i>Total</i>	51	100

Fonte: Programas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

\* Incluem dois ou mais países.

\*\* Os programas dos anos de 1988 e 1989 não estão disponíveis.

**Tabela 3**  
**Política Comparada: Trabalhos Apresentados na ABCP, por tipo de trabalho**  
**(1998-2002)**

<i>Tipos de Artigo</i>	1998	2000	2002	Total	%
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	0	0	4	4	6
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	2	11	6	19	26
Estudos de caso – Brasil**	9	16	11	36	49
Estudos de caso – outros países**	1	2	5	8	11
Estudos teóricos e conceituais**	1	4	1	6	8
<i>Total</i>	13	33	27	73	100

Fonte: Programas da Associação Brasileira de Ciência Política. Foram analisadas as mesas e os painéis dos encontros (quando apresentavam títulos dos trabalhos).

\*\*Referidos ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 4**  
**Estudos Comparados\*: Trabalhos Apresentados na ABCP, por tipo de trabalho**  
**(1998-2002)**

<i>Tipos de Artigos</i>	Nº	%
Estudos comparados que incluem o Brasil	11	48
Estudos comparados que não incluem o Brasil	0	0
Estudos internacionais comparados	12	52
<i>Total</i>	23	100

Fonte: Programas da Associação Brasileira de Ciência Política. Foram analisadas as mesas e os painéis dos encontros (quando apresentavam títulos dos trabalhos).

\* Incluem dois ou mais países

**Tabela 5**  
**Política Comparada: Trabalhos Apresentados na ABCP, por tipo de trabalho e por encontro (1998-2002)**

<i>Tipos de Artigo</i>	1998	2000	2002	<i>Total</i>	<i>Proporção</i>
Estudos em Política Comparada	13	33	27	73	0,17
Outros Estudos	93	154	107	354	0,83
<i>Total de trabalhos</i>	106	187	134	427	1,00
Estudos Comparados*	11	2	10	23	0,05
Outros Estudos	95	185	124	404	0,95
<i>Total</i>	106	187	134	427	1,00

Fonte: Programas da Associação Brasileira de Ciência Política. Foram analisadas as mesas e os painéis dos encontros (quando apresentavam títulos dos trabalhos).

\* Incluem dois ou mais países

**Tabela 6**  
**Política Comparada: Trabalhos Apresentado na ABCP, por tema (1998-2002)**

<i>Temas</i>	Nº	%
Democracia e Democratização	23	31
Globalização, Integração Regional e Política Externa	17	23
Instituições Políticas e Comportamento Eleitoral	15	21
Governabilidade, Política e Economia	16	22
Estado e Políticas Públicas	0	0
Outros	2	3
<i>Total</i>	73	100

Fonte: Programas da Associação Brasileira de Ciência Política. Foram analisadas as mesas e os painéis dos encontros (quando apresentavam títulos dos trabalhos).

**Tabela 7**  
**Política Comparada: Publicações em Periódicos Nacionais, por periódico e por tipo de publicação (1985-2002)**

<i>Tipos de Estudos</i>	<i>RBCS</i>	<i>DADOS</i>	<i>CEBRAP</i>	<i>Lua Nova</i>	<i>Contexto Internacional</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	2	5	2	1	0	10	3
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	18	24	20	27	32	121	34
Estudos de caso – Brasil*	17	40	16	16	3	92	25
Estudos de caso – outros países*	4	10	7	21	33	75	21
Estudos Teóricos e Conceituais*	11	10	14	21	5	61	17
<i>Total</i>	52	89	59	86	73	359	100

Fonte: Periódicos Nacionais: *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS* (1986-2002, até nº 50); *Revista de Ciências Sociais – Dados* (1985-2002, até nº 3); *Estudos CEBRAP* (1985-2002, até nº 63); *Lua Nova – CEDEC* (1988-2002, até nº 55-56); *Contexto Internacional* (1985-2002, até nº 1).

\* Referem-se ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 8**  
**Estudos Comparados\*: Publicações em Periódicos Nacionais, por tipo de publicação (1985-2002)**

<i>Tipos de Análise</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Estudos comparados que incluem o Brasil	72	55
Estudos comparados que não incluem o Brasil	19	14
Estudos internacionais comparados	40	31
<i>Total</i>	131	100

Fonte: Periódicos nacionais: *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS* (1986-2002, até nº 50); *Revista de Ciências Sociais – Dados* (1985-2002, até nº 3); *Estudos CEBRAP* (1985-2002, até nº 63); *Lua Nova – CEDEC* (1988-2002, até nº 55-56); *Contexto Internacional* (1985-2002, até nº 1).

\* Incluem dois ou mais países.



**Tabela 9**  
**Política Comparada: Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais, por tipo de tese (1985-2000)**

<i>Tipos de Tese ou Dissertação</i>	Nº		Nº Total	%
	M	D		
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	0	0	0	0
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	21	6	27	16
Estudos de caso – Brasil*	57	16	73	44
Estudos de caso – outros países*	39	8	47	28
Estudos Teóricos e Conceituais*	15	4	19	12
<i>Total</i>	131	34	166	100

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 a junho de 2000); IUPERJ (1987 a junho de 2000); UFF (1997 a agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 a julho de 2000); UFPE (1987 a maio de 2000); POL/UnB (1988 a junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 a maio de 2000).

\* Referem-se ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 10**  
**Estudos Comparados\*: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, por tipo de análise (1985-2000)**

<i>Tipos de análise</i>	Nº	%
Estudos comparados que incluem o Brasil	17	63
Estudos comparados que não incluem o Brasil	2	7
Estudos internacionais comparados	8	30
<i>Total</i>	27	100

Fonte: Coordenação dos programas de pós-graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 a junho de 2000); IUPERJ (1987 a junho de 2000); UFF (1997 a agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 a julho de 2000); UFPE (1987 a maio de 2000); POL/UnB (1988 a junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 a maio de 2000).

\* Incluem dois ou mais países.

**Tabela 11**  
**Política Comparada: Dissertações e Teses em Ciência Política e Relações Internacionais, por tipo de trabalho e por programa**

<i>Tipos de Estudo</i>	USP		Iuperj		Unicamp		UFRGS		UFF	REL/UnB	POL/UnB	UFMG	UFPE	IRI	<i>Total</i>	<i>%</i>
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	M	M	M	M	M		
Estudos com grande número de casos (quantitativos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos com pequeno número de casos (qualitativos)	0	2	2	3	0	0	1	1	0	4	4	3	0	7	27	16
Estudos de caso – Brasil*	10	5	20	8	3	3	6	0	1	2	10	3	0	2	73	44
Estudos de caso – outros países*	4	3	9	3	3	2	2	0	0	10	0	0	0	11	47	28
Estudos Teóricos e Conceituais*	0	2	5	2	1	0	1	0	1	0	3	4	0	0	19	12
<i>Total</i>	14	12	36	16	7	5	10	1	2	16	17	10	0	20	<b>166</b>	<b>100</b>

Fonte: Coordenação dos programas de pós-graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 a junho de 2000); Iuperj (1987 a junho de 2000); UFF (1997 a agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 a de 2000); UFPE (1987 a maio de 2000); POL/UnB (1988 a junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 a maio de 2000).

\* Referem-se ao instrumental teórico-conceitual utilizado na literatura de política comparada.

**Tabela 12**  
**Teses e Dissertações de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, por tipo de trabalho e por programa, em números absolutos e em proporção relativa ao total de trabalhos do programa**

<i>Tipos de Estudo</i>	<i>USP</i>	<i>Iuperj</i>	<i>Unicamp</i>	<i>UFRGS</i>	<i>UFF</i>	<i>REL/UnB</i>	<i>POL/UnB</i>	<i>UFMG</i>	<i>UFPE</i>	<i>IRI</i>	<i>TOTAL</i>
Estudos em Política Comparada	0,18 (26)	0,30 (52)	0,09 (12)	0,19 (11)	0,10 (2)	0,20 (16)	0,20 (17)	0,08 (10)	0 (0)	0,27 (20)	0,17 (166)
Outros Estudos	0,82 (122)	0,70 (120)	0,91 (116)	0,81 (46)	0,90 (19)	0,80 (64)	0,80 (70)	0,92 (118)	1,0 (59)	0,73 (55)	0,83 (789)
Total de teses	1,0 (148)	1,0 (172)	1,0 (128)	1,0 (57)	1,0 (21)	1,0 (80)	1,0 (87)	1,0 (128)	1,0 (59)	1,0 (75)	1,0 (955)
Estudos Comparados*	0,01 (2)	0,03 (5)	0 (0)	0,04 (2)	0 (0)	0,05 (4)	0,05 (4)	0,02 (3)	0 (0)	0,09 (7)	0,03 (27)
Outros Estudos	0,99 (146)	0,97 (167)	1,0 (128)	0,96 (55)	1,0 (21)	0,95 (76)	0,95 (83)	0,98 (125)	1,0 (59)	0,91 (68)	0,97 (928)
Total de trabalhos	1,0 (148)	1,0 (172)	1,0 (128)	1,0 (57)	1,0 (21)	1,0 (80)	1,0 (87)	1,0 (128)	1,0 (59)	1,0 (75)	1,0 (955)

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos Programas na internet: USP (1986- até junho de 2000); IUPERJ (1987-até junho de 2000); UFF (1997 até agosto de 2000); REL/UNB (1987-1999); UFMG (1985até julho de 2000); UFPE (1987-até maio de 2000); POL/UNB (1988 até junho 2000); UNICAMP (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 até maio de 2000).

\* Incluem dois ou mais países

**Tabela 13**  
**Política Comparada: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e**  
**Relações Internacionais, por regiões (1985-2000)**

<i>Regiões</i>	Nº	%
Estudos com países da América Latina *	110	66
Estudos com países de outras regiões **	27	16
Estudos entre países da América Latina e de outras regiões	10	6
Estudos Teóricos e Conceituais	19	12
<i>Total</i>	166	100

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 até junho de 2000); IUPERJ (1987 até junho de 2000); UFF (1997 até agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 até julho de 2000); UFPE (1987 até maio de 2000); POL/UNB (1988 até junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 até maio de 2000).

\* Inclui os estudos de caso do Brasil e de outros países da América Latina, além dos estudos comparados restritos à esta região.

\*\* Inclui os estudos de caso e comparados de países de outras regiões.

**Tabela 14**  
**Política Comparada: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e**  
**Relações Internacionais, por temas (1985-2000)**

<i>Temas</i>	Nº	%
Democracia e Democratização	50	30
Globalização, Integração Regional e Política Externa Comparada	44	27
Instituições Políticas e Comportamento Eleitoral	32	19
Governabilidade, Política e Economia	16	10
Estado e Políticas Públicas	12	7
Outros	12	7
<i>Total</i>	166	100

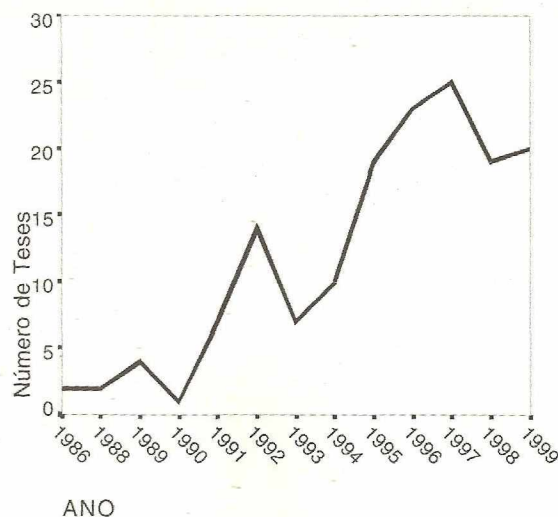
Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 até junho de 2000); IUPERJ (1987 até junho de 2000); UFF (1997 até agosto de 2000); REL/UnB (1987-1999); UFMG (1985 até julho de 2000); UFPE (1987 até maio de 2000); POL/UNB (1988 até junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 até maio de 2000).

**Tabela 15**  
**Política Comparada: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e**  
**Relações Internacionais, por temas e por período de tempo da defesa da tese, em**  
**números absolutos e em proporção relativa ao total de teses defendidas por período**

<i>Temas</i>	1985-1990	1991-1995	1996-2000
Democracia e Democratização	45,0 (4)	35,0 (20)	26,0 (26)
Globalização, Integração Regional e Política Externa	11,0 (1)	30,0 (17)	26,0 (26)
Instituições Políticas e Comportamento Eleitoral	0 (0)	21,0 (12)	20,0 (20)
Governabilidade, Política e Economia	11,0 (1)	2,0 (1)	14,0 (14)
Estado e Políticas Públicas	11,0 (1)	5,0 (3)	8,0 (8)
Outros	22,0 (2)	7,0 (4)	6,0 (6)
<i>Total</i>	100,0 (9)	100,0 (57)	100,0 (100)

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e/ou sites dos programas na internet: USP (1986 até junho de 2000); IUPERJ (1987 até junho de 2000); UFF (1997 até agosto de 2000); REL/UNB (1987-1999); UFMG (1985 até julho de 2000); UFPE (1987 até maio de 2000); POL/UNB (1988 até junho 2000); Unicamp (1985-1999); UFRGS (1985-2000), IRI (1990 até maio de 2000).

**Gráfico 1**  
**Política Comparada: Teses e Dissertações de Pós-Graduação em Ciência Política e**  
**Relações Internacionais, por ano (1985-1999)**



Obs :Não se registrou nenhuma tese comparativa no ano de 1987.

**Quadro 1**  
**Política Comparada: Linhas de Pesquisa, Projetos de Pesquisa e Cursos de Pós-Graduação,**  
**por Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (1985-2000)**

<i>Centros de Pesquisa</i>	<i>Linhas de Pesquisa</i>	<i>Projetos de Pesquisa 1</i>	<i>Cursos</i>	<i>Outros</i>
USP	1) Política Brasileira e Política Comparada.	1) Ref. do Estado, Bancos Centrais e Ordem Monetária*. 2) Observatório Permanente dos Processos de Reestruturação e da Regulamentação Econômica*. 3) Reg. Políticos e Crescimento Econômico*. 4) Inst. Políticas, Padrões de Interação Executivo-Legislativo e Capacidade Governativa**. 5) Integrating Social and Economic Development in the New Economic Model*. 6) Democracy in Latin America: Construction of Political Society*.	1) Instituições Políticas. 2) Política e Economia do Federalismo: Teorias, Modelos e Casos. 3) Partidos Políticos e Sistemas Partidários: Uma Análise Comparativa. 4) Metodologia em Política Comparada.	Concurso para professor assistente em Metodologia Comparada (2000).
Unicamp	1) Cultura, Ideologia e Representação Política. 2) Estudos Internacionais e Forças Armadas. 3) Relações de Trabalho e Organização de Interesses.	1) Sociedade Civil e Espaços Públicos*. 2) Reestruturação Econômica Mundial e Reformas Liberalizantes nos Países em Desenvolvimento. 3) Forças Armadas e Democracia: o Papel do Poder Legislativo. 4) Globalização, Estratégias Gerenciais e Respostas Operárias: Um Estudo Comparado da Indústria de Linha Branca (Brasil, Grã-Bretanha, Turquia, Austrália e África do Sul)**.	1) Forças Armadas e Poder Político. 2) Cultura Política. Representação e Democracia. 3) Reestruturação Capitalista e Estratégias Econômicas: O Caso Brasileiro em Perspectiva Comparada.	Oficina de Pesquisa Comparativa sobre Trabalho e Teoria Social: Dimensões da Transformação de Trabalho e da Política (agosto 2000).
IUPERJ	1) Instituições Políticas e Decisões de Governo 2) Instituições Políticas, Representação e Participação.	1) Duverger Revisitado: O Poder Presidencial nas Democracias Parlamentares Européias*. 2) Democracia e Défis: os Determinantes Políticos do Comportamento Fiscal na América Latina**. 3) Formação Ministerial e Decisões Legislativas no Presidencialismo Latino Americano.	1) Instituições Políticas Comparadas. 2) Processo Legislativo em Perspectiva Comparada. 3) Seminário de Pesquisa em Política Comparada.	1) Banco de dados eleitorais e dados internacionais para efeito comparativo. 2) Membro do International Social Survey Programme. 3) Laboratório de Política Comparada.
IRI/PUC	1) Estudos de Política Externa. 2) Inst. Internacionais. 3) Processos de Globalização e Integração Regional.	1) Brasil, Chile e Espanha: Política Externa e Transição Democrática em Perspectiva Comparada. 2) A Dimensão Social da Integr. Regional: os Casos da União Européia e do Mercosul. 3) Fragmentação do Estado, Intervenção Humanitária e Reorganização do Espaço Político nas Relações Internacionais do Pós-Guerra Fria (África e Europa Central).	1) Transação Democrática e Política Externa.	-
UFF	1) Estado, Políticas Públicas e Sociedade. 2) Identidade, Interesses e Representação Política.	1) Militares e Política nas Novas Democracias do Cone Sul**. 2) Novas Institucionalidades Jurídicas na América Latina. 3) Watergate e o Impedimento à Brasileira: Instituições e Processos.	1) Democracia, Autoritarismo e Mudança na Ordem Política: Os Desafios do Brasil e do Cone Sul. 2) Relações Cívicas/Militares e a Construção de Estados Democráticos.	-

UFMG	1) Instituições Políticas.	1) Instituições Híbridas (orçamento participativo, conselhos setoriais de políticas, seminários legislativos), dentro do BH Survey Area, parte do Survey Comparativo/Social Hubble, Un. de Michigan, sobre proc. de democratização e participação política, acesso à educação e relações raciais em Belo Horizonte, Detroit, Beijing, Varsóvia e Cidade do Cabo; envolve vários departamentos da UFMG e treinamento de alunos.*	1) Estado, Modernização e Regimes Políticos na América Latina. 2) Seminário Teoria Contemporânea.	-
UFPE	1) Forças Armadas e Forças Policiais. 2) Relações Internacionais. 3) Políticas Públicas.	1) A Dinâmica das Unidades Infraestatais nos Processos de Integração Regional: O Caso dos Länder alemães, das regiões francesas na União Européia e dos Estados brasileiros e Províncias argentinas no Mercosul. 2) The Rule of Law and Military Justice in Brazil*. 3) Reforma Administrativa e Reforma do Estado*.	1) Democracia em Perspectiva Comparada. 2) Regionalismo em Estados Periféricos: Estratégias Nacionais e Globalização. 3) União Européia e Mercosul.	-
UFRGS	1) Política Comparada: Estado, Partidos e Comportamento Político. 2) Política Comparada: Estado e Partidos na América Latina.	1) Produção Cultural e Lógica de Gênero: o Impacto do Feminismo no Comportamento Político de Homens e Mulheres na América Latina. 2) A Dinâmica da Transição/Consolidação Democrática no Brasil, Argentina e Uruguai: Eleições e Partidos numa Perspectiva Comparada.	1) Autoritarismo e Democracia na América Latina. 2) Militares e Política na América Latina. 3) Populismo em uma Perspectiva Comparada.	-
REL/UnB	1) Brasil em Perspectiva Comparada. 2) Sistema Internacional e Integração Regional. 3) A Nova Agenda Global e as Transformações Contemporâneas. 4) Política Exterior.	1) Institucionalidades Democráticas e Políticas de Ajuste: Brasil em Perspectiva Comparada. 2) Adaptando-se à Democracia: os Militares no Brasil, Argentina e Chile no Período Pós-Transição. 3) Políticas Públicas e o Judiciário: um Estudo Comparativo sobre a Judicialização Política (Brasil/Estados Unidos). 4) Globalização, Política Externa e Processo Decisório: Brasil e Estados Unidos na Década de Noventa. 5) A Formação da Agenda Brasileira e Americana para a Rodada do Milênio da OMC. 6) Processos de Transição na Europa Centro-Oriental e Mercosul. 7) Integração Regional: Brasil e Alemanha em Perspectiva Comparada. 8) A Globalização da Política Ambiental no Brasil e Argentina. 9) Global Environmental Survey: Values, Attitudes and Behavior*. 10) Estados Unidos, Argentina e Brasil no Regime de Mudança Climática.	1) Metodologia em Política Comparada. 2) Democratização em Perspectiva Comparada. 3) Processo Decisório em Política Externa: Brasil e Estados Unidos.	Seminário Internacional "Política Internacional e Comparada: Perspectivas Recentes no Brasil" (nov. 1999).
POL/UnB	1) Estado e Políticas Públicas.	1) Corrupção Política e <i>Accountability</i> (Brasil, Argentina e Itália).	-	-

Fonte: Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e sites dos programas na internet.

\_ Concluídos recentemente (até 1999) ou em andamento.

\* Projetos de pesquisa com parceria internacional.

\*\* Projetos de pesquisa com parceria entre instituições nacionais.

\_ Atividades desativadas ou enfraquecidas em função da saída do seu coordenador.

## Bibliografia

Bates, Robert

1996 "Area Studies and the Discipline", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 7 (1).

1996a "The Death of Comparative Politics?", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 7 (2).

Cardoso, Fernando Henrique & Faletto, Enzo

1970 *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.

Castro Santos, Maria Helena

2001 "Que Democracia? Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento". *Dados*, 44 (4): 729-771.

Collier, David

1993 "The Comparative Method", in Ada W. Finifter (ed.), *Political Science: The State of the Discipline II*, Washington, D.C., American Political Science Association.

1998 "Comparative Method in the 1990's", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 19 (1).

1999 "Data, Field Work and Extracting New Ideas at Close Range", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 10 (1).

1999a "Building a Disciplined, Rigorous Center in Comparative Politics", *Newsletter of the APSA-CP (Letter from the President)*, 10 (2).

Grieco, Joseph

1997 "Systemic Sources of Variation in Regional Institutionalization in Western Europe, East Asia, and Americas", in Edward Mansfield e Helen Milner (orgs), *The Political Economy of Regionalism*, Nova York, Columbia University Press.

Haggard, Stephan

1997 "The Political Economy of Regionalism in Asia and the Americas", in Edward Mansfield e Helen Milner (orgs), *The Political Economy of Regionalism*, Nova York, Columbia University Press.

Holt, Robert T. & Turner, John (eds.)

1970 *The Methodology of Comparative Research*. Nova York, Free Press.

Huntington, Samuel

1968 *Political Order in Changing Society*. New Haven/Londres, Yale University Press.

Jowitt, Ken

1966 "The New World Disorder", in Larry Diamond e Marc Plattner (eds.), *The Global Resurgence of Democracy*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press.

King, Gary; Keohane, Robert & Verba, Sidney

1994 *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, Princeton University Press.



- Lijphart, Arend  
 1971 "Comparative Politics and the Comparative Method". *American Political Science Review*, 65, set.
- 1977 *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven, Conn., Yale University Press.
- Limongi, Fernando  
 2000 "Comunicação oral apresentada no Seminário A Ciência Política no Brasil: Estado da Arte e Perspectivas. Ouro Preto, jul.
- Linz, Juan  
 1970 "An Authoritarian Regime: Spain", in Erik Allardt e Stein Rokkan, *Mass Politics: Studies in Political Sociology*, Nova York, Free Press.
- Milner, Helen  
 1997 *Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton, Princeton University Press
- Nelson, Joan & Eglinton, Stephanie  
 1996 "The International Donor Community: Conditioned Aid and the Promotion and Defense of Democracy", in Tom Farer (ed.), *Beyond Sovereignty: Collectively Defending Democracy in the Americas*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press.
- O'Donnell, Guillermo  
 1973 *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*. Berkely, Institute of International Studies, University of Califórnia (Politics of Modernization Series, 9).
- 1975 "Reflexiones sobre las Tendencias Generales de Cambio en el Estado burocrático-autoritário". Buenos Aires, Documento CEDES/G. E. CLACSO, 1, Centro de Estudos de Estado.
- Packenham, Robert  
 1973 *Liberal America: Political Development, Ideas in Foreing Aid and Social Science*. Princeton, Princenton University Press.
- Ragin, Charles  
 1987 *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
- 2000 *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago, University of Chicago Press.
- Reis, Eliza Pereira; Reis, Fábio Wanderley & Velho, Gilberto  
 1997 "As Ciências Sociais nos Últimos 20 Anos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (25), out.
- Reis, Fábio Wanderley  
 1991 "O Tabelaõ e a Lupa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 6, 16, jul.

- Satori, Giovanni  
1970 "Concept Misformation in Comparative Politics". *The American Political Science Review*, LXIV (4), dez.
- 1976 *Parties and Political Systems: A Framework for Analysis*. Nova York, Cambridge University Press.
- 1994 "Compare Why and How?", in Mattei Dogan e Ali Kazancigil (eds.), *Comparing Nations: Concepts, Strategies, Substance*, Oxford/Cambridge, Basil Blackwell.
- Schmitter, Philippe  
1993 "Comparative Politics", in Joel Krieger (ed.), *The Oxford Companion to the Politics of the World*, Nova York, Oxford University Press.
- Stokke, Olav  
1995 "Aid and Political Conditionality: Core Issues and State of the Art", in Olav Stokke (ed.), *Aid and Political Conditionality*, Londres, Frank Cass.
- Wiarda, Howard  
2000 *Introduction to Comparative Politics: Concepts and Processes*. 2. ed. Fort Worth, Harcourt College Publishers.

- Artigo recebido em outubro/2002
- Aprovado em dezembro/2002

## Resumo

### *Política comparada: Estado das Artes e Perspectiva no Brasil*

O artigo avalia o estado das artes da área de política comparada no Brasil, a partir da análise dos dez principais centros de pesquisa e pós-graduação do país em Ciência Política e Relações Internacionais. Em primeiro lugar, discutimos uma definição para estudos comparados e política comparada, e elaboramos uma breve revisão do campo e o do método comparado, além de sintetizar o debate metodológico que domina atualmente a política comparada na academia norte-americana. Em segundo, procuramos mapear a presença da perspectiva comparada em nossos encontros profissionais (Anpocs e ABCP) e no meio acadêmico brasileiro nos últimos quinze anos. Finalmente, procuramos indicar tanto os obstáculos como as vantagens dos estudos comparativos e os pontos favoráveis à estruturação da área em nosso meio acadêmico, apresentando sugestões nessa direção e um esboço de agenda de pesquisa.

**Palavras-chave:** Política comparada; Campo e método; Debate metodológico; Perspectivas no Brasil.

## Résumé

### *Politique Comparée: L'état des Arts et Perspective au Brésil*

L'article évalue l'état des arts dans le domaine de la politique comparée au Brésil, à partir de l'analyse des dix principaux centres de recherche et d'études doctorales du pays en Sciences Politiques et Relations Internationales. Nous abordons, tout d'abord, la question d'une définition pour les études comparées et la politique comparée, et proposons une brève révision du domaine et de la méthode comparée, tout en synthétisant le débat méthodologique qui domine, actuellement, la politique comparée à l'Académie nord-américaine. Nous cherchons, ensuite, à identifier la présence de la perspective comparée au cours de nos rencontres professionnelles (Anpocs et ABCP) et dans le milieu académique brésilien au cours de ces dernières quinze années. Finalement, nous cherchons à indiquer aussi bien les obstacles ainsi que les avantages des études comparatives et les points favorables à la structuration de ce domaine dans notre milieu académique, en présentant des suggestions dans ce sens ainsi qu'une ébauche d'agenda de recherche.

**Mots-clés:** Politique comparée; Domaine et Méthode ; Débat méthodologique; Perspectives au Brésil.

## Abstract

### *Compared Politics: State of arts And Brazilian Perspectives*

The article evaluates the state of arts of compared politics in Brazil. To accomplish this goal it analyzes the ten most important centers for research and post-graduation in Political Science and International Affairs. Firstly, we discuss a definition for compared studies and compared politics, elaborating a brief review of the field and the compared method, as well as we synthesize the methodological debate that currently prevails in the North American compared politics. Secondly, we try to map the occurrence of the compared perspective in our professional gatherings (Anpocs and ABCP) and in the Brazilian academic métier in the last fifteen years. Finally, we seek to indicate both the obstacles and the advantages of comparative studies, as well as the favorable aspects to structure the field in our academic métier, proposing both suggestions and a draft for a research agenda.

**Keywords:** Compared politics; Field and method; Methodological debate; Perspectives in Brazil.

### Introdução

O texto que segue foi desdobrado – por razões de espaço – de outro mais amplo. A primeira parte foi publicada pelo *BIB* n. 53, sob o mesmo título. Nela, foi dada noção geral da pesquisa bibliográfica, aliás, ainda em andamento, acerca da história social da “sociedade de consumo” norte-americana e do papel da publicidade e do marketing em sua constituição, ao longo do século XX.

A seleção de textos tem sido feita, em última instância, pela relevância com que colocam questões de sociologia da cultura. Nessa vertente, ganha relevo a discussão do efetivo poder de persuasão da publicidade e das implicações de sua onipresença no cotidiano do lazer e do consumo cultural nas modernas sociedades de economia de mercado. Todavia, a vertente mais “econômica”, que lida com as relações entre a publicidade e a estrutura (competitiva ou oligopólica) das indústrias cujos bens promove e dos veículos onde os anuncia, também está presente em alguns dos autores resenhados.

Mas não é possível situar essa problemática sem reconhecer que a própria noção de consumo precisa ser repensada. Considerado pela ciência econômica um epifenômeno, o consumo é também uma dimensão da

existência cotidiana que sofre, de longa data, uma persistente avaliação negativa por razões de ideologia política, religiosa ou pela postura arrogante das elites cultivadas, dispostas a torcer o nariz a tudo o que seja consumo padronizado de objetos produzidos em série pela indústria capitalista. Tudo isso junto é o que justifica a prioridade na inclusão dos autores que escreveram uma história mais abrangente desse ramo de negócios e de cultura popular.

### O Duvidoso Poder de Persuasão da Publicidade, segundo M. Schudson

Michael Schudson, sociólogo da cultura, alega ter começado a interessar-se por publicidade quando iniciou, em 1978, uma linha de pesquisa acerca do “problema da credibilidade na sociedade moderna”. Foi quando notou que seus alunos do curso “Meios de comunicação de massa e sociedade”, na Universidade de Chicago, sempre que ele falava de publicidade, lhe recomendavam cuidado com seu enorme poder de persuasão. Reconhecendo-se provocado intelectualmente pelo ceticismo acadêmico, tão bem representado na postura de seus alunos, Schudson decidiu investir em uma

\* O autor agradece o auxílio que vem recebendo do Núcleo de Pesquisas e Publicações da EAESP/FGV para o desenvolvimento deste estudo.

pesquisa focalizando diretamente a propaganda comercial.

O argumento central de Schudson, redundantemente presente no título e no subtítulo da primeira obra resultante dessa pesquisa – *Advertising, the Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society* (Schudson, 1986), é o de que a publicidade comercial nem de longe tem o poder de persuasão que lhe costuma atribuir grande parte dos intelectuais acadêmicos do país.<sup>1</sup> Entre as muitas provas disso está o fato de que, durante o século XX, nos Estados Unidos, nenhum novo produto a rigor foi “imposto” ao mercado exclusivamente pela persuasão publicitária. No caso de produtos efetivamente novos, que conquistaram um nível significativo de consumo, bastará olhar com cuidado para verificar que sempre houve algum movimento social (inclusive mudança demográfica) que coadjuvou sua difusão. Foi o caso do cigarro, nos anos de 1920, que se tornou símbolo da emancipação feminina, ou do “jeans”, nos anos de 1960, peça de vestimenta que se tornou símbolo de juventude, rebeldia e anti-convencionalismo. Tomando o mesmo argumento, mas ao inverso, Schudson lembra a existência de produtos que se impuseram ao mercado sem nenhuma publicidade, caso típico da maconha e da cocaína, a partir da década de 1980.<sup>2</sup>

Mas, para que serviria a publicidade? Já no prefácio, Schudson responde, apontando fatores que a tornam um ingrediente praticamente indispensável da agenda e do orçamento empresarial. Ele conta que um presidente de companhia, em uma entrevista, lhe assegurou que uma presença significativa de sua corporação na mídia paga (publicidade) era vista pelos acionistas como prova maior da saúde e da prosperidade do negócio do que, propriamente, os números de balanços (Schudson, 1986, p. xiv). Ora, essa crença por parte de um segmento de público tão estratégico para a empresa como o dos investidores tem, em si e por si, efeito sobre sua

saúde e prosperidade, configurando um caso de profecia auto-realizadora. Esse mesmo efeito de retroalimentação Schudson vê nas conexões entre publicidade, qualidade de produto e venda. Segundo ele, costuma-se, em geral, prestar atenção insuficiente à operação conjugada desses três fatores.

Tudo se passa como se, ao “apostar” – com base em sua experiência técnico-produtiva e comercial – na qualidade (e, por conseguinte, na aceitação de mercado) de um produto que acabou de desenvolver, a empresa “declara” ou “dá prova” disso beneficiando-o com um maior quinhão da verba de comunicação e um lugar especial em suas campanhas. Observando que a empresa está “apostando mais fichas” nele, os vendedores se sentem mais confiantes ao oferecê-lo aos distribuidores, no que são coadjuvados pelos argumentos publicitários com os quais seus clientes já tiveram algum contato. Em consequência, a persuasão do distribuidor pelo vendedor torna-se mais fácil e, assim, as vendas do fabricante à cadeia de comércio se ampliam; significa dizer que, ao comprá-lo, os varejistas cumprem o papel de tornar o produto fisicamente mais acessível a um público mais amplo, o que aumenta a probabilidade de ser visto e, pois, comprado pelo consumidor final.

Nesse sentido, é fato que a publicidade ajuda a vender, embora com a ressalva de Schudson de que isso não passa forçosamente por uma persuasão sutil e profunda do consumidor final (Schudson, 1986, p. xv); antes, age por *uma cadeia de mediações*. Mais do que isso, quando a publicidade recai sobre um produto sem qualidade, ela se converte em sua “coveira”, posto que, induzindo a primeira compra e a experimentação, ela afasta imediatamente o consumidor. Segue-se daí que, se é tecnicamente impossível examinar isoladamente o efeito da publicidade sobre as vendas de um produto determinado, a questão mais fina que cabe colocar será: *sob que condições é mais provável que a*

*publicidade provoque vendas?* Com isso, sustenta Schudson, superam-se as disjunções “sim/não” e “mais/menos”; são impasses rígidos, que bloqueiam o exame da questão, e que, uma vez transpostos, abrem novas vertentes de análise. Como sinal da fragilidade da conexão causal entre publicidade e vendas, ele aponta que os economistas que tentaram explicá-la jamais chegaram a alguma conclusão convincente. Por outro lado, observa que a verba publicitária é calculada costumeiramente como percentual da receita de vendas do ano *anterior*, repetindo-se praticamente a mesma ano após ano, durante décadas. Diante disso, Schudson conclui que seria até mais coerente dizer que *as vendas provocam publicidade* do que o contrário.

O consumidor normalmente toma a decisão de compra com base em *alguma outra fonte de informação além da publicidade*, o que não passa de um fato absolutamente normal e corriqueiro. Generalizando, é possível dizer que o peso da publicidade na decisão de compra está na razão inversa da qualidade e diversidade dos *demais* meios de informação<sup>3</sup> efetivamente disponíveis para a massa dos consumidores ou para algum segmento dela. Logicamente, pode-se estabelecer que alguns consumidores – ou, sob certas circunstâncias, todos os consumidores – estão privados de outras fontes de informação e, nessa condição, tornam-se mais vulneráveis à publicidade. Schudson dá exemplos: crianças, velhos, migrantes e habitantes de países de Terceiro Mundo em cujos mercados *começa a entrar* um produto de origem estrangeira. Estes exemplos são colocados como “exceções”, e é em função desse maior estado de vulnerabilidade de *segmentos específicos* do público consumidor que se pode e se deve pensar em combater as campanhas enganosas e seus efeitos nefastos. Isso significa forçosamente alimentar esses grupos com mais informação.

Schudson continua argumentando que, se a pergunta certa é “como funciona a publicidade?”, não há como respondê-la con-

vincentemente enquanto não se responder à questão mais ampla: “como a cultura funciona”? Ou, mais precisamente, qual é o poder de influência que os produtos culturais apresentam, de modo geral? Isso equivale a perguntar o *como* e o *quanto* eles afetam crenças e comportamentos. Para melhor caracterizar a necessidade de uma gradação, Schudson cita Melford Spiro (*apud* Schudson, 1986), que distinguiu cinco níveis, do mais superficial ao mais profundo, em que um elemento de ideologia pode afetar um indivíduo: 1) o indivíduo pode simplesmente perceber a existência de uma idéia ou elemento ideológico; 2) pode, além disso, entendê-la; 3) pode acreditar que ela contenha uma verdade, ou esteja correta; 4) ela pode ganhar realce em seu “ambiente comportamental”, isto é, o indivíduo não só acredita na idéia, mas organiza sua percepção de vida em função dela; 5) o indivíduo internaliza de tal modo a idéia que ela se torna não só cognitivamente saliente, mas motivacionalmente relevante. Ela não só orienta a ação como instiga o indivíduo a praticá-la.

Schudson duvida de que as ciências humanas tenham respondido satisfatoriamente à questão de qual é o exato *modus operandi* da cultura. Argumenta que o estudo da publicidade, se rebatido para esta questão mais ampla, poderá ser o embrião de uma teoria da cultura que se faz necessária, e que ele pretende ajudar a desenvolver (Schudson, 1986, p. xix). Como uma primeira tentativa, ele introduz, como um capítulo à parte em *Advertising, the Uneasy Persuasion*, o conceito de “realismo capitalista”, com o fim de mostrar a dialética entre representação da realidade e representação da realidade idealizada, que é a forma como operava, no sistema soviético, o que ficou conhecido por “realismo socialista”. Sendo o anúncio um espaço simbólico que não é totalmente ficcional nem totalmente real, mas que tem seu próprio nível de realidade, Schudson o considera paradigmático da sociedade capitalis-

ta. Assim como o realismo socialista procura figurar a realidade não como era, mas *como deveria ser* (a glorificação do operário e do camponês no trabalho, ou do soldado soviético na guerra), o mesmo faz a publicidade no contexto capitalista, quando apresenta personagens abstratos em contextos abstratos, no registro real ou surreal, como comédia ou como farsa, e aí reside sua dimensão como realismo capitalista.

A similaridade entre publicidade e realismo socialista está em que ambas as formas subordinaam tudo a uma mensagem que romantiza o presente ou suas potencialidades. Se a estética visual do realismo socialista é montada para dignificar a simplicidade do trabalho humano a serviço do estado, a estética do capitalismo realista – sem obedecer a um plano de intenções tão firme como aquele – glorifica os prazeres e a liberdade de escolha do consumidor na defesa das virtudes da vida privada e das ambições materiais (Schudson, 1986, p. 218).

Assim, ao recusar a tese de um poder persuasivo total da publicidade, que se tornou lugar comum no mundo acadêmico, Schudson argumenta, com apoio na antropologia, que a função de um anúncio é a de lembrete. Às vezes, ele vai além disso, induzindo as pessoas a prestar atenção. “[...] symbols do not ‘merely’ remind us. They remind us. They make us mind, make us focus – and on some things rather than on others” (Schudson, 1986, p. xxii).

E continua: publicidade não é uma guerra contra a mente do consumidor, mas uma guerra competitiva contra rivais comerciais por uma parcela do mercado (Schudson, 1986, p. 9). Ou seja, procura perceber o que o consumidor quer – não em qualquer terreno – mas apenas *entre alternativas viáveis comercialmente*. Não obstante, e ainda que não afete necessariamente nossas decisões de compra, ou seja, se for vista estritamente

como símbolo, o poder da publicidade pode ser considerável (Schudson, 1986, p. 210).

Assim, se um anúncio *dá nome* a coisas e guia a ação humana, por que não extrapolar para a conclusão necessária que a função social que a publicidade preenche é a mesma que a cultura preenche, pois a atenção humana é exatamente o recurso escasso que a cultura organiza e orienta? A cultura é uma instituição (ou mapa) para a focalização da atenção. A propósito, na maior parte do tempo a maior parte dos consumidores não está à procura da maior parte dos produtos anunciados, e assim a atenção que eles devotam aos anúncios é próxima de zero (Schudson, 1986, p. 5). O autor reconhece que a sociologia da cultura só conseguiu avançar quando decidiu explorar a situação social dos produtores simbólicos e as respostas do público aos símbolos emitidos. Embora isso pareça algo muito singelo, sabe-se o quão resistentes são os meios intelectuais a esses dois procedimentos, paradoxalmente tão próximos do evidente e tão difíceis de praticar.

A partir daí o autor situa seu argumento:

[...] meu assunto não são os anúncios,<sup>4</sup> mas sim a publicidade. Como instituição que desempenha um papel na venda de produtos de consumo, como uma indústria que fabrica os produtos culturais chamados “anúncios” e “comerciais”, e como um invasivo sistema de símbolos, uma aberta e onipresente glorificação da cultura de consumo. A questão a ser então colocada será: o que a repetição insistente, ao longo do tempo, de mensagens superficiais, como os anúncios, provoca na mente do público? Afinal, a publicidade serve não somente para oferecer bens, mas para “vender” o consumo como um meio de vida (Schudson, 1986, p. 6).

Em outras palavras, essa “visão ampliada” da publicidade, permitida por um esforço de raciocínio e por uma perspectiva histórica mais segura, deverá lidar com questões

como: “que lugar o consumo tem no universo cultural? Qual espécie de consumo nós (norte-americanos) temos, e o que pode ser dito acerca do papel da publicidade nele?” (Schudson, 1986, p. 13).

Um cuidado aqui se impõe: o objeto empírico não é toda e qualquer publicidade, pois isso implicaria incluir classificados de jornal, promoções de preço e outros mil procedimentos episódicos e isolados. Antes, o que importa é a propaganda de bens de consumo de alcance nacional (*national consumer goods advertising*). Neste tipo de publicidade – continua Schudson – presume-se um consumidor já instruído onde comprar o bem e a que preço, não precisando receber essas informações do anúncio. Exatamente por poder ignorar esses fatores, a publicidade pode ser abstrata, isto é, mostrar tipos humanos abstratos em uma dimensão também abstrata de tempo. Sua função é inculcar, na imaginação do público, uma certa associação entre um produto com um determinado segmento sociodemográfico, ou com alguma necessidade ou ocasião.

Os três primeiros capítulos de *Advertising, the Uneasy Persuasion* estão voltados a delimitar o grau de informação e conhecimento sobre produtos, assimilação de mensagens, decisão de compra e modos de consumo efetivamente ao alcance de cada um dos três atores básicos: anunciantes, publicitários e o próprio consumidor. Um aspecto interessante, nesta reconstituição de perspectivas distintas e complementares, é o reconhecimento de que o uso das ciências da mente a serviço do entendimento do consumidor é, na grande maioria dos casos, algo superficial e inofensivo. Algo muito longe do poder de penetração “subliminar” e profunda que os críticos da sociedade de massa insistiam – e ainda insistem – em imputar às campanhas comerciais que começaram a fazer uso de análise de atitudes montada por psicólogos.<sup>5</sup>

Os três capítulos seguintes do livro complementam a argumentação dos anteriores, sintetizando a informação e o conhecimento histórico das mudanças sociais provocadas na sociedade norte-americana pelo intenso ritmo de industrialização e urbanização entre 1880 e 1920. São mudanças que lastrearam simultaneamente a consolidação do setor publicitário como ramo de atividade e propiciaram a formação de uma infraestrutura da sociedade de consumo, aí incluída uma nova postura em relação à posse de bens e seu significado cultural (Schudson, 1986, p. 130).

Precedendo a reconstituição histórica, nesta parte do livro Schudson busca o apoio de outras disciplinas científicas para o entendimento do consumo. Por exemplo, apela à antropologia e sente-se seguro para recusar consistência a qualquer definição “objetiva” de “necessidades humanas”. Para isso, reconhece que em *toda e qualquer* sociedade humana até mesmo as mais elementares necessidades fisiológicas são sempre *culturalmente codificadas e socialmente organizadas*; ou seja, a relação com os objetos é revestida de sentido. Aproveita para lembrar que o pensamento econômico sempre teve de respeitar esse limite nas teorias sobre a remuneração do trabalho – assunto diante do qual Marx e Adam Smith entram em acordo. Embora o capitalismo seja o primeiro regime de produção que suscita a idéia de necessidades “naturais” como fundamento para a remuneração operária, nem Marx nem Smith negam que da cesta básica do trabalhador façam sempre parte alguns bens que correspondam a hábitos culturalmente definidos, pelo simples e irrefutável fato de que aí está o patamar que distingue humanidade da pura animalidade (Schudson, 1986, pp. 133).

A hostilidade de Schudson às idéias de que o consumo é condicionado por uma postura egoísta e ostentatória o leva a desconfiar da teoria de Veblen sobre consumo conspícuo.<sup>6</sup> Lembre-se, a propósito, que o



peso dos presentes no montante das compras de cada família<sup>7</sup> remete a um elemento igualmente universal de sociabilidade em todo e qualquer agrupamento humano. No caso das sociedades capitalistas, a troca de presentes pressupõe compra de mercadorias, sem dúvida, mas as funções que o presente preenche continuam sendo perenes, não se reduzindo a manifestações egoístas e narcísicas. É claro que a relação com as coisas (forma transformada da relação entre pessoas através de coisas) pode conter excessos – manifestações propriamente patológicas – como é o caso da compra compulsiva e de uma consequência freqüentemente associada a ela: o risco de excessivo endividamento. Mas esta já é outra questão.

O recuo histórico que Schudson faz ao período 1880-1930 tem uma dupla finalidade: a primeira é localizar o período em que mais rápido avançou o campo publicitário norte-americano, em sua autonomização. Os indicadores desta são a criação de associações para representar as agências e a expansão do número de suas afiliadas, os clubes de publicitários e o crescimento de seu corpo associativo, o aparecimento de periódicos voltados ao próprio meio profissional, sua maior freqüência, crescente tiragem e maior qualidade técnica; a percentagem de empresas que anunciavam através de agências, a maior freqüência das agências e suas entidades de representação em “vender” a publicidade ao conjunto dos industriais, comerciantes, e demais negócios e instituições, convertendo-os em anunciantes; o aumento também rápido do espaço publicitário em jornais e revistas. Não esquecer que, no meio século aí compreendido, deu-se uma enorme concentração da propriedade e do crescimento das classes médias (Mills, 1969),<sup>8</sup> que, com o automóvel, ganhavam mais mobilidade e que, com os jornais, revistas e rádio, tinham um padrão de gosto mais afetado pela publicidade. A intensificação da mobilidade social e geográfica, implicando a perda das referên-

cias da comunidade de origem, de seus produtos e de suas formas de provisão, tornava, por sua vez, importante a identificação dos bens através da marca e a reeducação do gosto através da freqüentação de lojas de departamento<sup>9</sup> (Schudson, 1986, p. 157). Uma personagem de ficção, retirada de uma obra de Sinclair Lewis (*Sister Carrie*), que narra as peripécias de uma moça interiorana que vai morar e trabalhar em Chicago, serve a Schudson como meio prático para ilustrar os processos sociais mais profundos na formação da sociedade de consumo norte-americana. Entre eles, a necessidade, cada vez mais aguda, de uma crescente parcela da população, de encontrar em novos espaços comerciais e novos canais de informação a respeito de bens e serviços, sinalizações que permitissem – sobretudo às pessoas móveis – mapear e sobreviver em ambientes sociais estranhos. Nas palavras de Schudson

[...] as pessoas ficam cada vez mais dependentes do público à sua volta para confirmar sua identidade. As necessidades tornam-se ambíguas em função das possibilidades de escolha que se abrem: de cônjuge, de profissão, de religião, de local de moradia etc. Consumo de massa significa a aceitação, na esfera importante dos estilos de vida, da idéia de mudança social e transformação pessoal (Schudson, 1986, p. 155).

E nisso o cenário norte-americano da época, marcado pela ferrovia, pela urbanização e renovação dos canais de comércio, era bastante pródigo.

Será, por conseguinte, nesse ambiente, que Schudson localiza os momentos decisivos em que os publicitários definiram a natureza de seu trabalho e de seus vínculos com veículos e clientes. Por exemplo, o início da fabricação do anúncio, a partir de 1880, e não apenas a corretagem de espaço, e a confirmação de que o verdadeiro cliente da agência é o anunciante e não o veículo

que divulga sua mensagem. Para consagrar essa posição, foi aprovado em 1895 o princípio do “contrato aberto” entre agência e anunciante. Assim, firmam um compromisso no qual o anunciante aceita canalizar sua verba de divulgação através de uma só agência, sem especificação prévia de uma campanha, e de fazê-lo por tempo indeterminado, sendo, pois, aberto em relação à duração e à natureza dos serviços a serem prestados.

É nesta fase que os publicitários se dão realmente conta de que precisam remover da opinião pública a imagem de charlatanismo deixada pela forte associação entre publicidade e remédios milagrosos (*patent medicine*), formada ao longo do século XIX.<sup>10</sup> E que o melhor, para isso, seria aproximar sua imagem pública da imagem de “seriedade” do *big business* e de sua direção profissionalizada.

Mas o recuo histórico não termina na reconstituição desse processo; ele continua através de um interessante estudo de caso – o da propagação do cigarro nas primeiras décadas do século XX. O cigarro foi um produto que se firmou não apenas como substituto mais barato e prático do charuto para fumantes homens, como foi surpreendentemente elevado a símbolo de comportamento feminino moderno e independente, convertendo o incipiente hábito feminino de fumar em “conquista social”, aliás exatamente o oposto da imagem degradante associada hoje em dia à dependência química que ele provoca e às manifestações contemporâneas de rejeição social e confinamento dos fumantes.

Outro texto de Schudson, também histórico, é de comentário indispensável nesta análise. Trata-se de “Delectable Materialism”, publicado em 1999. É um artigo onde são caracterizadas, em separado, as cinco “inspirações ideológicas” básicas da crítica do consumo na sociedade norte-americana: a crítica puritana, a quaker, a republicana, a aristocrática e a socialista.

Da perspectiva puritana, o consumo é visto com desconfiança porque estimula de-

sejos (o sexual, em particular, tão difícil de lidar!) e, assim, são, um distúrbio à “espiritualidade”. Prazer e espiritualidade são antinômicos, pois aquele está na base do instinto acumulativo e de posse, contrários ao recolhimento e à virtude; do ponto de vista quaker, que valoriza a simplicidade, a crítica recai sobre todo consumo que ultrapasse o frugal, havido por “natural”, e daí sua sensibilidade e propensão a censurar as “falsas necessidades” e a “obsolescência planejada” de que veio a ser acusada a grande empresa capitalista em seu projeto de vender cada vez mais. Por sua vez, o republicanismo, valorizador do civismo e da esfera pública, vê o consumo como um estímulo à vida privada e isolada, portanto, como contrário ao que se espera do cidadão; as duas seguintes, que Schudson chama de “antiburguesas” têm fontes bastante distintas: a crítica “aristocrática”, por exemplo, que torce o nariz ao consumo dos bens produzidos industrialmente pelo simples fato de que não são “exclusivos”, e que deplora a padronização do consumo de massa. É uma visão que, no fim das contas, acaba revelando despreço pela própria “massa”. Finalmente, a crítica “proletária”, ou “socialista”, que localiza a verdadeira realização humana no trabalho produtivo e encara o culto do consumo como “aburguesamento” ou recuo despoliticizador ao reino doméstico.<sup>11</sup>

Schudson retoma em outro texto “How Culture Works?” (1989) a idéia de gradação da força (*potency*) dos produtos culturais, ou da eficácia dos símbolos, sobre os indivíduos, como um refinamento necessário para evitar exageros que tiram credibilidade a muitos estudos de mídia. O artigo foi publicado cinco anos após *Advertising, the Uneasy Persuasion*, embora nele já estivesse, de certa forma, anunciado.

Schudson ressalva, em “How Culture Works?”, que vai estudar a força dos símbolos segundo a tradição dos estudos de mídia, que tendem a reduzir a cultura a men-

sagens, como que pegando os símbolos “em si” sem contextualizar socialmente sua emissão e recepção e sem captar a expressão corpórea da cultura, como manda a tradição antropológica. Mesmo dentro dessas limitações, vale a pena um esforço teórico em que a relação do homem com os símbolos seja compreendida de modo mais amplo, e não apenas dentro da moldura de um projeto ideológico, inscrito em um processo de dominação entre classes sociais, como faz a teoria marxista da ideologia, sobretudo sua versão mais vulgar e simplista.

Schudson coloca-se numa posição intermediária entre os que confundem ou aproximam demais cultura e ideologia política; o extremo oposto seria admiti-la unicamente como uma ferramenta (*tool-kit*, ou *social resource*) à disposição de todos, onde cada um de nós seleciona um instrumento qualquer e o utiliza conforme seus interesses. Dentro dessa posição intermediária – e focalizando particularmente o poder de influência dos meios de comunicação de massa,<sup>12</sup> a resposta de Schudson é: às vezes a cultura funciona, às vezes não; às vezes a mídia afeta atitudes, às vezes não; às vezes certas idéias parecem dividir radicalmente os homens, outras vezes não. O que, afinal, determina que um símbolo vá funcionar como luz ou chama ou não? São questões que estão sempre à tona, discutidas no espaço público, suscitando tomadas de posição: deve-se proibir pornografia? Deve-se banir publicidade dirigida a crianças? E daí por diante.

Para evitar os riscos de confusão entre interação simbólica e inculcação ideológica, Schudson propõe que qualquer objeto cultural deva ser avaliado segundo cinco diferentes dimensões de potência. São elas: recuperabilidade (*retrievability*), força retórica (*rethorical force*), ressonância (*resonance*), institucionalização (*institutionalization*) e poder decisório (*resolution*).

Assim, os símbolos ou produtos culturais que mais funcionam, no sentido de se

traduzir ou influenciar comportamentos, são aqueles que a) estão mais acessíveis ao público cujo comportamento se deseja influenciar; b) tem mais força retórica, comparativamente a outros, por alguma característica qualquer; c) mostra mais afinidade com o repertório simbólico e as condições de vida do público que se deseja atingir; d) desfruta do respaldo de instituições respeitadas, como escolas, academias etc. e) aponta um caminho de ação, direta ou indiretamente.

Um objeto cultural será tanto mais poderoso quanto mais e melhor ele estiver disponível para seu público; quanto mais ele se distinguir de outros símbolos, em algum aspecto relacionado com seu emissor, canal e momento de emissão; quanto mais ele estiver consoante valores, hábitos e comportamentos do público que se procura atingir; quanto maior for o respaldo que tiver de instituições reputadas e quanto mais claramente ele indicar um caminho de ação (Schudson, 1989, p. 175).

Uma das mais sutis tarefas da sociologia da cultura é encontrar o tom adequado para discutir o poder de influência da cultura no mundo do dia-a-dia, quando *a cultura serve mais para lembrar do que para informar, mais para esclarecer do que para galvanizar pessoas* (Schudson, 1989, p. 174).

Recuperando o desfecho de *Advertising, the Uneasy Persuasion*, é preciso dizer que seu autor não se recusa em reconhecer uma série de aspectos negativos ainda não devidamente equacionados na publicidade. Seria ingênuo achar, depois de tal mergulho, que o marketing e a publicidade apenas identificam necessidades previamente existentes e apenas respondem a elas. Entre os casos negativos, Schudson cita a exportação da publicidade norte-americana, que sempre carrega a possibilidade de impor uma composição de bens e serviços pouco adequada a uma população pobre, na medida

em que, em países de Terceiro Mundo, o mercado comprador quase se limita a uma pequena parcela da população: as classes médias e altas. O caso mais triste talvez seja o do setor farmacêutico, que se limita, nesses países, à venda de remédios caros para as enfermidades menos graves dos mais ricos, e não dos produtos mais essenciais aos mais pobres. Mas mesmo nos Estados Unidos, a publicidade pode provocar efeitos enganosos junto aos grupos menos providos dos outros canais de informação sobre bens. A solução aí será certamente multiplicar tais canais, ou reforçar os já existentes. Quando a exposição à publicidade é inevitável, como no rádio e na TV (ao contrário dos jornais), alguma instância de controle tem de fiscalizar o conteúdo dos anúncios sobre, por exemplo, bebidas alcoólicas e cigarro. Como lidar social e politicamente com uma força que incide a partir de fora sobre valores familiares e comunitários, mas cujo poder de influência continua fora ou acima de fiscalização (*unaccountable influence*)? Como lidar com uma atividade que promove bens que seus próprios profissionais não desejam ver dentro de suas casas?

Do ponto de vista macrosocial, Schudson se pergunta se o fato de a publicidade financiar a parte maior de um sistema de comunicação relativamente livre e diversificado, já não seria uma vantagem só por si justificadora de sua existência. Mesmo aí, cabe advertir que a publicidade "financia a mídia, mas sem dúvida de um modo que não é o ideal para o processo democrático" (Schudson, 1986, p. 239). Deixa também assentado que se é verdade que a publicidade não apenas ajuda a vender bens, mas também a vender o consumo como estilo de vida, será mais do que hora de se começar a desenvolver uma sociologia do consumo capaz de entender melhor o alcance e as implicações dessa tendência. Uma sociologia que consiga entender os processos de mudança econômica, social e demográfica que operam na infra-estrutura

do consumo, mas que precisam ser mais bem conhecidos. Por outro lado, também é de esperar que se deve exigir mais das universidades no sentido de um melhor entendimento da publicidade e de como pode ela ser mais cobrada por outras instituições com função de respaldo moral e ético.

### **Nostalgia do Apogeu: A Publicidade entre 1960 e 1990, por M. Mayer**

*Whatever Happened to Madison Avenue?* é o resultado da revisita que o autor fez ao campo da publicidade no início dos anos noventa. Ele já havia publicado *Madison Avenue, USA* em 1958, para dar conta do estado geral da publicidade nos Estados Unidos. A propósito, a mencionada avenida, na ilha de Manhattan, na cidade de Nova York, é onde desde muito tempo se concentram as principais agências, ao ponto de se tornar metáfora de publicidade norte-americana.

A réplica, três décadas depois, não foi, a rigor, iniciativa espontânea de Mayer (1991). Foi um encorajamento que recebeu de Peter Georgescu, então presidente da Young & Rubicam, para enfeixar em um volume as transformações ocorridas no interregno. Durante ele, Mayer afeiçou um método de trabalho jornalístico que consiste – segundo se lê em uma resenha de seu livro<sup>13</sup> – em mergulhar nas particularidades de alguns ramos de negócio e fazê-los compreensíveis a um público leigo. O preparo de biografias de alguns publicitários de sucesso, nesse meio tempo, também ajudou a calibrar seu nível de familiaridade com o meio, garantindo a qualidade da análise que o texto apresenta.

Mayer chama a atenção do leitor para um dilema que compromete o conhecimento desse ramo de negócio. Os que conhecem mais intimamente o setor ficam de boca calada sob o imperativo do segredo comercial; em consequência, muito do que se escreve a respeito dele é demasiado solene, ou dema-

siado trivial ou demasiado idiota (Mayer, 1991, p. 18).

O autor não esconde que seu livro contou com apoio econômico indireto da entidade que representa as agências de publicidade norte-americanas, a American Association of Advertising Agencies. Mas essa circunstância seguramente não lhe tira o mérito de ser um texto bastante construído, revelador de uma análise mais fina do que aquela visível em muitos estudos diacrônicos da publicidade. Em especial aqueles que se atêm, passo a passo, em cada década, sucessivamente, tentando fazer do respeito à cronologia uma espécie de substituto da falta de uma perspectiva mais profunda.

As transformações descritas por Mayer são em geral para pior. O setor publicitário é um ramo de negócio que vem sofrendo uma séria substituição de comando (resultado da abertura de capital)<sup>14</sup>, assim como de um enorme fluxo de aquisições e fusões, que abre acesso a posições decisórias a quem não é do ramo: os “planejadores” e financistas sem interesse real em publicidade. Na relação entre agência e anunciante imiscuiu-se, por força da burocratização, um novo perfil de executivo, o portador de um diploma de MBA/Master in Business Administration, figura fascinada por análises quantitativas e preocupações financeiras, e que acabou obscurecendo a própria gestão mercadológica.<sup>15</sup>

Preocupa-o também a séria perda que as agências vêm sofrendo de controle sobre aquilo que parecia encerrar a “essência” da publicidade: a “criação” da mensagem e a partilha com os clientes da responsabilidade na gestão de suas marcas. Afinal, é por meio da boa gestão de marcas que a publicidade adiciona valor econômico e justifica sua existência; e essa gestão tem necessariamente horizonte de médio e longo prazo.

Do ponto de vista comercial, essa perda ainda se multiplica numa queda de rentabilidade iniciada quando os anunciantes começaram a recusar-se a pagar uma comissão

fixa de 15% sobre o custo de produção e de veiculação de anúncios. Em clima de neoliberalismo, e apoiados no princípio de que a legislação antitruste veda fixação institucional de honorários profissionais e outros serviços, os anunciantes impuseram a negociação caso a caso como recurso para definir o percentual de comissão da agência.

No que tange à “criação”, as agências foram irônica, mas drasticamente, vitimadas pelo avanço tecnológico. Com a profusão de bancos de dados permitidos pelo computador (dados sobre consumidores, produtos e audiências) acabou virando realidade aquilo que durante muito tempo se considerava impossível: relacionar objetivamente anúncios veiculados e compras feitas pelo público. Pois bem, no momento em que um grande banco que mantém um cartão de crédito com os dados sociodemográficos do cliente, inclusive seu local de residência, e no momento em que instrumentos eletrônicos acoplados a receptores de TV indicam que canais e programas este cliente está vendo, fica possível a esse banco, ou a outra empresa qualquer, acompanhar, em tempo real, a recepção da mensagem publicitária e a decisão de compra que ela pode ou não desencadear.

Mayer constata que o avanço eletrônico favoreceu o controle de resultados das campanhas, fazendo o poder deslocar-se dos departamentos de “criação” para os de pesquisa, e da agência para o cliente, na medida em que este tem acesso aos mesmos dados que a agência e os executivos ocupados só em analisá-los. Mas não se veja aí apenas uma relação de força entre “arte” e “ciência”, ou entre “intuição” e “razão”, mas também a concentração econômica atingindo o setor de pesquisa de mercado, que, a partir daí, deixa de ser uma atividade de trabalho intensivo para assumir um caráter eminentemente de capital-intensivo.

Essa situação se agrava, contudo, com o processo de fragmentação ou segmentação de mercado, com as possibilidades que se

abrem para a circulação mais dirigida de publicidade, assim como para vendas diretas, tendo sempre por trás, é claro, o computador e sua potência incessantemente aumentada. Apenas para uma pálida idéia, Mayer reproduz uma comparação retirada de uma publicação da European Association of Advertising Agencies: "Em 1970 um computador custava o salário de vinte pessoas, enquanto em 1990 se podia comprar vinte computadores com o salário de uma só pessoa" (Mayer, 1991, p. 222).

Através das linhas de prefixo 800 ficou muito mais fácil o contato da empresa diretamente com o cliente, o que serve tanto para venda quanto para troca de informação.

Na obsessão por dirigir mais focalizadamente a publicidade, os anunciantes agora podem comprar (ou alugar) mais facilmente bancos de dados e oferecer com mais assiduidade descontos de preço e outras vantagens. Em uma única palavra, "promoção" (de vendas) em lugar de verdadeira publicidade. Nesse processo, as cadeias de varejo, que também aumentam a partir da concentração econômica, também se fortalecem e passam a dialogar diretamente com as corporações industriais, abalando o contato entre indústria e consumidor final que foi a "missão" por excelência da publicidade em sua época áurea, anos de 1950 e 1960. No dizer de um nostálgico executivo de agência:

Naqueles dias, você costumava contar com ensaio e erro como meio de chegar a um anúncio. Você descia de um trem ou de um avião, visitava a fábrica, via como as coisas eram feitas. Depois você caminhava pelas lojas e via gente comprando o produto; então você escrevia o texto (Mayer, 1991, p. 96).

Mas como a indústria também se subordina à mesma lógica da concentração e da centralização do capital, não é raro uma mesma corporação ser a proprietária de várias marcas no mesmo segmento de merca-

do. Não são, pois, marcas "concorrentes". Se ela concede a publicidade de algumas marcas a uma agência e das demais a outra(s), e se limita a contemplar a "briga", o controle final dos resultados fica, portanto, cada vez mais em mãos do anunciante.

Os elementos aqui incluídos mostram que para Mayer a publicidade tem sido vítima da concentração e da centralização do capital na indústria de transformação e nos meios de comunicação. O incremento tecnológico tem favorecido bastante os controles que os clientes podem exercer sobre as agências, que, por sua vez, se tornam cada vez mais multinacionais e impessoais, donde o travo de nostalgia que atravessa todo o livro.

#### **Stephen Fox: Fascínio e Ambigüidade Diante do Objeto**

*The Mirror Makers: A History of American Advertising and Its Creators*, publicado em primeira edição em 1984, é uma história da publicidade americana que abrange desde seu início, em meados do séc. XIX, até o final da década de 1970. O texto foi atualizado numa segunda edição, de 1997, com uma introdução que cobriu o período subsequente.

Como o título indica, a análise pretende destacar a atuação dos principais nomes da publicidade norte-americana, situando cada um no contexto em que se projetou. Todavia, o texto está longe daquele feito hagiográfico superficial em que é penoso encontrar fatos em meio à retórica e aos superlativos. Na verdade, Fox compulsou enorme número de arquivos de pessoas, famílias, agências e associações, e entrevistou longamente muitos publicitários, seus herdeiros e sucessores. Ao contrário de outras obras, que se centram no anúncio, explorando semiologicamente as variações formais de texto e imagem (como fazem Leiss e outros, 1990; Williamson, 1978; Pollay, 1985), o livro de Fox é basicamente análise, texto.<sup>16</sup>

O autor declarou-se, no prefácio à primeira edição, motivado pelo fito de entender a contemporaneidade da sociedade norte-americana, convencido de que a publicidade exercia um forte poder na modelação dessa realidade social.

Mas, continua, *depois de ter mudado de maneira de ver várias vezes, ao longo da pesquisa*, concluiu que o apogeu de influência da publicidade situa-se mesmo na década de 1920. Desde então essa influência se reduz, apesar de crescer o dispêndio com anúncios e de a publicidade invadir outros territórios, impondo-se ubiqüamente. No fundo, conclui, ela se tornou o grande bode expiatório (*scapegoat*) para os males de nossa época, na ótica de críticos que deveriam olhar a realidade, em vez de somente um dos espelhos onde ela se reflete.

Na obsessão por construir um ponto de vista simultaneamente interno e externo, Fox faz desfilar as diferentes “filosofias” que nortearam a ação (ou apenas marcaram o discurso) daqueles publicitários que mais notabilidade ganharam em seu tempo. Ligando idéias a pessoas e contas a agências, Fox mostra como o meio publicitário elaborou pressões externas de quaisquer ordens. Assim, por exemplo, a preciosa e bem correspondida colaboração com o governo federal por ocasião das duas guerras, a luta contra as ameaças de regulamentação federal por parte da FCC (Federal Communication Commission) e da FTC (Federal Trade Commission). Ou o espaço dado a publicitários “rebeldes” quando os movimentos sociais dos anos de 1960 colocaram a necessidade de uma publicidade “de vanguarda”, que rompesse com as mensagens e as campanhas convencionais, que monotonamente focalizavam e glorificavam a classe média suburbana, branca e afluente, que encarnava, nos anos de 1950, o consumidor típico do país.

É curioso como, na busca das razões que tornaram a “rebeldia” aceitável, Fox lembra que a possibilidade de “rupturas”

corria na razão inversa do tamanho da verba. Ou seja, tomando os casos de Ogilvy, ou da DDB, ele mostra que a tolerância ao inusitado era tanto maior quanto menor a perda de vendas em caso de fracasso de um anúncio ou campanha. Ou seja, “ousava-se” tanto mais quanto menos dinheiro efetivamente era posto em risco.

Finalmente, observando as tendências que Fox atualiza na edição de 1997, observa-se a mesma tônica nostálgica que alimenta o livro de Martin Mayer. Nostalgia de uma época em que publicidade era *personal business*, na qual os termos da concorrência eram ditados por princípios e estratégias que se conseguia identificar a pessoas determinadas, com certa origem social e certas características de personalidade. Nesse sentido, o surto de fusões e incorporações que vem transformando muitas agências em empresas de capital aberto, controladas com mentalidade financeira por dirigentes de bancos ou de fundos de pensão, só está servindo para reduzir as possibilidades de trabalho original.

#### **Daniel Pope e as Funções Econômicas da Publicidade**

*The Making of Modern Advertising*, de Daniel Pope (1983), é texto mais conciso do que o de Fox. Pretende passar um compromisso de “seriedade” com o tema procurando ater-se a uma única perspectiva: a de apontar as necessidades econômicas a que a publicidade, ao longo do tempo, vem respondendo.

Nesse sentido não só recusa funcionar como instância de celebração de quem quer que seja dentro do campo publicitário, como também indica não alimentar nenhum interesse acerca do impacto da publicidade na cultura norte-americana. Nada exemplifica melhor esse empenho, e, de quebra, o pouco caso de Daniel Pope com as dimensões de estudo não contempladas, do que a passagem onde assegura que:

A gente pode ou não ter a publicidade que merece; mas a gente tem o tipo de publicidade que as corporações requerem [pois, afinal...] As empresas não gastam mais de cinquenta bilhões de dólares anuais para criar obras de arte ou fazer experimentos psicológicos ou para trazer à superfície as camadas mais profundas da psique. [Em vista disso, parece-lhe] [...] mais importante explicar a evolução da moderna publicidade em termos das necessidades empresariais a que responde (Pope, 1983, pp. 7-8).

Mas, a que vem esse tipo de análise tão comprometida com os interesses dominantes do campo – os dos anunciantes – e sua luta por maiores fatias de mercado e, conseqüentemente, de lucro?

Não há resposta explícita a essa questão, e, assim, é obrigatório respeitar a liberdade do autor em escolher seu ponto de vista.

Tendo como foco as necessidades empresariais a que a publicidade responde, o trabalho de Pope não é de todo original. Os analistas da oligopolização da economia norte-americana na transição para o século XX, especialmente Chandler (1977), já haviam mostrado há mais tempo como a integração do território nacional pelas ferrovias e pelas comunicações constituiu a condição primeira para o surgimento das marcas nacionais e do papel destas em fortalecer o poder da indústria sobre o comércio por atacado. Outros historiadores da publicidade (Fox, 1997; Marchand, 1985; Norris, 1990) também coincidem em reconhecer que na década de 1920 os elementos básicos que estruturam as relações econômicas e de negócio entre agências, veículos e anúncios já estavam constituídos. Daí caber apenas concordar com a afirmação de Pope de que “a estrutura de valores e a natureza do trabalho da publicidade estavam constituídos já em 1920. O contexto institucional tem se mantido, desde então, surpreendentemente estável” (Pope, 1983, p. 8). Tal constância também se estendia às ca-

racterísticas das empresas e dos produtos que respondiam mais pela receita global da publicidade, havendo muito pouco *turnover* no *ranking* dos grandes anunciantes entre a Primeira Guerra Mundial e os anos de 1980. Para começo de conversa, poucos ramos concentravam grande massa de recursos: em uma amostra de 58 empresas, entre os maiores anunciantes, catorze eram de alimentos, nove de autos e autopeças e nove de produtos químicos, sobretudo sabões e cosméticos. Acrescentando-se os fabricantes de pneus e de carros (em número de quatro cada), tem-se que dois terços da massa de recursos provinham de apenas cinco ramos de negócio (Pope, 1983, p. 46).

Daí o autor perguntar-se o que tinham esses produtos para ser tão mais propensos a ser anunciados (*more advertisible*) do que os demais? É que eles eram bens de conveniência, ou seja, sua compra envolvia parcela ínfima dos gastos do consumidor e isso tornava *desinteressante ao consumidor* gastar tempo em lojas e conversas com balconistas para comparar uma marca com a outra. Quando não eram “de conveniência”, eram produtos novos, para os quais cumpria chamar a atenção do consumidor e explicar a que serviam.

A conseqüência do uso intensivo da publicidade foi, pois, consolidar o poder das empresas que lideravam a oligopolização da indústria norte-americana, em especial nos setores de bens de conveniência. Assim, a indústria “transformou o atacadista em um entregador e o varejista em um cobrador fazendo a margem de lucro do distribuidor cair enormemente”. Ademais de permitir evitar a competição de preços, a publicidade também ajudava os grandes anunciantes a reforçar seu poder dentro da cadeia produtiva e de distribuição, permitindo-lhes recrutar mais facilmente seus vendedores e se assegurar de um controle maior sobre eles, evitando “desvios” que pudessem cometer – descontos indevidos ao



cliente ou promessas à revelia ou em desacordo com as diretrizes da empresa.<sup>17</sup>

### **James Twitchell e a Glorificação do Comercialismo Norte-americano Contemporâneo**

*ADCULT Usa: The Triumph of Advertising in American Culture* é certamente o mais importante entre os vários livros que James Twitchell tem dedicado à publicidade e ao consumo (Twitchell, 1995, 1999, 2002). Sua importância está na clara definição do próprio objeto e da perspectiva de análise, já no primeiro parágrafo:

Este livro não é sobre propaganda, mas sobre cultura; ou, mais propriamente, sobre a cultura que se cria quando a publicidade se torna não apenas uma instituição central, mas a mais central das instituições (Twitchell, 1995, p. 1).

Tal clareza, contudo, não deve enganar. O texto é de leitura difícil, devido ao uso de um inglês sofisticado entremeado de um sem número de jargões da cultura de massa retirados do discurso publicitário. Como o texto pretende chocar exatamente os críticos eruditos entrincheirados nas universidades, e como seu autor, ensaísta e professor universitário de inglês, domina o idioma culto certamente mais do que seus pares, é plenamente admissível que ele tenha mobilizado os recursos legítimos a seu alcance para sustentar um argumento tão contrário ao senso comum acadêmico. Só que daí que a compreensão do texto, particularmente por parte do leitor estrangeiro, se torna mais árdua.

Tal ressalva é para lembrar o leitor de que os comentários aqui feitos sobre o livro de Twitchell têm um caráter menos exaustivo do que em relação aos demais apresentados neste balanço. Ou seja, que este autor merece ainda releituras que permitam sepa-

rar melhor o muito de trigo<sup>18</sup> que ele apresenta junto com tanto joio.

De início, merece elogio o fato de que o autor não esconde o apoio que recebeu em sua pesquisa da Advertising Educational Foundation – uma organização criada pelas agências para facilitar a aproximação entre universidade e propaganda. Foi com a mediação dela que ele estagiou um mês na J. W. Thompson. Também não esconde que tal estágio foi concedido condicionalmente, isto é, mediante compromisso prévio de que nem a agência nem qualquer de seus clientes seria objeto de ataques e desmoralização.

O que parece ser a tese central de Twitchell é que, do ponto de vista cultural, a publicidade não apresenta nada de novo no plano das necessidades humanas satisfeitas pela cultura, em seu mais lato sentido.

Uma vez que se reconheça que o consumo tem mais a ver com significados do que com utilidades, fica-se em melhor condição de observar o enorme poder dos amuletos, ícones, imagens, estátuas, relíquias, e todo tipo de coisas trocadas diretamente no interior dos sistemas organizados de acesso ao transcendental. Publicidade fetichiza objetos da mesmíssima maneira como o faz a religião: ela “encanta” (*charms*) objetos, conferindo-lhes uma aura, um valor adicionado (Twitchell, 1995, p. 32).

Em um tópico particularmente importante, intitulado “Publicidade como Cultura”, o autor expõe o que lhe parece ser o mais positivo saldo final da cultura de massa desencadeada pela propaganda: a corrosão das hierarquias culturais. Nesse sentido, a intensificação da publicidade e sua crescente ubiquidade precisam ser vistas como uma ponta de lança que destrói as pretensões de distinção da cultura erudita, ou seja, o distanciamento de classe firmado no seu desfrute exclusivo e excludente. Ou seja, destrói barreiras de acesso e assim se torna

uma instância de “democratização” cultural. Pode assim ser vista ela própria como um sistema de “entrega” (*delivery*) mais eficiente de cultura erudita do que as tradicionais instituições da área (museus, bibliotecas, teatros e salas de concerto), quando operadas na lógica da gestão estatal. Este argumento associa, portanto, não só os eventuais conteúdos eruditos veiculados na mídia de massa financiada pela propaganda, mas, sobretudo, as novas formas de infiltração do interesse comercial através do patrocínio corporativo às artes e seu incessante impulso à expansão de público.

O mesmo efeito de potencialização (*empowerment*) da cultura erudita se verificaria com relação às manifestações populares, funcionando a publicidade, pois, como um poderoso agente de hibridização (entre classes sociais, nações, gêneros, veículos de comunicação e sistemas de gosto). Em suma, para Twitchell publicidade tem tudo a ver com multiculturalismo, conceito que se mostra cada vez mais central na definição do que é tomado como desejável no plano da cultura e das políticas culturais em sociedades complexas. Aliás, a idéia de que as hierarquias culturais estão em colapso nos Estados Unidos é partilhada por outros sociólogos da cultura, em particular Paul DiMaggio (2000), se bem que este autor atribua peso menor da publicidade sobre essa tendência. Embora não haja espaço para discutir o assunto aqui, convém lembrar que se trata de uma mudança cultural de grande envergadura, que parece distanciar a paisagem cultural dos Estados Unidos em relação às das demais nações avançadas do Ocidente.

Cabe finalizar lembrando que se multiplicam nos Estados Unidos os movimentos e as organizações comprometidos com o monitoramento, a análise e a condução de campanhas contra os excessos de comercialismo na vida norte-americana. Seu impacto na educação, na saúde, na organização familiar

e nos padrões de endividamento pessoal e familiar define questões complexas cujo encaminhamento exige leituras ainda por serem feitas.

## Epílogo

O objetivo desta revisão bibliográfica, publicada em duas partes, foi sintetizar o resultado da leitura de um conjunto de obras acerca da publicidade comercial nos Estados Unidos escritas por um grupo de pesquisadores norte-americanos (sociólogos, na maioria, mas também historiadores, e uma crítica de arte).

Tais obras constituem apenas uma pequena amostra de uma bibliografia vasta hoje lá disponível acerca de comunicações, publicidade, consumo, cultura, estudos culturais e áreas afins.

Como previa a intenção inicial de construir este balanço, o critério de seleção foi a relevância das obras para um entendimento mais consistente das origens e da dinâmica do espaço comercial no mundo capitalista do século XX.

Para fixar de modo pertinente o ponto de partida para esse entendimento, o autor se colocou a questão de quando e como “começou” aquilo que hoje se nomeia corriqueiramente como “sociedade de consumo”. É claro que, subjacente a esta questão, está a de se esse conceito especifica de fato algum estado ou processo da sociedade, uma vez que sociedade humana alguma sobrevive sem consumo.

A questão do “começo” pode ser encaminhada da seguinte maneira: em que momento da vida econômica e da competição empresarial, no curso da industrialização – o consumo começa a ser objeto de uma atenção mais intensa e contínua?

Para dizer ainda de modo mais completo, a pergunta seria: *a partir de que momento o consumo (e a distribuição física de bens da*

qual ele depende) começa a canalizar energia coletiva, a justificar o surgimento de novos ramos de negócio, a criar novas identidades profissionais e a fazer florescer novos estilos de vida?

Se coubesse aqui uma intenção obsessiva de reconstituição historiográfica, seria preciso focalizar de início não os Estados Unidos na virada para o século XX, mas a Inglaterra de pelo menos algumas décadas antes, visto que lá foi o berço de fato da industrialização do Ocidente, e seu pólo hegemônico por um longo lapso.<sup>19</sup>

A escolha dos Estados Unidos foi feita por razões que devem ter ficado óbvias ao longo do texto; já a questão de como articular um processo predominantemente socio-cultural como é o consumo, com uma causalidade mais centrada na produção e na teoria econômica, acredita o autor que isso não deva tirar o sono de ninguém. A complementaridade de ambas as ordens de fenômenos é claríssima.

Os empresários, para não falar do governo e de outras instâncias, vinham mostrando forte apreensão quanto à chegada da economia norte-americana a um estágio de superprodução. Da Guerra de Secessão até outubro de 1929, houve episódicas, mas claras, manifestações de esgotamento do mercado interno para produtos agrícolas e, sobretudo, industriais. A conhecida tendência estrutural à concentração e à centralização de capitais – potencializada pela inovação tecnológica – ameaça o fluxo econômico, definindo momentos, às vezes dramáticos, de “pânico” e recessão. Campanhas e manifestações contra o poder oligopolista também são várias nesse interregno. Mas tudo isso é bem conhecido e está fora do interesse do autor.

Todavia, no que se refere aos canais de distribuição física e simbólica de bens econômicos (enfim, das mudanças sociais e culturais hoje chamadas de “infra-estrutura” do consumo), o processo é menos conhecido fora dos Estados Unidos.

Na verdade, na base de tudo está a ca-

pacidade da economia mercantil de afetar em profundidade as condições de vida e a cultura. Isso pode ser resumido em um só conceito – mobilidade – desdobrado em dois – social e geográfica – que, por sua vez, se reúnem num outro: urbanização.

Um mercado nacional de bens de consumo supõe uma produção em escala muitas vezes maior do que a indústria local e regional vigente nos Estados Unidos na maior parte do século XIX. Supõe também uma rede de distribuição física de mercadorias de alcance nacional. O ciclo das ferrovias assegurou essa possibilidade, poucas décadas depois ampliada pelo automóvel.

Mas, para que bens de consumo fossem produzidos em larga escala, distribuídos e consumidos em lugares distantes, além dos canais de transporte foi necessária uma rede de comunicações que identificasse os produtos; que os tornasse *familiares* ao grande público em uma época justamente em que a mobilidade enfraquecia a *família*, e se reduzia o abastecimento através da produção doméstica e local.

No conjunto, os textos mostram que, para ajudar na reconstrução da identidade das pessoas (perturbada pela mobilidade e pela imigração) foi necessário dar identidade aos bens de consumo, através da marca (*brand*). Assim, a construção de marcas, como processo simbólico, torna-se ingrediente indispensável na formação do mercado nacional norte-americano, e a difusão delas de forma regular e constante vai depender do número e do alcance dos veículos de comunicação.

Antes de haver jornais de tiragem nacional, e o hábito de oferecer páginas inteiras para anúncios, a primeira geração de publicitários nos Estados Unidos trabalhou na montagem de catálogos com informação sobre tiragem real e custo do anúncio de muitas centenas de publicações de caráter local e regional.

Esse trabalho prévio de conhecimento

dos “veículos” foi indispensável quando, na virada do século, as marcas nacionais perceberam as vantagens que teriam em anunciar por todo o país a um só momento.

Para que jornais e revistas sobrevivessem economicamente foi preciso que houvesse anunciantes. Assim, o processo também supõe a conversão de industriais e lojistas em anunciantes. Não anunciantes episódicos, mas regulares. Responsáveis por “campanhas” não em um mas *em todos* os canais importantes de difusão, ao mesmo tempo.

Assim, não havendo ainda rádio e TV, jornais e revistas eram os veículos disponíveis, e o anúncio impresso, o mais importante. Nessa fase inicial de formação do mercado nacional a informação sobre o produto (suas particularidades, modo de uso etc.) era a virtude primeira do anúncio, e por isso eles tinham muito que explicar, a tal ponto que esta fase, na história da publicidade, acabou conhecida como aquela dos anúncios *reason why*.

É ociosa a questão de saber quando acaba a função de informar e começa a de persuadir. Na verdade as duas dimensões estão sempre presentes, ainda que com ênfases distintas. Mas nesta fase inicial não é só o homem comum que precisa aprender a consumir, é também o fabricante que passa a ter meios mais eficientes de aprender para que o consumidor está comprando seus produtos. É aí que se fica sabendo o quão antiga é a prática de “reposicionamento” de bens e que a Coca-Cola um dia foi vendida como remédio contra dor de cabeça, enfim, um elixir entre os muitos da época (Strasser, 1989, p. 129).

Os publicitários norte-americanos chegaram com reputação discutível ao século XX. Sua imagem atravessara o século ainda muito ligada ao negócio dos elixires miraculosos (*patent medicines*), que proliferou durante o século XIX. Acontecia que, como vários fabricantes de elixir não conseguiam pagar suas despesas com anúncio, acabaram cedendo fórmulas ou participação em sociedade a seus credores na publicidade, vários

dos quais, então, entraram no negócio. Ademais, os anúncios de drogas miraculosas reclamavam anúncios plenos de fantasia, com imagem e texto que remetesse a paraísos maravilhosos e assegurassem curas fantásticas (Lears, 1994).

Ora, tanta magia não podia revestir os anúncios de marcas nacionais, que disputavam antes de tudo credibilidade. A partir daí se confunde a mudança do estilo de anúncio com a estratégia de melhoria da imagem da própria publicidade. A empreitada foi assumida, até certo ponto conscientemente, pela liderança do setor.

Vêm daí as campanhas em que ela se empenhou contra anúncios mentirosos. E também a pronta e decidida adesão ao chamamento do governo federal para colaborar no esforço de guerra, entre 1914 e 1918, através de anúncios e cartazes de exaltação da intervenção norte-americana, de auxílio ao processo de recrutamento etc.

Dessa mesma estratégia fez parte uma aproximação maior dos publicitários ao grande empresariado norte-americano. Essa aproximação não se esgotava nas visitas a potenciais anunciantes ou a clientes de fato: implicava também uma aproximação de estilo de vida, o que, no limite, requeria que as agências fossem povoadas por profissionais com nível universitário. Em um tempo relativamente curto as agências crescem, empregam gente de vida cosmopolita e com diplomas prestigiados em *business*, economia, artes, literatura.

A publicidade vai assim perdendo a feição de atividade “menor”, de relegação, que por longo tempo atraía apenas jornalistas e vendedores desempregados ou desencontrados. Requeria também que os publicitários demonstrassem sua deferência em relação aos clientes (empresários e executivos), encarnando nesse segmento o estereótipo do chefe de família bem sucedido e responsável – personagem central de muito anúncio. Enfim, o consumidor “por excelência”, racional e ponderado, esclarecido e generoso, com

bom poder aquisitivo, é claro. Um “exponente da modernidade”, tal como caracterizou Roland Marchand.

Esse “aburguesamento” dos profissionais da publicidade terá conseqüências na dificuldade em entender o consumidor médio, seus gostos, sua linguagem, suas alegrias e tristezas; dificuldade tanto maior quanto mais popular fosse o produto a anunciar.

Mas a publicidade não depende só de transformar industriais e lojistas em anunciantes regulares; precisa também converter jornais e revistas (e outros canais existentes na época) em vendedores eficientes de espaço. Assim, progressos técnicos surgidos na imprensa são incorporados por agências. Por sua vez, casos de revistas (como *True Story*) que batem recordes de venda, especialmente nas classes populares, tornam-se objetos de atenção e fonte de inspiração para a linguagem e o formato dos anúncios.<sup>20</sup>

A situação de desfrute de um *poder delegado* (pelo anunciante), junto com uma impossibilidade de atribuição categórica das vendas a uma campanha publicitária, investe o setor de uma instabilidade estrutural, ao mesmo tempo que de uma aura de respeitabilidade cultural junto a empresários e uma aura correspondente de sucesso econômico junto a artistas, jornalistas e outros segmentos.

Todavia, essa fronteira não é uma linha, mas um espaço. Um espaço social com particularidades em relação ao conjunto do mundo dos negócios e em relação ao conjunto do campo cultural. Nessa perspectiva, entra a questão de saber como são negociadas no dia a dia as posições-chaves da “criação”, da administração, e das relações com o cliente (“contato”). Conecta-se aí a questão de quais requisitos de personalidade e experiência prévia são mais favoráveis à “sobrevivência” de alguém nesse ramo. O livro de Joseph Bensman (1967), resenhado na primeira parte deste artigo, discute corajosamente tal assunto, procurando tirar o melhor partido possível de

uma experiência profissional prolongada que ele teve como diretor de pesquisas de uma agência. Já Michele Bogart (1995), focalizando a fronteira entre arte e comércio, mostra o quão difícil foi para artistas plásticos e escritores elaborarem estratégias que incorporassem sua atividade a serviço da propaganda.

Para entender socialmente a publicidade, é necessário neutralizar o efeito de sedução e de fascínio provocado pela legenda sobre o alto nível de talento, sobre a vida sofisticada e de alto padrão, sobre a possibilidade de enriquecimento econômico rápido. Não que esse enriquecimento não ocorra, pois os exemplos em contrário são irrefutáveis; mas acontece que essa imagem dourada, encenada mais para exibição externa, esconde muita mazela.

Mas é preciso também discriminar, na outra ponta, aquela do impacto do anúncio sobre o consumo e as vendas, o que existe de realidade e de fantasia a respeito do “poder de persuasão” da publicidade. Os textos de Schudson (1986, 1989 e 1999) mostram um empenho muito decidido em discriminar o grau e as formas desse poder – empenho que o levou mesmo a construir um referencial sobre a relação entre mensagem e comportamento. Enfim, um referencial útil para o entendimento de outros meios sociais e comunicacionais. Se é verdade que a maioria das pessoas, na maioria das ocasiões, não está interessada na maioria dos produtos anunciados pela maioria dos anúncios, o peso simbólico atribuído à publicidade precisa ser revisto. E rever a fabulação em torno do poder “manipulador de vontades” da propaganda. Os psicólogos, sabendo o quão difícil é mover uma pessoa a fazer o que não deseja, acabam reforçando a crítica da argumentação fantasiosa sobre o poder de inculcação do anúncio. E mostram que o consumidor é muito mais cúmplice do que vítima da propaganda e do consumo.

Os textos também mostram que uma sociedade, para se tornar uma “sociedade de

consumo”, precisa ajudar a transformar o homem comum em muitas dimensões. Por exemplo, nos padrões de sociabilidade, nas disposições emocionais e necessidades afetivas; nos sistemas perceptivos; nos padrões de gosto e juízos de utilidade; nos critérios de avaliação de custo/benefício; mesmo no relacionamento do indivíduo com o tempo.

É do restabelecimento da estabilidade perdida no processo de mobilidade que resulta o moderno consumidor. É por meio dele que se percebe o papel pedagógico da publicidade.

Mas o autor não pretende parar aqui. Dado o poder e a liderança das corporações norte-americanas na constituição do mercado interno brasileiro para bens de consumo e na instalação de subsidiárias para produzir *in loco* o que elas mandavam de fora (substituição de importações), é lícito dizer que o conhecimento da origem e das etapas de constituição da “sociedade de consumo” nos Estados Unidos têm claro interesse para a história do comercialismo no Brasil. Por meio de uma pesquisa já em andamento ele procura contemplar esse assunto.

#### Notas

1. J. Bensman, autor comentado na parte inicial, assim caricaturiza tal postura: “No nível mais simples, acadêmicos, estetas, intelectuais e líderes culturais continuamente atacam a publicidade por ser a fonte de toda depravação moral, cultural e intelectual, e de todo mau gosto. Em um nível mais sinistro, ela é vista como um *deus ex machina*, capaz de lavagem de cérebros através de recursos psicológicos, lingüísticos e artísticos altamente desenvolvidos. É acusada de controlar a atenção coletiva, de alimentar mentiras públicas, de operar a um tal nível nas faculdades inconscientes e irracionais que o povo não consegue mais decidir racionalmente. De fato, a maior acusação é de que a publicidade destrói a capacidade de comportamento racional, infantiliza as pessoas e, a partir daí, as torna incapazes psicológica e intelectualmente de conduzir sua vida e de tomar decisões democráticas” (Bensman, 1967, p. 10).
2. É absolutamente necessário distinguir *criação primária* de necessidades, que consiste em impor ao mercado um bem realmente novo, inexistente no repertório prévio de consumo, da *administração de demanda secundária*, na qual a publicidade é usada para alterar preferências em benefício de uma marca na sua competição com outras, sobretudo nas categorias de produto, cada vez mais numerosas, em que as diferenças entre bens são ínfimas ou simplesmente inexistentes. Nesse caso, o anúncio funciona como “lembrete”, sem com isso isentar a publicidade de sua tendência à colonização de todo e qualquer meio de comunicação coletiva e à saturação de todo e qualquer espaço comunicacional.
3. São eles: 1) sua experiência pessoal com um produto e seus similares; 2) a informação recebida boca-a-boca de amigos e parentes; 3) a informação recebida dos conteúdos editoriais da mídia; 4) o aprendizado formal oferecido por escolas, instituições de crédito e outras agências; 5) as informações fornecidas pela publicidade de um produto rival; ou de produtos não relacionados com ele; 6) o ceticismo acerca da credibilidade do veículo no qual a publicidade aparece; 7) o ceticismo acerca da publicidade em geral; 8) as informações recebidas de canais de marketing que não a publicidade; 9) pelo preço, como um canal “não publicitário” de venda (Schudson, 1986, p. 91).

4. Este é o objeto da perspectiva semiológica de análise da publicidade, do qual o autor se distancia nesses termos: “não vou levantar altos vôos de análise semiológica, nenhum truque de mágica para tirar de um chapéu cheio de comerciais um arco-íris de mensagens culturais” (Schudson, 1986, p. 5).
5. Ver, a propósito, a reconstituição bem humorada, por dois psicólogos ingleses, Miller e Rose, da experiência do Tavistock Institute of Human Relations no estudo de hábitos de consumo, entre 1950 e 1970, no qual também se nomeiam os principais “críticos da cultura de massa” como David Riesman, Vance Packard, Herbert Marcuse, J. K. Galbraith que, na época, construíram a publicidade como um instrumento de manipulação de vontade e imposição de necessidades. Concluem os dois autores que “psicólogos que trabalharam para anunciantes não eram tolos nem desonestos; eles não tratavam consumidores como autômatos passivos para ser manipulados e instrumentados com falsas necessidades, nem tratavam eles o ato de consumo como uma questão de desejo de soberania do produtor, de quem deveria o consumidor cair prisioneiro” (Miller e Rose, 1997).
6. Veblen pretendeu sustentar a relação entre consumo e cultura em processos de imitação que conduziriam à aceitação do gosto e do estilo de vida da elite pelos demais segmentos sociais (Veblen, 1899). A crítica a Veblen sustenta que apenas alguns gêneros de bens (roupa, decoração, automóvel) têm poder de distinção social, sua lógica de difusão podendo assim ser explicada pela imitação, mas nunca o consumo em geral de todo e qualquer bem. Ademais, como lembrou Campbell (1999), Veblen explica como o consumo de toda a sociedade segue o da elite, mas não explica como este último se forma e se transforma.
7. A metade das jóias compradas é para presente, assim como 70% dos relógios, 20% dos livros e discos, 60% das tostadeiras, 90% dos brinquedos etc. (Schudson, 1986, p. 142).
8. Dentro do agregado de segmentos sociais conhecido por “classes médias”, Mills distingue as “antigas classes médias” (proprietários e profissionais autônomos) das “novas classes médias”, caracterizadas pelo assalariamento em ocupações terciárias e de controle. No intervalo em questão, a parte “antiga” cai de 85 a 44% do total e a “nova”, inversamente, cresce de 15 para 56% (Mills, 1969, p. 85).
9. As lojas de departamento mostram o objeto em situação de uso (roupas envergadas por manequins em posturas de convivência social; móveis e objetos de decoração ambientados em salas etc.), ao contrário das lojas e armazéns que as precederam, nos quais o comprador não tinha essa regalia. Não tinham, pois, a função pedagógica que veio a ser desempenhada pelos centros comerciais criados no fim do século XIX.
10. Por serem os fabricantes de elixires os principais clientes das agências entre 1840-1880, era comum haver sociedades entre os dois ramos de negócios; em vários casos a agência recebia o negócio de elixires como indenização, devido à falência do cliente e às suas dívidas para com a agência.
11. Aqui Schudson lembra que as revoltas em nome do (direito ao) consumo foram mais importantes do que aquelas deflagradas por uma consciência coletiva formada a partir da solidariedade no trabalho, a começar pela revolta que colocou os norte-americanos contra os ingleses, levando à independência; Schudson lembra também que os protestos de consumidores no século XX foram mais amplos e democráticos do que os de trabalhadores sindicalizados. Aliás, foi no consumo de massa que se abrandaram distanciamentos decorrentes de raça, origem étnica, local de procedência etc.

12. Convém repetir aqui que o autor está consciente de que essa postura tende a reduzir cultura a informação, a desprezar a dimensão emocional e psicológica do significado; a não ver a parte da cultura que é transmitida e recebida inconscientemente; que é, enfim, uma perspectiva enviesada pelos estudos de mídia, que são sua especialidade (Schudson, 1989, p. 160).
13. Randall Rothenberg, "Selling Everything but Themselves", *New York Times*, 21/7/1991.
14. Mayer repete várias vezes a pilhéria, corrente no meio, segundo a qual a única razão para abrir o capital de uma agência é "enriquecer um velho publicitário". De todo o modo, as agências agora têm de responder a pessoas que administram o dinheiro de fundos de pensão, de universidades, de hospitais, e que são pagos por-seus resultados, centavo por centavo: uma comunidade de avaros manipuladores de mercado com um horizonte de visão típico de um trator (Mayer, 1991, p. 224).
15. Mayer (1991) os chama de "*Managers of Brand Assets*", para, logo em seguida, avacalhar e chamá-los de "*Murderers of Brand Assets*".
16. Acrescente-se, ainda, à relação de histórias da publicidade o livro de James Norris pela qualidade da reconstrução sistemática da sociedade e da economia norte-americanas sob as quais a publicidade floresceu (Norris, 1990).
17. Caso, por exemplo, do setor de seguros, no qual os corretores exageravam nos direitos que os contratos assegurariam aos clientes, em desacordo com os desígnios do escritório central (Pope, 1983, p. 58).
18. Twitchell revela, como salientam autores norte-americanos que o resenharam, rara erudição sobre a história da cultura comercial do país, mostrando-se capaz de articular as dimensões cultural e econômica da publicidade, e de transitar com igual facilidade pela documentação histórica que dá conta tanto dos bastidores do setor quanto da análise semiológica do anúncio. São muitos os que ele apresenta ao longo de todo o livro.
19. Para recuos históricos maiores o leitor interessado pode encontrar apoio na bibliografia de *Business History*, encerrada hoje em dia em vários periódicos especializados. Aí será possível recuar não décadas, mas séculos.
20. Marchand menciona em particular a *True Story*, e suas matérias acerca de amores, ciúmes e ódios, muitas de autoria dos próprios leitores, enviadas por carta. Este tablóide vendeu 850 mil exemplares em 1924 e mais de 2 milhões em 1927 (Marchand, 1985, p. 54).

#### Bibliografia

- Bensman, Joseph  
1967 *Dollars & Sense. Ideology, Ethics, and the Meaning of Work in Profit and Nonprofit Organizations*. Nova York, MacMillan.
- Bogart, Michele  
1995 *Artists, Advertising, and the Borders of Art*. Chicago, University of Chicago Press.
- Campbell, Colin  
1999 "Consuming Goods and the Good of Consuming", in Lawrence B. Glickman (ed), *Consumer Society in American History: A Reader*, Ithaca, Cornell University Press, pp.19-32.



- Chandler Jr. & Alfred D.  
1977 *The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business*. Boston, Harvard University Press.
- DiMaggio, Paul  
2000 "Social Structure, Institutions, and Cultural Goods: The Case of the United States", in G. Bradford; M. Gary & G. Wallach (eds.), *The Politics of Culture: Policy Perspectives for Individuals, Institutions, and Communities*. New York, The New Press.
- Fox, E. R. W. & Lears, J. (eds.)  
1983 *The Culture of Consumption. Critical Essay in American History, 1880-1980*. Nova York, Pantheon.
- Fox, Stephen  
1997 *The Mirror Makers: A History of American Advertising and Its Creators*. 2 ed., Nova York, Illini Books.
- Glickman, Lawrence B. (ed.)  
1999 *Consumer Society in American History: A Reader*. Ithaca, Cornell University Press.
- Lears, Jackson  
1994 *Fables of Abundance: A Cultural History of Advertising in America*. Nova York, Basic Books.
- Leiss, William; Kline, Stephen & Jhally, Sut  
1990 *Social Communication in Advertising. Persons, Products & Images of Well-Being*. 1 ed., Scarborough, Ontario, Editora Nelson Canada.
- Marchand, Roland  
1985 *Advertising the American Dream: Making Way for Modernity, 1920-1940*. Berkeley, University of California Press.
- Mayer, Martin  
1991 *Whatever Happened to Madison Avenue? Advertising in the '90s*. Boston, Little Brown and Co.  
1958 *Madison Avenue, USA*. Nova York, Harper & Brothers.
- Miller, Peer & Rose, Nikolas  
1997 "Mobilizing the Consumer: Assembling the Subject of Consumption". *Theory Culture and Society*, 14 (1): 1-36.
- Mills, C. Wright  
1969 *A Nova Classe Média*. Trad. de White Collar. The American Middle Classes. Rio de Janeiro, Zahar.
- Norris, James D.  
1990 *Advertising and the Transformation of American Society, 1865-1920*. Nova York, Greenwood Press.
- Pollay, Richard W.  
1985 "The Subsiding Sizzle: A Descriptive History of Print Advertising, 1900-1980". *Journal of Marketing*, 49: pp.24-37.

- Pope, Daniel  
1983 *The Making of Modern Advertising*. Nova York, Basic Books.
- Rothenberg, Randall  
1991 "Selling Everything but Themselves". *New York Times*, 21/7.
- Schudson, Michael  
1999 "Delectable Materialism: Second Thoughts on Consumer Culture", in L. B. Glickman (ed.), *Consumer Society in American History: A Reader*, Ithaca, Cornell University Press, pp. 341-358.
- 1989 "How Culture Works: Perspectives from Media Studies on the Efficacy of Symbols". *Theory and Society*, 18: 153-180.
- 1986 *Advertising, the Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society*. Nova York, Basic Books.
- Spiro, Melford  
1966 "Buddhism and Economic Action in Burma". *American Anthropologist*, 68: 1163.
- Strasser, Susan  
1989 *Satisfaction Guaranteed: The Making of the American Mass Market*. Nova York, Pantheon Books.
- Twitchell, James  
2002 *Living It Up: Our Love Affair With Luxury*. Nova York, Columbia University Press.
- 1999 *Lead Us Into Temptation: The Triumph of American Materialism*. Nova York, Columbia University Press.
- 1995 *ADCULT Usa: The Triumph of Advertising in American Culture*. Nova York, Columbia University Press.
- Veblen, Thorstein  
1899 *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Evolution of Institutions*. Nova York, MacMillan.
- Williamson, Judith  
1978 *Decoding Advertisements: Ideology and Meaning in Advertising*. Londres, Maryon Boyars.

- Artigo recebido em janeiro/2002
- Aprovado em junho/2002  
(1ª parte publicada na BIB 53)

## Resumo

### *Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)*

O universo daquilo que é abertamente comercial na sociedade contemporânea costuma ser tratado nos meios acadêmicos tanto de uma forma distante, simplista e ressentida, quanto, ao contrário, com um otimismo ingênuo da bibliografia de celebração. O estudo da história social da publicidade e do *marketing* é estratégico para avançar contra esse maniqueísmo paralisante, pois permite ampliar a visão acerca das relações entre industrialização capitalista e mercado, urbanização e modernização, comunicação de massa, vida familiar e consumo material e simbólico. Este texto apóia-se em alguns títulos selecionados entre uma bibliografia especializada recolhida recentemente nos Estados Unidos, escolhidos por sua relevância no sentido de que permitem repensar as questões de sociologia da cultura.

**Palavras-chave:** Publicidade e cultura; Consumo e cultura; Sociedade de consumo.

## Résumé

### *Publicité: Commerce, Culture et Profession (Ile Partie)*

L'univers de ce qui est carrément commercial dans les sociétés contemporaines est normalement étudié par les universitaires selon une approche à la fois distante, simplificatrice et ressentie, ou alors, à l'inverse, suivant un optimisme ingénu de l'historiographie de célébration. L'étude de l'histoire sociale de la publicité et du marketing est assez stratégique pour dépasser ce blocage manichéiste, tout en permettant une conception plus approfondie des rapports entre l'industrialisation capitaliste et le marché, l'urbanisation et la modernisation, les médias, la vie familiale et la consommation matérielle et symbolique. Le texte s'appuie sur quelques ouvrages issus d'une bibliographie spécialisée recueillie récemment aux États-Unis et choisis par rapport à un intérêt fondé sur la possibilité de repenser des questions liées à la sociologie de la culture.

**Mots-clés:** Publicité et culture; Consommation et culture; Société de consommation.

## Abstract

### *Marketing: Commerce, Culture, and the Profession (Part II)*

The most overtly commercial dimension of society is often focused in the academia from an arrogant, pessimistic and shallow viewpoint. On the opposite side, it is seen through some optimistic yet naive perspective, typical from a celebratory approach. The sociological study of advertising and marketing is strategic to face such fruitless Manichaeism, for it favors the examination of hidden links between capitalist industrialization and market behavior, between urbanization and modernization, among media, family life, and consumption, be it material or symbolic. The article reviews some important bibliographical titles recently issued in the USA from a perspective based on the sociology of culture.

**Keywords:** Advertising and culture; Consumption and culture; Consumption society.

## Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento

*Maria Lucia Maciel*

### Introdução

Embora haja um consenso quanto à relação entre produção científica e tecnológica e desenvolvimento socioeconômico, especialmente depois que a revolução científico-tecnológica acelerou a globalização de novos processos de produção, de comunicação e de competição – alguns diriam “novos paradigmas” – ainda são poucos os cientistas sociais brasileiros que se debruçam sobre o papel que a ciência e a tecnologia desempenham no desenvolvimento.

Apresenta-se aqui um panorama geral e necessariamente sucinto das diversas correntes e tendências atuais nesse campo, incluindo-se aí a produção brasileira. O objetivo é estimular os cientistas sociais ao estudo desse campo no Brasil, além de fornecer um roteiro básico de leitura para alunos de pós-graduação interessados no assunto.

Dada a amplitude do campo, é necessário desde logo estabelecer alguns critérios de inclusão e da (inevitável) exclusão:

- Concentração em literatura das ciências sociais, indicando também alguns economistas que marcaram referências importantes para os cientistas sociais que trabalham nessa área.
- Do ponto de vista temático, discute-se especificamente a literatura que enfoca processos e políticas de ciência, tecnologia e inovação (CTI) como fatores de

mudança social e de desenvolvimento socioeconômico – sem ser exaustivo, mas principalmente no intuito de identificar as principais correntes e apontar os considerados “clássicos” nessa área.

- Não se trata aqui de sociologia da ciência, por um lado, nem dos (inúmeros) trabalhos que tratam da CTI pela ótica da economia, da engenharia ou da administração, por outro.

Delimitar o universo considerado para este artigo é tarefa complexa. Temos de assumir a impossibilidade de desenhar limites disciplinares nítidos nesse campo, em que se podem encontrar trabalhos de economistas, engenheiros e até físicos (por exemplo, Lopes, 1978) além dos de cientistas sociais. Mesmo institucionalmente, alguns grupos são deliberada e assumidamente multidisciplinares,<sup>1</sup> e a interdisciplinaridade é indiscutivelmente uma vantagem nesse campo de estudo. Mas é possível dizer que o elo que liga os autores mencionados, o ponto em comum, é o olhar político – no sentido lato – sobre o papel da CTI nos processos de mudança social ou socioeconômica.

Em paralelo, incluem-se alguns trabalhos no campo da Sociologia da Educação, da Sociologia Rural e da Sociologia do Trabalho nos casos em que revelam uma especial atenção com relação à ciência e tecnologia – ou ao conhecimento – no processo de desenvolvimento.

## Uma História

Sem falar nos clássicos pensadores que de alguma maneira se debruçaram sobre a relação entre conhecimento e mudança socioeconômica,<sup>2</sup> essa história começa no imediato pós-guerra. Já durante a Segunda Guerra Mundial, a demonstração impactante de aplicações práticas do conhecimento científico (e não se trata aqui “apenas” da fissão nuclear, embora esta já fosse demonstração suficiente) apressa o pensamento e fomenta políticas voltadas para essa relação nos países mais diretamente envolvidos no conflito, sobretudo os Estados Unidos. Considerada a primeira reflexão política sobre o assunto, o relatório de Vannevar Bush<sup>3</sup> ao presidente dos Estados Unidos tornou-se um “clássico” de leitura obrigatória, mesmo que para ser refutado. Trata-se de uma primeira constatação de uma aproximação cada vez maior entre ciência e tecnologia, até então comumente consideradas atividades separadas e com finalidades diversas, ou até mesmo antagônicas. O parágrafo introdutório sintetiza o conteúdo do relatório:

O progresso na guerra contra a doença depende da existência de um fluxo de conhecimento científico novo. Novos produtos, novas indústrias e mais empregos requerem acréscimos continuados ao conhecimento das leis da natureza e a aplicação desse conhecimento para objetivos práticos. Da mesma forma, nossa capacidade de defesa contra a agressão exige conhecimento novo para desenvolvermos novas e melhores armas. Esse conhecimento novo e essencial só pode ser obtido com uma pesquisa científica básica (Bush, 1945, p. 1).

Pela primeira vez, faz-se uma ligação imediata entre o conhecimento científico e a indústria, os novos produtos industriais e o emprego. Agressão, armas e saúde sobressaem no texto. O documento contém reco-

mendações para que “se incrementa a pesquisa militar em tempos de paz”. A pesquisa básica financiada pelo Estado é claramente considerada um elemento indispensável para o sucesso econômico das empresas:

Para que as faculdades, universidades e institutos de pesquisa enfrentem a demanda crescente da indústria e do governo por conhecimento científico novo, sua pesquisa básica tem de ser fortalecida pelo uso de verbas públicas (*Idem, ibidem*).

As propostas do relatório constituem o ponto de partida e a base do sistema de produção de conhecimento mais poderoso do nosso planeta, mesmo que hoje, para muitos, contradigam os princípios da pesquisa básica, que deveria, segundo eles, se manter isenta de interesses econômicos, lucrativos e bélicos.

Crítica-se, atualmente, a abordagem linear de Bush, ou seja, a idéia de que a ciência produz conhecimento que, automaticamente, “empurra” a produção tecnológica que, por sua vez, alimenta o mercado de novos produtos e, portanto, amplia a produtividade das empresas, gera mais empregos e produz mais riqueza para a nação. Esse tipo de raciocínio suscitou uma discussão em torno do embate entre *science push* e *technology pull*,<sup>4</sup> que nada mais é do que uma discordância sobre se a ação determinante é a da oferta ou a da demanda. Trata-se de um debate fundamentalmente economicista, mas que tem sérias implicações para as análises e as políticas de CTI.

Outro debate associado a essa aproximação instrumental entre ciência e tecnologia diz respeito à “privatização da ciência” ou do conhecimento. Observa-se que os cientistas estão cada vez mais atentos às possibilidades de benefícios financeiros oferecidos pelo mercado e que as próprias agências de financiamento à pesquisa dirigem seu apoio à ciência básica que tenha a possibilidade de alimentar diretamente o desenvolvimento

de novas tecnologias e novos produtos (Casas, Gortari e Luna, 2000; Cassiolato, Lattres e Maciel, 2003; Martins, 2000; Salomon, 1996a e 1996b). No Brasil, observa-se tal preocupação no debate em torno das propostas de uma Lei da Inovação, que pretende facilitar o trânsito de pesquisadores entre academia e indústria.

Paralelamente à preocupação com a produção do conhecimento para o avanço social e econômico acrescenta-se a preocupação – mais antiga – com a educação como instrumento ou recurso para o desenvolvimento, traduzida na vasta literatura sobre “capital humano”. Constata-se, em toda essa história de mais de cinquenta anos, uma divisão internacional de perspectivas e objetivos. Enquanto autores europeus e norte-americanos examinam o vínculo entre ciência, tecnologia e avanço – ou “aperfeiçoamento” – da sociedade sob uma perspectiva recente de discutir uma forma “mais humana” de capitalismo, a preocupação do Terceiro Mundo, sobretudo na Índia (que tem uma produção científica admirável) e em alguns países da América Latina, inclusive o Brasil, está mais voltada para a relação entre ciência, tecnologia e *desenvolvimento*.

Ao longo da segunda metade do século XX, o pensamento sobre ciência e tecnologia foi um reflexo das diversas inflexões provocadas no mundo pelos avanços da produção científica e tecnológica. Nos primeiros quinze anos após a Segunda Guerra Mundial, o impacto foi maior nas políticas de incentivo à ciência e à tecnologia, do que no pensamento sobre as conseqüências em termos de mudança social. Nessa primeira fase, que denominamos genericamente como a do pós-guerra, a idéia predominante – inspirada pelo relatório Bush e pela política científica norte-americana – visava à produção de conhecimento para a segurança nacional. No Brasil, essa doutrina foi da maior importância: na sua esteira construiu-se a base institucional do fomento à ciência.<sup>5</sup>

Nas décadas de 1960 e 1970, surge um novo tipo de preocupação, sobretudo no âmbito do pensamento social crítico (Ellul, 1954). Questiona-se para que e a quem serve a ciência, e apontam-se os potenciais perigos de novas tecnologias que despontam como uma ameaça à humanidade em meio à tensão da “guerra fria”. Alguns dos textos mais citados nesse período discutem a responsabilidade social dos cientistas (Ben-David, 1974), a ciência na “periferia” e a idéia de “tecnologia apropriada”, amplamente criticada no então chamado Terceiro Mundo, onde é interpretada como uma forma de recomendar tecnologia “de segunda classe” para os países em desenvolvimento (Emmanuel, 1982). De Solla Price (1963) escreve sobre a “*big science*”, típica do período, em que os grandes financiamentos estatais para megaprojetos na ciência provêm fundamentalmente de verbas ligadas à defesa e à exploração espacial e, em decorrência, provocam o desenvolvimento tecnológico em áreas não ligadas à indústria bélica ou espacial. Thomas Kuhn (1962) introduz a idéia de mudança de paradigma na discussão sobre as revoluções científicas. Sua contribuição foi sendo aos poucos incorporada nas análises sobre as mudanças radicais que a tecnologia vinha e vem produzindo na organização industrial. O “novo paradigma tecno-produtivo” gera novos conceitos de inovação tecnológica. Ciência e tecnologia, vistas agora como forças produtivas, tornam-se objeto de políticas voltadas para o aprimoramento do desenvolvimento capitalista e instrumento da manutenção do consenso, segundo argumenta Habermas (1973) ao apontar a dimensão ideológica da relação entre ciência, tecnologia e poder.

Nesse contexto, tomam novo impulso e novo significado os estudos sobre os fatores e as motivações que condicionam a escolha do objeto de pesquisa. Questiona-se, assim, a lógica do “mercado” da ciência, isto é, até que ponto aspectos ligados à pro-

dução e à competitividade econômica estariam influenciando nessa escolha, ou ainda, se tal escolha estava vinculada diretamente ao financiamento da pesquisa. A relevância de se refletir sobre essa temática é evidente em trabalhos como o de Martins (2000), Souza (1993) e Velho (1990).

Ao mesmo tempo, nos anos de 1970, assisteu-se a um outro debate, relacionado àquele, que floresce principalmente na OCDE,<sup>6</sup> cujas repercussões são observadas no Brasil apenas na década de 1980. Trata-se do debate entre os “neo-schumpeterianos” (Freeman, Dosi e Perez, entre outros), herdeiros das idéias que valorizam a capacidade de “destruição criadora” do empresário inovador – ou empreendedor –, e os “regulacionistas” da Escola de Regulação francesa (Coriat, Lipietz e Chesnais, entre outros), que criticam o “determinismo tecnológico” schumpeteriano e, inspirados na teoria marxista, afirmam que as relações sociais de produção estão na origem das escolhas e das aplicações de tecnologia. Chamando a atenção para a estrutura institucional e a construção histórica que regulam essas relações, os “regulacionistas” da escola francesa consideram a tecnologia um produto social, o que lhe tira o papel de ter um poder determinante na sociedade. Posteriormente, em particular nos anos de 1990, há uma convergência entre as correntes que pensam a relação entre tecnologia, capitalismo e desenvolvimento no sentido de revalorizar as instituições, as condições sociais, o Estado e as políticas. Essa discussão teve – e continua tendo – importantes reflexos no Brasil, sobretudo na Unicamp e no IE/UFRJ, onde autores como Cassiolato, Coutinho, Dagnino, Erber, Possas e Velho, entre outros, retomam esse debate, mas sob o prisma das especificidades políticas e macroeconômicas e das vicissitudes da inserção no plano internacional de um país em desenvolvimento.

Todavia, a atenção aos processos político-institucionais não foi acompanhada de

um exame das condições e relações sociais que fundamentam as opções políticas e tecnológicas. Isso começa a ocorrer a partir da década de 1990. Essa lacuna foi primeiramente preenchida em um trabalho sucinto, denso e preciso de Figueiredo (1989), que retoma as dimensões política e ideológica da ciência e da tecnologia como forças produtivas, e redimensiona a discussão das relações de dependência, considerando as possibilidades e os limites do desenvolvimento tecnológico brasileiro.

### **América Latina e Brasil**

O terceiro quartel do século XX não viu, no Brasil, uma produção intelectual regular que refletisse sobre ciência e tecnologia na sociedade.

Os primeiros trabalhos neste campo são os de Simon Schwartzman, que mapeia as instituições científicas no Rio de Janeiro e a formação da comunidade científica no Brasil (1979), e o de Regina Morel (1979), efetivamente o primeiro estudo que discute as correlações de forças sociais e políticas nacionais e internacionais que geram uma determinada política científica. Coloca-se a questão que tem sido a tônica da produção em política científica e tecnológica na América Latina – e no Brasil –, formulada nos anos de 1970: De que maneira a ciência pode ser encarada como “força produtiva” em sociedades dependentes? E de que maneira ela se torna instrumento de manutenção da dependência?

Amilcar Herrera, responsável pela construção institucional do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp, considerava que o atraso relativo da ciência e da tecnologia não era uma das causas do subdesenvolvimento latino-americano, e sim o resultado de um modelo dependente, incapaz de traduzir em demanda tecnológica as enormes necessidades sociais existentes.

Paradoxalmente,<sup>7</sup> nesse mesmo período, em meio às duras negociações do Tratado de Não-proliferação Nuclear, reforça-se, em alguns países da América Latina e sobretudo no Brasil, a idéia da autonomia e do desenvolvimento endógeno, juntamente com a opção por uma “política externa independente” (governo Geisel). O papel desempenhado pelos militares nos anos de 1950 e, depois, na década de 1970 mereceu análise detalhada de alguns estudiosos. Botelho (1999) e Dagnino (1994), por exemplo, analisam o papel dos militares no desenvolvimento de ciência e tecnologia no Brasil.

Em outros países da América Latina, a discussão também esteve centrada na possibilidade ou não do desenvolvimento – e do desenvolvimento dependente – diante da relevância cada vez maior da ciência e da tecnologia como forças produtivas. A respeito dessa discussão, além de Herrera, já mencionado, é preciso mencionar também Amílcar Baiardi, Hebe Vessuri, Pablo Kreimer, Mario Bunge, entre outros. Na década de 1980 e 1990, esse debate teve continuidade no Brasil, principalmente, pelos esforços do grupo da Unicamp, formado por Herrera (Dagnino, Velho, Furtado, Brisolla, entre outros), e do grupo da Universidade de Brasília (Figueiredo, Fernandes, Maciel, Marinho, Nunes, Sobral e Trigueiro).<sup>8</sup>

Pode-se dizer – correndo-se o risco de uma simplificação excessiva – que há, nos últimos 25 anos no Brasil, duas principais vertentes de análise sobre ciência, tecnologia e desenvolvimento. A primeira, já sintetizada anteriormente, examina as condições sociais e políticas em que a ciência e a tecnologia são produzidas no país. A segunda diz respeito à análise crítica das políticas acerca da ciência e da tecnologia no Brasil. Nesse sentido, é consenso que houve momentos importantes de institucionalização das políticas voltadas à ciência e à tecnologia, por um lado, e, por outro, também a constatação de inconsistência, descontinuidade e in-

coerência dessas políticas; no plural, já que há momentos de surto e de interrupção permeados de ações pontuais que não constituem, de fato, uma Política.

Assim, por exemplo, as análises de Fernandes, Sobral *et al.* (1994) e Maciel, Sobral e Trigueiro (1997) mostram as descontinuidades dessas políticas, resultantes da interferência de fatores políticos e econômicos e das oscilações em alianças e correlações de força nos níveis nacional e estadual, apontando algumas de suas conseqüências. Da mesma forma, para Maculan (1995), ao longo dos anos de 1980, o processo decisório, o ambiente institucional, os objetivos e os meios de financiamento da política voltada à ciência e tecnologia foram marcados por mudanças nem sempre positivas.

Na década posterior e no começo deste século, as mudanças “paradigmáticas” na organização da produção econômica e da produção do próprio conhecimento (Gibbons *et al.*, 1994), em virtude de uma nova revolução científico-tecnológica, provocaram o surgimento de um terceiro eixo de estudos, voltado, predominantemente, para as questões da inovação tecnológica, da “sociedade em rede”, do “empreendedorismo” e da “exclusão digital”. Esses trabalhos mostram as novas roupagens – ou linguagens – da dependência e da divisão internacional do trabalho tal como se apresentam hoje, tendo em vista a aceleração da mudança tecnológica e de sua difusão globalizada. Ainda são poucos os cientistas sociais no Brasil e na América Latina que seguem esse eixo, entre eles, Baumgarten (2001), Fernandes (1997), Maciel (1999, 2001), Noé (1997a, 1997b), Sobral (2000) e Trigueiro (1998), no Brasil; e Arocena e Sutz (2000), Casas *et al.* (2000), Cimoli (2000), Katz (1988) e Sutz (1999), em outros países da América Latina.

A tônica principal da maioria desses autores é a de mostrar como o fosso tecnológico entre os eixos Norte e Sul tende a aprofundar-se com a aceleração da mudan-



ça tecnológica, na medida em que as condições sociais e políticas internas aos países em desenvolvimento estão associadas às pressões internacionais no sentido de reforçar desigualdades e polarizar as capacidades de inovação. O tema da exclusão – evidentemente não se trata apenas de “exclusão digital” – vem à tona nas práticas de pesquisa das corporações multinacionais, nas políticas relativas à propriedade intelectual (ver, por exemplo, as lutas travadas na Organização Mundial do Comércio – OMC) e nas pressões externas no que concerne a legislação sobre patentes. Como argumentam Arocena e Sutz (2000), entre outros, a difusão de tecnologia não tem sentido sem o desenvolvimento de condições internas e externas que permitam a compreensão, o aprendizado e a capacidade de produção e incorporação de novos conhecimentos.

Ao mesmo tempo, alguns pesquisadores europeus começam a prestar mais atenção aos processos de desenvolvimento tecnológico e produção do conhecimento na América Latina, pois a globalização afeta o mundo de maneira desigual e pode, inclusive, ocasionar riscos de desestabilização do sistema como um todo. São as contradições inerentes ao capitalismo, agora vistas sob um outro ângulo.<sup>9</sup>

### Conceitos e Modelos

As transformações sócio-técnicas ocorridas a partir da década de 1990, em que a tecnologia acelerou de forma inédita a chamada globalização, provocaram o surgimento de um leque de novos conceitos e modelos que tentam explicar processos como a globalização, a “glocalização” e o tema da exclusão em contextos específicos.

Sabe-se que hoje o desenvolvimento depende predominantemente da capacidade de gerar e aplicar de maneira produtiva o conhecimento, condição indispensável não só da produtividade e da competitividade, mas

também do capital social. Consta-se, ainda, a eficácia das estratégias regionais e municipais de um desenvolvimento sustentado na integração dos diversos agentes sociais e na circulação ampliada do conhecimento e da informação (Maciel, 1999). A inovação (em sentido lato, tecnológico e social) torna-se um objeto-chave tanto para a ciência social, quanto para as políticas e estratégias de desenvolvimento.

Entra em cena o que os economistas chamam de “o social”, ou seja, a percepção de que as teorias econômicas não explicam nem ajudam a resolver problemas atuais, inerentes ao capitalismo avançado, e que a compreensão dos processos sociais que produzem as mudanças é condição *sine qua non* para entender os processos econômicos. Cresce, então, o esforço de conferir às teorias um poder explicativo maior, introduzindo fatores e atores “externos” à economia, ao mesmo tempo em que se percebe a relevância das relações sociais em qualquer aglomerado ou comunidade no sentido de entender/transformar as possibilidades de avanço. Portanto, há que (re)pensar os atores e suas interações.

Arenas transepistêmicas (Knorr-Cetina, 1982), Modo 2 de Produção do Conhecimento (Gibbons *et al.*, 1994), Sistemas Locais de Inovação (Lundvall, 1992), *Triple Helix* (Etzkowitz e Leydesdorff, 1998), Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (Cassiolo, Lastres e Maciel, 2003), Ambientes de Inovação (Maciel, 2001), *Knowledge Societies* (Stehr, 1994), *Learning Economies* (Johnson e Lundvall, 2003), *Network Societies* (Castells, 1996) são conceitos e modelos de conteúdo e alcance muito diversificados, que têm como objetivo comum uma construção conceitual que seja capaz de analisar e explicar as novas relações – atualmente, muito mais estreitas – entre produção/circulação do conhecimento e produção de riqueza. Nem sempre conseguem, mas alguns resultados são interessantes. Todos esses modelos teóri-

cos dirigem-se, de alguma forma, à exigência colocada aos diversos atores sociais no sentido de uma interação cada vez mais intensa e constante entre setores da economia, instituições político-administrativas, universidades, instituições de ensino e pesquisa e organizações da sociedade civil.

No âmbito restrito deste artigo, não seria possível catalogar tudo o que vem sendo escrito nesse campo; esse não é nosso objetivo. O essencial é dizer não só que o conhecimento e o aprendizado são fundamentais para o “progresso” ou “desenvolvimento”, mas, sobretudo, que o sucesso desse aprendizado e, conseqüentemente, da produção do conhecimento dependem essencialmente da interação e da cooperação entre os atores sociais envolvidos. Decorre daí a idéia de um “sistema de inovação”, composto por agentes diversos em interação para o melhor aproveitamento possível do conhecimento adquirido, o que implica, necessariamente, sua democratização. A dinâmica da inovação depende mais dos processos de aprendizagem interativa do que da disponibilidade de recursos. O foco atual recai sobre a difusão e a distribuição do conhecimento acumulado. Assim, por exemplo, conforme um documento recente da OCDE, o poder de distribuição de um sistema de inovação pode ser caracterizado por quatro famílias de indicadores:

- Base de conhecimento.
- Formas de partilhamento e de transferência do conhecimento.
- Eficácia do partilhamento e da transferência do conhecimento.
- Incidência econômica do partilhamento e da transferência do conhecimento.

Não por acaso é nesse contexto que surge, no final dos anos de 1980, e com mais intensidade na década de 1990, a nova “Sociologia Econômica”, de inspiração weberiana, retomada por Swedberg, Smelser, Granovetter, entre outros,<sup>10</sup> e mais alguns

grupos que discutem maneiras de se encontrar caminhos para uma distribuição mais equitativa dos bens – hoje não mais tanto materiais, mas imateriais.

O conceito de “*knowledge society*” também aparece nesse contexto.<sup>11</sup> Examinando a nova realidade social, procura-se abrir a “caixa preta” do conhecimento e entender a estrutura econômica das “sociedades do conhecimento”. Esse tipo de abordagem, entretanto, examina a questão somente do ponto de vista de países do capitalismo avançado, onde talvez seja possível identificar uma “sociedade do conhecimento”. Autores como Robert Kurz e Sérgio Paulo Rouanet criticam essa concepção, relativizando o conceito no âmbito de sociedades em desenvolvimento. A globalização da ideologia de um “conhecimento” homogeneamente distribuído e acessível a todos tende a escamotear a questão central das estruturas e das relações de poder que geram uma desigualdade cada vez mais exacerbada.

Em resposta a essa problemática surgiu recentemente, na Universidade de Rennes, na França, uma iniciativa de congregar pensadores de todas as áreas das ciências humanas, tanto de países “centrais” como “periféricos”, para pensar novas formas de estudar e de enfrentar na prática a desigualdade inter e intranacional em termos do conhecimento e da qualidade de vida. Intitulada *Pekea – Political and Ethical Knowledge on Economic Activities*, essa rede já agrega alguns dos nomes mais importantes das ciências sociais, da economia e da filosofia no mundo, com a proposta de um grande debate que possibilite a abertura de novos caminhos de análise e de ação.

### Considerações Finais

Os estudiosos dessa área, principalmente nos países “periféricos”, preocupam-se com o fato de que parece haver uma ten-

dência dos órgãos oficiais internacionais e dos governos nacionais no sentido de aplicar nos países em desenvolvimento políticas e estratégias de análise e de ação moldadas na realidade do capitalismo avançado. Faz-se necessário, portanto, estudar a diferença e compreender as especificidades do potencial e das carências de cada país, visto que cada sociedade possui uma história cultural e política singulares.

Reiterando, são poucos os que se dedicam a esse tema. A tendência oficial a copiar “modelos” e programas não tem se mostrado eficaz, o que indica a necessidade de se propor maneiras mais adequadas e elaboradas no interior de formações sociais específicas, além de se criar uma estrutura que possibilite uma maior mobilização de estudiosos que nos ajudem a vislumbrar nossas necessidades e nossos potenciais.

### Notas

1. Caso de núcleos como o Departamento de Política Científica e Tecnológica – DPCT, da Unicamp, o Science Policy Research Unit – SPRU, da Universidade de Sussex na Inglaterra, o grupo da Coppe/UFRJ e o Maastricht Economic Research Institute on Innovation and Technology – MERIT.
2. Marx, Weber, Mannheim, Merton, Habermas, Marcuse, entre outros.
3. Na época, diretor do Office of Scientific Research and Development (Secretaria de Ciência e Tecnologia) do governo norte-americano.
4. Discute-se se é a oferta de novo conhecimento científico que gera e impulsiona novas tecnologias, ou se é a demanda da indústria por novas tecnologias que estimula a produção de novos conhecimentos.
5. Ver, a propósito, um clássico na área: *Ciência e Estado: A Política Científica no Brasil*, de Morel (1979), que conta magistralmente como se deu esse processo. Ver também Fernandes (1990), que analisa o papel da comunidade científica nesse processo e discute a criação da SBPC; e Forjaz (1989). Quanto ao papel dos militares na construção institucional da ciência e tecnologia, ver Botelho, 1999 e Dagnino, 1994.
6. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, uma associação de países do “primeiro mundo” voltada para a elaboração de estudos de políticas e estratégias de desenvolvimento.
7. Não sendo possível entrar em detalhes aqui, indico ao leitor a excelente análise de Morel (1979) sobre as contradições da política científica e tecnológica no Brasil.
8. Ver bibliografia.
9. Ver, especialmente, os textos de Johnson e Lundvall, Petit, Schmitz, Humbert e Saviotti em Cassiolato, Lastres e Maciel, *Systems of Innovation and Development*, 2003.
10. Ver o excelente artigo de Fernanda Wanderley publicado no *BIB* n. 48.
11. Ver, por exemplo, *Knowledge Societies*, de Nico Stehr (1994).

## Bibliografia

- Arocena, Rodrigo & Sutz, Judith  
2000 "Looking at National Systems of Innovation from the South". *Industry and Innovation*, 7(1), jun.
- Baiardi, Amilcar  
1996 *Sociedade e Estado no Apoio à Ciência e à Tecnologia: Uma Análise Histórica*. São Paulo, Hucitec.
- Baumgarten, Maíra  
2001 *A Era do Conhecimento: Matrix ou Ágora?* Porto Alegre/Brasília, Editora da UFRGS/Editora da UnB.
- Baumgarten, Maíra (org.)  
2001 "Dossiê Ciência e Tecnologia". *Sociologias*, 3 (6), Porto Alegre, UFRGS.
- Ben-David, Joseph  
1974 *O Papel do Cientista na Sociedade*. São Paulo, Pioneira.
- Benakouche, Tamara  
2001 "Usos da Técnica: A Reinvenção da Educação à Distância". Trabalho apresentado no X Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia.
- Botelho, A. J.  
1999 "Da Utopia Tecnológica aos Desafios da Política Científica e Tecnológica: O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1947-1967)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (39).
- Bunge, Mario  
1980 *Ciência e Desenvolvimento*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp.
- Bush, Vannevar  
1945 *Science the Endless Frontier: A Report to the President by Vannevar Bush, Director of the Office of Scientific Research and Development*. Washington, United States Government Printing Office.
- Casas, Rosalba; Gortari, Rebeca de & Luna, Matilde  
2000 "University, Knowledge Production and Collaborative Patterns with Industry", in Mario, Cimoli (org.), *Developing Innovation Systems: Mexico in a Global Context*, Londres/Nova York, Continuum.
- Cassiolato, José E.; Lastres, Helena M. M. & Maciel, Maria Lucia  
2003 *Systems of Innovation and Development*. Londres, Edward Elgar.
- Castells, Manuel  
1996 *The Rise of the Network Society*. Oxford, Blackwell.
- Chabbal, Robert & Chesnais, François  
1992 "Tecnologia, Crescimento e Desenvolvimento: Impasses e Desafios do Final do Século XX". *Sociedade e Estado*, VII (1-2).

- Cimoli, Mario (org.)  
2000 *Developing Innovation Systems: Mexico in a Global Context*. Londres/Nova York, Continuum.
- Coriat, Benjamin  
1976 *Science, technique et capital*. Paris, Seuil.
- Dagnino, Renato P.  
1994 "The Barracks or Into the Labs? Military Programmes and Brazilian S&T Policy". *Science and Public Policy*, 20 (6).
- Dagnino, Renato P. & Velho, Lea  
"University-Industry-Government Relations on the Periphery: The University of Campinas". *Minerva*, 36.
- De Solla Price, Derek  
1963 *Little Science, Big Science*. Nova York, Columbia University Press.
- Dosi, Giovanni  
1988 "The Nature of the Innovative Process", in Giovanni Dosi (org.), *Technical Change and Economic Theory*, Londres, Pinter.
- Edquist, Charles (org.)  
1997 *Systems of Innovation: Technologies, Institutions and Organizations*. Londres, Pinter.
- Ellul, Jacques  
1954 *La technique*. Paris, A. Colin.
- Elster, Jon  
1983 *Explaining Technical Change: A Case Study in the Philosophy of Science*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Emmanuel, A.  
1982 *Technologie appropriée ou technologie sous-développée?* Paris, PUF.
- Etzkowitz, Henry & Leydesdorff, Loet  
1998 "The Triple Helix as a Model for Innovation Studies". *Science and Public Policy*, 25 (3).
- Fernandes, Ana Maria  
1999 "Além das Universidades e das Empresas". *Revista Humanidades*, Brasília, UnB.  
1997 "Possibilidades de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil". Trabalho apresentado no seminário Ciência, Tecnologia e Sociedade, Anpocs, Caxambu.  
1990 *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília, Editora da UnB/CNPq/Anpocs.
- Fernandes, Ana Maria; Sobral, Fernanda & Teixeira, João Gabriel  
1991 "Condições Sociais de Produção do Conhecimento". *Sociedade e Estado*, VI (1), jan./jun.
- Fernandes, Ana Maria & Sobral, Fernanda (orgs.)  
1994 *O Colapso da Ciência e Tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

- Figueiredo, Vilma  
1989 *Produção Social da Tecnologia*. São Paulo, EPU.
- Forjaz, Maria Cecília S.  
1989 "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)". *BIB*, 28.
- Freeman, Christopher  
1995 "The National System of Innovation in Historical Perspective". *Cambridge Journal of Economics*, 19 (1).  
1991 "Technology, Progress and the Quality of Life". *Science and Public Policy*, 18 (6), dez.
- Gibbons, Michael *et al.*  
1994 *The New Production of Knowledge*. Londres, Sage.
- Granovetter, Mark  
1992 "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness", in Mark Granovetter & Swedberg (orgs.), *The Sociology of Economic Life*, Boulder, Westview Press.
- Habermas, Jürgen  
1973 *La technique et la science comme idéologie*. Paris, Denoël.
- Katz, Jorge  
1988 *Technology Generation in Latin America*. Londres, MacMillan.
- Knorr-Cetina, Karin  
1982 "Scientific Communities or Transepistemic Arenas of Research? A Critique of Quasi-economic Models of Science". *Social Studies of Science*, 12: 101-130.
- Johnson, Bjorn & Lundvall, Bengt-Åke  
2003 "Promoting Innovation Systems as a Response to the Globalizing Learning Society", in José E. Cassiolato; Helena M. M. Lastres & Maria Lucia Maciel, *Systems of Innovation and Development*, Londres, Edward Elgar.
- Kuhn, Thomas  
1962 *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, University of Chicago Press.
- Lipietz, Alain  
1989 "A Trama, a Urdidura e a Regulação". *Sociedade e Estado*, Brasília, UnB.
- Lopes, José Leite  
1978 *Ciência e Libertação*. 2 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lundvall, Bengt-Åke  
1992 *National System of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*. Londres, Pinter.
- Maciel, Maria Lucia  
2001 "Hélices, Sistemas, Ambientes e Modelos: Os Desafios Teóricos à Sociologia de C&T" *Sociologias*, 6, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
1999 "Pensando a Inovação no Brasil". *Revista Humanidades*, 45.

- Maciel, Maria Lucia; Sobral, Fernanda & Trigueiro, Michelangelo (orgs.)  
1997 *A Alavanca de Arquimedes: Ciência e Tecnologia na Virada do Século*. Brasília, Paralelo 15.
- Maculan, Anne-Marie  
1995 "A Política Brasileira de Ciência e Tecnologia de 1970 a 1990: Balanço e Perspectivas". *Novos Estudos Cebrap*, 43.
- Marinho, Danilo N. C.  
1993 "O Papel do Economista e do Sociólogo no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária". *Anais do XXXI Congresso da SOBER*, Brasília, SOBER.  
1991 "As Novas Biotecnologias e o Controle do Processo de Mudança Tecnológica na Agricultura". Trabalho apresentado na Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro.
- Martins, M. Amália G.  
2000 *Pesquisa Básica Versus Pesquisa Aplicada: A Pesquisa por Demanda na Embrapa*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia.  
1999 "Publicações Científicas e Avanços Tecnológicos: Resultados Associados do Quadrante Pasteur". *CCT*, 16 (3), Brasília, Embrapa.
- Meyer-Stamer, Jorg  
1995 "New Departures for Technology Policy in Brazil". *Science and Public Policy*, 22 (5).
- Morel, Regina L. M.  
1979 *Ciência e Estado*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- Nelson, Richard (org.)  
1993 *National Innovation Systems*. Nova York, Oxford University Press.
- Noé, Alberto  
1997a "Reestruturação Produtiva e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Trabalho apresentado no seminário Ciência, Tecnologia e Sociedade, Anpocs, Caxambu  
1997b *Globalização, Revolução Científico-Tecnológica e a Educação*. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Nunes, Brasilmar F.  
1990 "Estado, Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Análise Retrospectiva". *Sociedade e Estado*, V (2).
- OCDE  
2001 *Knowledge for Development: The Brazilian Experience*. Paris, OCDE.
- Perez, Carlota & Soete, Luc  
1988 "Catching up in Technology: Entry Barriers and Windows of Opportunity", in Giovanni Dosi (org.), *Technical Change and Economic Theory*, Londres, Pinter.
- Piore, Michael & Sabel, Charles  
1984 *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Nova York, Basic.
- Porter, Michael  
1990 *The Competitive Advantage of Nations*. Nova York, Free Press.

- Rosenberg, Nathan  
1991 "Critical Issues in Science Policy Research". *Science and Public Policy*, 18 (6), dez.
- Salomon, Jean-Jacques  
1996a "Europe/Etats-Unis: progrès technique et myopie des économistes". *Futuribles*, 211, jul.-ago.  
1996b *The Future of Research Policies: The Endless Frontier Revisited*. Trabalho apresentado nas II Jornadas LatinoAmericanas de Estudios Sociales de la Ciencia y Tecnología, Venezuela, Caracas.
- Schaff, Adam  
1995 *A Sociedade Informática*. São Paulo, Unesp/Brasiliense.
- Schwartzman, Simon  
1988 "High Technology Versus Self-Reliance: Brazil Enters the Computer Age", in Julian Chacel; Pamela S. Falk e David V. Fleischer (eds.), *Brazil's Economic and Political Future*, Boulder/Londres, Westview Press.  
1985 "Nacionalismo, Iniciativa Privada e o Papel da Pesquisa Tecnológica no Desenvolvimento Industrial: Os Primórdios de um Debate". *Dados* (revista de Ciências Sociais), 28 (1).  
1979 *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Nacional/Finep.
- Schwartzman, Simon & Castro, Maria Helena M.  
1981 *Tecnologia para a Indústria: A História do Instituto Nacional de Tecnologia*. www.air-brasil.org.br
- Skolnikoff, E. B.  
1993 "New International Trends Affecting Science and Technology". *Science and Public Policy*, 20 (2).
- Sobral, F. A. F.  
2000 "Educação para a Competitividade ou para a Cidadania Social?". *São Paulo em Perspectiva*, 14 (1).  
1992 La politique scientifique et technologique au Brésil et la conception de développement". *Cahiers des Ameriques Latines*, 13, Paris, IHEAL.  
1992 "Ciência e Poder: O Caso da Economia". *Sociedade e Estado*, 7 (1-2), Brasília, UnB.
- Sousa, Ivan Sérgio Freire de (org.)  
1993 *A Sociedade, o Cientista e o Problema de Pesquisa*. Brasília, Embrapa.
- Stehr, Nico  
1994 *Knowledge Societies*. Londres, Sage.
- Sutz, Judith  
1999 "La Caracterización del Sistema Nacional de Innovación en el Uruguay: Enfoques Constructivos", in J. Cassiolato e H. Lastres (orgs.), *Globalização e Inovação Localizada*, Brasília, IBICT.



- Swedberg, Richard  
2000 *Max Weber and the Idea of Economic Sociology*. Princeton, Princeton University Press.
- Tavares, Maria Isabel  
1993 *Política de Informática: O "Canto do Cisne" de um Projeto de Nação*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília.
- Teixeira, João Gabriel & DalRosso, Sadi  
1985 "Os Mistérios da Caixa Preta: Mecanismos de Participação na Política de Ciência e Tecnologia", *BIB*, 19.
- Trigueiro, Michelangelo  
1997 "O Que Foi Feito de Kuhn? O Construtivismo na Sociologia da Ciência: Considerações sobre a Prática das Novas Biotecnologias", in Maciel, M. L.; Sobral, F. e Trigueiro, M. (orgs.), *A Alavanca de Arquimedes: Ciência e Tecnologia na Virada do Século*, Brasília, Paralelo 15.
- 1992 "Legitimação na Produção Científico-Tecnológica". *Revista Sociedade e Estado*, 7(1): 158-179, Brasília, Editora da UnB.
- Valle, Rogério  
1991 "Automação e Racionalidade Técnica". *RBCS*, 17.
- Velho, Lea  
1992 "Indicadores de C&T e seu Uso em Política Científica". *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, Editora da UnB.
- 1990 "Sources of Influence on Problem Choice in Brazilian Agricultural Science". *Social Studies of Science*, 20 (3), Londres, Sage.
- Vessuri, Hebe et al. (orgs.)  
1984 *La Ciencia Periférica: Ciencia y Sociedad en Venezuela*. Caracas, Monte Avila Editores.
- Wanderley, Fernanda  
1999 "Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica". *BIB*, 48.

- Artigo recebido em Julho/2002
- Aprovado em setembro/2002

## Resumo

*Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento*

Embora haja consenso quanto à relação entre produção científica e tecnológica e desenvolvimento socioeconômico, especialmente depois que a revolução científico-tecnológica acelerou a globalização de novos processos de produção, de comunicação e de competição – alguns diriam “novos paradigmas” –, ainda são poucos os cientistas sociais brasileiros que se debruçam sobre o papel que a ciência e a tecnologia desempenha no desenvolvimento do país. Apresenta-se aqui um panorama geral e necessariamente sucinto das diversas correntes e tendências atuais nesse campo, inclusive a produção brasileira.

**Palavras-chave:** ciência e tecnologia, inovação, desenvolvimento, sociedade do conhecimento, "nova sociologia econômica"

## Résumé

*Science, Technologie et Innovation: le Rapport entre le Savoir et le Développement*

Malgré le consensus existant par rapport à la production scientifique et technologique et le développement socio-économique, particulièrement après l'accélération de la globalisation de nouveaux processus de production, de communication et de compétition par la révolution scientifique – les «nouveaux paradigmes» diraient certains – , les brésiliens, spécialistes en sciences sociales, qui se penchent sur le rôle de la science et de la technologie sur le développement du pays, sont encore peu nombreux. Nous présentons, dans cet article, un panorama général et succinct des divers courants et tendances actuelles dans ce domaine, y inclus la production brésilienne.

**Mots-clés:** science et technologie, innovation, développement, société de la connaissance, nouvelle sociologie économique

## Abstract

*Science, Technology, And Innovation: The Relationship Between Knowledge And Development*

Despite a general consensus on the relevance of science and technology for socio-economic development, particularly after the scientific-technological revolution accelerated the globalization of new production processes, communication and competition – the “new paradigm,” according to some – few Brazilian social scientists have analyzed deeply the role of science and technology for the country's development. This article presents a general and succinct view of various current thoughts and trends in this field including the Brazilian production.

**Keywords:** science and technology, innovation, development, knowledge society, new economic sociology

## Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil

Leila da Costa Ferreira  
Lúcia da Costa Ferreira

### Introdução

A pesquisa científica sobre as inter-relações entre sociedade e ambiente encontra-se em rápida evolução em todo o mundo. A *proliferação crescente de contribuições* provenientes das mais diversas áreas de especialização disciplinar parece confirmar essa impressão. Os *problemas ambientais*, como usualmente chamamos, tornaram-se uma grande preocupação, embora circunscrita a grupos específicos de pesquisadores e cidadãos.

As ciências sociais, até pouco tempo atrás, impunham para a sociedade o paradigma dominante de fé no progresso e na racionalidade humana. Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como turbulenta, mas ambos acreditavam que as condições sociais benéficas criadas superavam as suas características negativas. Weber era mais pessimista. Considerava o mundo moderno paradoxal, no qual o progresso material era obtido apenas às custas de expansões da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado sombrio da modernidade.

Segundo a Comissão Gulbenkian (1996), a criação das múltiplas disciplinas das ciências sociais inseriu-se no esforço, empreendido no século XIX, de garantir e fazer avançar um conhecimento objetivo sobre a realidade com base em descobertas empíricas (entendidas por oposição à especulação). O

processo de institucionalização das ciências sociais não foi simples nem linear, mas pode-se vislumbrar uma história de sucesso. O estabelecimento das burocracias disciplinares não só gerou sistemas de investigação, análise e formação que se revelaram produtivos e viáveis, como também uma extensa literatura, legado das ciências sociais contemporâneas.

Todavia, no momento em que os sistemas institucionais das ciências sociais pareciam finalmente montados e claramente definidos, as práticas dos cientistas sociais começaram a mudar após a Segunda Guerra Mundial. Os sociólogos abriram caminho aos demais, transformando a sociologia política e a sociologia econômica, desde a década de 1950, em importantes subcampos. As preocupações passaram a incidir sobre temas diferentes dos já tradicionalmente aceitos e assistiu-se, nos anos do pós-guerra, a uma redefinição de objeto, de maneira a integrar os processos sociais com implicações ou intenções políticas: grupos de pressão, movimentos de protesto, organizações comunitárias, entre outros.

Foi nesse contexto que surgiram os primeiros estudos do que hoje se denomina sociologia ambiental. A iniciativa de introduzir o debate em torno da dimensão ambiental no interior da sociologia foi a um só tempo consequência desse processo e resposta à intensificação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da expansão econômica ou à reação social deflagrada pela evidente degradação. Chama a atenção, entretanto, o fato de essa

abordagem ambiental ter se desenvolvido tardiamente na sociologia, bem depois do tratamento pioneiro da biologia, da ecologia, da economia, da demografia e da geografia.

Apesar disso, o conceito de risco – totalmente vinculado às preocupações ambientais – passou, rapidamente, nesta última década, a ocupar um lugar central na teoria social. Dois importantes teóricos sociais contemporâneos, Ulrich Beck (1992 e 1999) e Anthony Giddens (1991), consideram os riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves conseqüências, as chaves para o entendimento das características, dos limites e das transformações do projeto histórico da modernidade (Guivant, 1998).

A sociologia ambiental já é, em alguns lugares, particularmente nos Estados Unidos, uma área de produção bastante razoável, o que certamente influenciou a formulação das questões acerca do tema pela sociologia contemporânea.

Por que a sociologia se posicionou tão tardiamente em relação à questão ambiental? Por que esse tema ganhou força no final do século XX? De que ponto de vista devemos considerar esta nova subárea? Quais são os paradigmas que a influenciaram e quais seus limites teóricos e metodológicos?

Tendo em mente essas questões, este artigo pretende fazer uma revisão da literatura internacional e comentar especificamente a constituição da sociologia ambiental no Brasil a partir do cruzamento de dados levantados pelo projeto Uma Sociologia da Sociologia Ambiental Brasileira, coordenado por Leila da Costa Ferreira e da observação direta da ação dos atores por parte das duas autoras deste artigo nesse contexto.

### **Sociologia Ambiental: Surgimento e Institucionalização**

A sociologia ambiental, como produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos

movimentos sociais de contestação no início dos anos de 1960, da constatação de uma situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento industrial (Paehlke, 1989; MacCormick 1992, Eckersley, 1995). Talvez isso tenha acontecido devido ao fato de o nascimento do ambientalismo na década de 1960 ter surpreendido os sociólogos, que, naquele momento, não dispunham de um corpo teórico ou de uma tradição de pesquisa empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza (Viola e Leis, 1992).

Os pioneiros da sociologia clássica, Durkheim, Marx e Weber tinham abordado a questão de modo tangencial; além disso, apenas raramente surgiam trabalhos isolados na área da sociologia rural, sem, no entanto, promoverem uma acumulação considerável de conhecimento que permitisse a criação de um campo teórico.

Hannigan (1997) indica duas explicações para o fato de os sociólogos marginalizarem a questão ambiental em seus empreendimentos teóricos. A primeira refere-se às falhas do determinismo geográfico e biológico e à visão conservadora sobre o entendimento das mudanças e dos conflitos sociais. A segunda diz respeito ao próprio pensamento vigente que, em meados do século XX, enfatizava a literatura sociológica da modernização. O que atualmente é identificado como preocupação ambiental era considerado atraso e obstáculo ao desenvolvimento, ao progresso. Certamente havia críticos ao paradigma desenvolvimentista, como os sociólogos marxistas, mas eles tendiam a ver a problemática ambiental como um desvio das questões cruciais do humanismo.

Buttel (1992), por sua vez, assinala o relacionamento ambíguo entre a sociologia, em sua fase de construção, e as ciências naturais. Se, de um lado, o pensamento sociológico foi influenciado por conceitos provenientes das ciências naturais, por outro, a própria necessidade de legitimação das ciên-

cias sociais exigiu uma reação contra a simplificação das explicações oriundas do determinismo biológico e geográfico.

Foi nesse contexto, embora de forma diferenciada, principalmente a partir dos anos de 1960, que grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental e a perceber sua relevância e abrangência. Esse tema passou, então, a ocupar a agenda de governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo. Tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro, e a sociologia ambiental assumiu desde então uma posição significativa para estudar as divergências e os conflitos sobre a natureza, as causas e a extensão dos problemas ambientais (Buttel, 1987; Redclift e Woodgate, 1997; Hannigan, 1997; Catton e Dunlap, 1998).<sup>1</sup>

Segundo Buttel (2000), a sociologia ambiental norte-americana, por exemplo, que dominou internacionalmente essa área até o final dos anos de 1980 e início dos de 1990, apresenta algumas deficiências. A teoria sociológica ambiental norte-americana desenvolveu-se, originalmente, como uma reação à falta de atenção da sociologia dominante aos fenômenos biofísicos. Assim, passou a enfatizar as tendências fortes, senão intrínsecas, das sociedades modernas à degradação do ambiente e, ao mesmo tempo, a minimizar a teorização dos processos de melhoramento ambiental. Mas, de certa forma incoerentemente, a sociologia ambiental dominante também se inclinou a ver que as tendências à degradação ambiental poderiam ser revertidas se a mobilização ambientalista unisse forças no sentido de torná-la um poder progressivo *sui generis*.<sup>2</sup>

A cultura sociológica ambiental norte-americana tendeu, assim, a simplificar os processos de mobilização ambientalista. Como ressalta Buttel, os principais trabalhos produzidos nessa área nos Estados Unidos têm uma visão reducionista da política ambiental, pois

analisam a formação das políticas estatais de maneira relativamente benigna, enfatizando as forças inexoráveis que as compelem a exacerbar a degradação ambiental.

Buttel (2000) comenta, ainda, algumas tendências recentes da sociologia ambiental, particularmente o surgimento de teorias sobre a pós-modernidade, cuja concepção da modernização reflexiva é uma perspectiva particular aplicada aos problemas da relação entre sociedade e ambiente. Para o autor, a teoria de Beck (1992) sobre a sociedade de risco e os trabalhos de Mol e Spargaren (1993) são as contribuições mais relevantes para a sociologia ambiental ancoradas na noção de modernização reflexiva. Os teóricos construtivistas que trabalham com a análise do discurso, como Hannigan (1997) e Yearley (1996), também têm como referência a noção de modernização reflexiva, em estudos em que apresentam uma sociologia interpretativa dos riscos e da política ambientais.

### **O Clima Intelectual e a Trajetória Político-Institucional**

O processo de institucionalização da sociologia ambiental no interior da sociologia certamente não foi homogêneo. Pode ser subdividido em função dos acontecimentos políticos e culturais do momento, assim como do próprio desenvolvimento intelectual do estado da arte. Assim, podemos distinguir núcleos dinâmicos de ensino, pesquisa e debate em diversos locais do mundo, inclusive no Brasil. Esses núcleos podem estar restritos à discussão da questão ambiental por professores ou sociólogos (geralmente em menor número), mas também podem-se configurar como um conjunto que abriga departamentos, professores, nacionais e estrangeiros, debate científico, ensino de teorias e técnicas e a realização de pesquisa.

A trajetória político-institucional da sociologia ambiental nos Estados Unidos ini-

ciou-se na década de 1970. Cabe ressaltar que já na década de 1960 havia uma produção não-sistemática, mas interessante, que abordava a problemática a partir de uma perspectiva mais radical, tanto nos Estados Unidos como na Europa. De fato, todo o período que engloba os anos de 1960 até meados de 1980 foi profundamente influenciado pelo clima cultural dessa década: novos movimentos sociais, a contra-cultura, a crítica radical ao industrialismo e ao armamentismo marcaram uma mudança drástica no clima cultural e no ambiente universitário, acentuando a necessidade de se investigar com mais afinco a problemática ambiental.

A preocupação inicial concentrou-se nos aspectos conservacionistas da questão ambiental, mas, gradualmente, foi ganhando novos contornos: na década de 1960, com a crescente preocupação em torno da contaminação ambiental gerada pela produção industrial e agrícola (Carson, 1962) e, a partir de 1973, com a crise energética deflagrada pela alta dos preços do petróleo. Essa crise coincidiu com o lançamento, pelo Clube de Roma, do relatório "Limites do crescimento" (Meadows, 1972), que alertava, de forma tempestuosa, a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental planetária, caso se mantivessem constantes as expectativas de crescimento econômico (Paehlke, 1989; MacCormick, 1992; Eckersley, 1995).<sup>3</sup> A publicação desse relatório, apesar das críticas, gerou intensos debates sobre a questão da escassez e do modelo de crescimento vigente (Ophuls, 1973). Nesse período, houve uma proliferação de iniciativas de pesquisa sobre a mobilização política ambientalista (Galtung, 1984; MacCormick, 1992): impactos da produção, consumo e desperdício de energia, em específico (Lovins, 1977; Nemetz, 1982), e de recursos naturais, de um modo geral (Brown, 1986); análises de políticas ambientais (Gorz, 1980; Hays, 1982; Paehlke, 1989), de alternativas tecnológicas de cres-

cimento, além do debate acirrado e polêmico sobre a questão populacional (Ehrlich, 1975).<sup>4</sup>

Paralelamente, o departamento de sociologia ambiental da American Sociological Association cresceu de 290 membros, em 1976, para 321, em 1979, atraindo pesquisadores com diferentes interesses na área. Segundo Dunlap (1997), em meados da década de 1970, as três associações nacionais de sociologia nos Estados Unidos (Rural Sociological Association, Society for the Study of Social Problems, American Sociological Association) iniciaram grupos e seções de sociologia ambiental, além do tema ter sido tratado em várias outras seções.

Ainda de acordo com Dunlap, a problemática da escassez dos recursos naturais, apesar de bastante divulgada e debatida, não foi devidamente assimilada pela cultura política norte-americana, orientada pelo mito do crescimento ilimitado. Nesse sentido, a era Reagan representou uma rejeição explícita à idéia de limites, e a promessa do sonho norte-americano de crescimento e prosperidade interrompeu o pesadelo da escassez (Vig e Kraft, 1998). Evidentemente, esse processo interferiu na produção acadêmica que, segundo Dunlap (1997), sofreu um declínio na década de 1980. Conforme o autor, o departamento de sociologia ambiental teve uma redução para menos de trezentos membros em 1980; poucos artigos foram escritos e nenhum deles foi publicado nos principais periódicos de sociologia.

Contudo, os acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções, como os casos de Three-Mile Island (1979), Love Canal, Bhopal (1984) e Chernobyl (1986), acirraram novamente o debate público e científico sobre a questão dos riscos nas sociedades contemporâneas. Conseqüentemente, a questão da cidadania e da qualidade de vida ganhou novos impulsos naquele momento (Dunlap, 1997; Hogan e Vieira, 1992). Iniciou-se,

nesse período, uma mudança de escala na análise dos problemas ambientais – de um nível local passou-se a uma abordagem global, transformando igualmente a frequência de problemas e acidentes ambientais. A própria natureza dos problemas tornava-os mais difíceis de serem previstos e compreendidos (Dunlap, 1993; Ferreira e Viola, 1996).

Na verdade, em fins dos anos de 1980, assistiu-se no cenário internacional a um clima favorável ao processo de consolidação da área. Pôde-se observar, novamente, um aumento do número de membros no departamento da ASA na virada da década, atingindo quatrocentos membros em 1993. O volume de textos publicados e o crescente interesse de estudantes nos cursos voltados ao meio ambiente também confirmaram essa retomada. Outro sintoma significativo foi o aumento da atenção internacional dedicada à área e a formação de um grupo de trabalho sobre ambiente e sociedade em 1990, na Associação Internacional de Sociologia (ISA), sem mencionar o impacto da Rio-92 (Dunlap, 1997).

No que diz respeito à perspectiva constitutiva dos aspectos teórico-metodológicos, Buttel (1996) comenta que a trajetória da sociologia ambiental poderia ser sintetizada em três momentos distintos: o momento de formação, a partir da combinação e da contribuição de outras áreas da sociologia; de constituição de um núcleo teórico próprio e de perfil mais consensual; e, por fim, de diversificação e maior incorporação no campo teórico da sociologia em geral.

Com relação ao período de formação, o autor comenta que a sociologia rural teve uma contribuição pioneira, embora outros departamentos também tenham participado desse processo: a sociologia de comunidades, do desenvolvimento, urbana e dos movimentos sociais. Em certa medida, a sociologia ambiental não surgiu como uma nova disciplina, mas no interior de disciplinas já existentes, e tentou sanar a lacuna teórica da

tradição clássica ante as questões ambientais criando um *locus* institucional para o desenvolvimento da nova temática.

No tocante à lacuna teórica, Buttel (1996) considera que a tendência da sociologia clássica foi criar teorias que, implicitamente, assumissem a independência e o isolamento de sociedades e grupos humanos em relação aos processos biofísicos. Para ele, a sociologia, ao tentar liberar o pensamento social dos reducionismos, preconceitos e da visão conservadora da ecologia humana em seu início, exagerou ao promover a separação entre o processo social e o mundo natural. Catton e Dunlap (1998) são mais enfáticos na crítica à resistência da sociologia às questões ambientais, salientando o contexto sociocultural da formação da sociologia, assim como seus paradigmas de análise. Argumentam que a sociologia foi profundamente influenciada por uma cultura ocidental antropocêntrica que, por sua vez, foi historicamente marcada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e de acumulação de riquezas e formada no contexto de expansão colonial, que resultou na revolução industrial, no fortalecimento de idéia de progresso e no processo de ocidentalização do mundo.

A fase seguinte, de constituição de um núcleo teórico, unificou-se em torno da produção de alguns sociólogos ambientais, como Catton, Dunlap, Schnaiberg, Buttel, Redclift, Harteley, Chapman, Yearley, Hanigan, entre outros, que mais se destacaram na produção teórica após os anos de 1970. Esses autores, apesar das diferenças de suas perspectivas de análise, enfatizaram o caráter materialista e realista da crise ambiental, sem deixar de lado a importância de sua dimensão cultural. Criticaram de maneira contundente a insustentabilidade das sociedades modernas, resultado de um modelo de produção que dilapidou os recursos naturais muito mais rápido do que sua capacidade de regeneração.

O terceiro momento na trajetória intelectual da sociologia ambiental, mais nítido na virada da década de 1980, caracterizou-se por uma maior diversidade teórica e por certa incorporação da teoria sociológica clássica. Destacaram-se, em primeiro lugar, as influências advindas da sociologia contemporânea, no sentido de uma guinada cultural que reduz a ênfase nas explicações materialistas e estruturalistas em favor de perspectivas culturais, subjetivas e com forte influência da sociologia do cotidiano. Essa mudança teórica contribuiu fortemente para uma maior receptividade da questão como fenômeno social relevante. É possível registrar, a partir desse momento, as contribuições de sociólogos de destaque que enfatizam a importância da questão no contexto das sociedades da alta modernidade, como é o caso de Beck (1992), Giddens (1991), Touraine (1985), entre outros.

A nova perspectiva de análise, para Hanningan (1997) por exemplo, passou a enfatizar os processos sociais, políticos e culturais, em que as condições ambientais são definidas como aceitáveis ou não. Nesse sentido, o problema ambiental é socialmente construído, e esse aspecto é percebido como mais relevante do que a própria tarefa de avaliar suas condições de validade. Os problemas ambientais tornaram-se similares aos demais problemas sociais, e a ação dos diferentes atores, o objeto principal de análise.

### **A Sociologia Ambiental no Brasil**

No Brasil, as tentativas de institucionalização do campo de conhecimento que trata das relações entre sociedade e natureza/ambiente iniciaram-se em meados da década de 1980, e as primeiras iniciativas aconteceram na região sudeste, com ênfase especial para a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Os rearranjos científico, intelectual e institucional propostos não eram novos e, de certa maneira, refletiam clivagens produzidas no período posterior à Segunda Guerra Mundial em outras partes do mundo, em torno de debates relacionados a estudos interdisciplinares (Ferreira, 2000). O grupo que liderava os debates na Unicamp decidiu espelhar-se nos estudos por áreas ou regiões e, através de uma forte base empírica, agregar cientistas sociais e cientistas naturais que se debruçariam por regiões dotadas de uma suposta coerência cultural e histórica, com o objetivo de descrevê-las sob o ponto de vista multidimensional. Como esses estudos eram, por definição, multidisciplinares, criou-se um centro de pesquisa<sup>5</sup>, mas a formação continuava delimitada aos programas tradicionais de graduação e pós-graduação, onde foram criadas linhas de pesquisa transversais às especialidades de origem, de modo a tratar da questão ambiental.

Na USP, o grupo que se organizou em torno da questão ambiental em meados da década de 1980 vinha de outra filiação, influenciado pelos teóricos da ecologia profunda e da complexidade (Prigogini e Stengers, 1991; Prigogini, 1996; Maturana e Varela, 1995; Sessions, 1995). Em busca de um paradigma holista, criaram o curso de mestrado em Ciência Ambiental que, apesar de reformulações posteriores, este curso teve o mérito de revelar a artificialidade das rígidas clivagens institucionais anteriores.

Em Santa Catarina, observa-se uma agregação de interesses em torno do paradigma da ecologia política que cruzava a abordagem teórica da sociologia e da política de forte tradição sistêmica com preocupações em alargar o objeto de estudo em direção às múltiplas dimensões da interação entre a biosfera e uma sociedade globalizada.

Apesar dos avanços e dos recuos e, ainda, da grande resistência do núcleo duro das ciências sociais brasileiras em dialogar com esse tipo de produção intelectual, pode-se



afirmar que os estudos e as pesquisas interdisciplinares atuais herdaram desse período uma evolução significativa da situação social ocorrida no interior das instituições de ensino e pesquisa e dos quadros por elas formados. Embora a estrutura departamental permaneça, os próprios departamentos, hoje, não têm como negar a validade e a legitimidade das experiências interdisciplinares.

Pode-se dizer que a sociologia ambiental no Brasil encontra-se em uma fase intermediária, quando comparada às experiências internacionais, menos pelo impacto da produção e mais pela resistência que ainda enfrenta por parte de setores disciplinares das ciências sociais brasileiras.

O melhor exemplo do grau e do tipo de organização da área pode ser analisado a partir da trajetória do GT Ecologia, Política e Sociedade da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) (Vieira, 1992; Ferreira e Viola, 1996; Drumond e Schoroeder, 1997), que se desenrolou em paralelo à mobilização das três universidades pioneiras em torno da questão ambiental. Além disso, talvez pelo pioneirismo, o GT organizado em torno da Anpocs revestiu-se de grande liderança na constituição desse campo nas ciências sociais do Brasil, funcionando como forte agregador de demandas intelectuais produzidas por grupos isolados que surgiam em diversas regiões do país.

Esse grupo reuniu-se pela primeira vez na Anpocs, em 1986, quando a problemática ambiental ainda era tratada de forma incipiente nas ciências sociais brasileiras e reunia apenas um pequeno grupo de intelectuais. Desde então, a questão ambiental adquiriu relevância na comunidade científica mundial, o que também surtiu efeitos na comunidade científica do país, como veremos no desenrolar deste trabalho.

Em 1992, quando da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) no

Rio de Janeiro, o grupo optou por abrir um espaço prioritário de discussão para o aprofundamento crítico dessa temática no contexto brasileiro. Essa discussão culminou na publicação do livro *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, organizado por Daniel Hogan e Paulo Vieira, que, além de refletir sobre a diversidade regional e temática, teve grande impacto nos meios acadêmicos emergentes.

A partir daí, vários intelectuais ligados ao grupo foram fazer doutorado, pós-doutorado e intercâmbio com grupos de pesquisa no exterior, sobretudo nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra. Esse processo refletiu-se intensamente na produção da área, pois propiciou o cruzamento fecundo de dados e modelos teóricos, inserindo definitivamente a produção local no debate internacional.

Em meados da década de 1990, a preocupação temática do GT da Anpocs era com a questão da globalização tendo em vista a realidade do país, evidentemente influenciada pelo clima intelectual das ciências sociais naquele final de século (Ferreira, 1997). Em 1998, foi publicado o livro *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, organizado por Leila Ferreira e Eduardo Viola.

Ainda na primeira metade dos anos de 1990, houve uma intensa mobilização dos cientistas sociais para fortalecer institucionalmente o diálogo, o ensino e a pesquisa interdisciplinar, promovendo a criação de centros de pesquisa e programas de pós-graduação em torno do campo de conhecimento que trata da interação entre sistemas biofísicos e sociais. Possivelmente, a disseminação do interesse em montar uma burocracia adequada à pesquisa e à formação na área ambiental teve dois condicionantes. No âmbito da sociedade, o clima político propício produzido pela Rio-92 e, no âmbito acadêmico, a boa receptividade encontrada pelos brasileiros no debate internacional, resultado do intercâmbio com centros especializados e importantes fora do país.

Hoje, a sociologia ambiental, as ciências políticas do ambiente, os estudos antropológicos e populacionais sobre o tema já se encontram consolidados em várias universidades brasileiras – a produção acadêmica, como veremos, reflete o grau de interesse que esta problemática adquiriu. Ademais, existem outros indicadores do grau de institucionalização dessa temática no país. Vale mencionar a publicação da revista *Ambiente & Sociedade*, uma co-edição das três universidades pioneiras na institucionalização desse campo de estudos e pesquisas – Unicamp, USP e UFSC. O periódico, financiado inicialmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e hoje pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), vem se consolidando como uma publicação temática, cujo objetivo é promover o escoamento da produção de cientistas sociais com características transversais às suas especialidades de origem. O periódico foi financiado inicialmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e hoje pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Outro indicador que merece menção é o papel central que a temática ambiental adquiriu em alguns dos mais importantes congressos das ciências sociais do país, como o da Associação de Antropologia (ABA), em 2000, e o Congresso Internacional de Sociologia Rural, realizado no Rio de Janeiro no mesmo ano. Vale mencionar também o simpósio Sociological Reflections on Sustainability, do Committee on Environment and Society da ISA, realizado no mesmo período.

Curiosamente, apesar da vitalidade e da importância desses acontecimentos no sentido de estreitar o diálogo entre a sociologia ambiental brasileira e a internacional, ou entre esta e outras disciplinas das ciências sociais no Brasil, assim como a montagem do próprio sistema institucional, de maneira semelhante ao que ocorreu com o grupo da ASA nos Estados Unidos no início da década de 1980, a Anpocs deixou de abrigar o

GT organizado em torno da temática ambiental. Desde o final dos anos de 1990, alguns de seus membros têm sido estimulados pela direção da associação a promover fóruns e mesas redondas, mas trata-se de uma forma paliativa de referendar a importância desse debate e dessa produção científica.

Esse inesperado desinteresse do núcleo mais fortemente institucionalizado das ciências sociais brasileiras não significou um declínio do interesse pela área. Intelectuais e estudantes ligados originalmente ao GT da Anpocs direcionaram seu poder de influência em outras três direções: 1) escoamento de sua produção por meio de outros fóruns acadêmicos nacionais, como a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Sociedade Brasileira de Antropologia, a Associação Brasileira de Sociologia Rural, entre outros; 2) investimento no diálogo internacional, por meio da participação em eventos como, por exemplo, da Latin American Studies Association (LASA) e da Internacional Sociological Association (ISA), para citar apenas dois; e, finalmente, 3) investimento em veículos próprios, como a revista *Ambiente & Sociedade*, além da recém-criada Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), cujo primeiro congresso de âmbito nacional aconteceu no 2002.

#### **A Internalização da Questão Ambiental nos Programas de Pós-Graduação no Brasil**

Foram selecionados para uma primeira e breve análise alguns dos principais programas de pós-graduação nas ciências sociais e os novos programas interdisciplinares da USP, Unicamp, UFSC, UnB, Universidade Federal do Pará, UFRJ e UFRG. Outras instituições como, por exemplo, a Fundação Joaquim Nabuco, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), além do

doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, serão tratadas em análises posteriores. Essa seleção visa a mostrar, no âmbito reduzido de um artigo, apenas alguns casos exemplares para análise da internalização da temática na pós-graduação brasileira.

No Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade de São Paulo, foram identificadas, entre 1958 e 2000, quatro dissertações de mestrado e oito teses de doutorado que tratam do tema ambiente e sociedade. O programa conta com um total de 284 dissertações de mestrado e 316 teses de doutorado defendidas.

Os temas preferencialmente abordados foram: políticas ambientais, políticas públicas, conservação de recursos naturais, desenvolvimento, mineração, cooperativismo, conhecimento ecológico e governança global.

Já no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, há uma maior incidência de trabalhos produzidos nessa área a partir dos anos de 1980 e, particularmente, na década de 1990. Isso se deve à política dessa Universidade que priorizou fortalecer a formação disciplinar, em detrimento da criação de programas interdisciplinares como ocorreu na USP. No caso das Ciências Sociais da Unicamp, foram criados: no Programa de Mestrado em Sociologia, uma linha de pesquisa e, no Doutorado em Ciências Sociais, uma área temática, ambas intituladas inicialmente Ambiente, Tecnologia e Desenvolvimento e, atualmente, Mudanças Sociais: Questões em Ambiente e Tecnologia. Essa opção direcionou a produção de teses e dissertações sobre a temática ambiental para os programas já existentes. Das 160 dissertações defendidas no programa, vinte são da área de Ambiente e Tecnologia, mas 23 abordam o tema de forma transversal, nas áreas de sociologia rural, sociologia urbana e teoria sociológica. No caso do Programa de Doutorado entre 1985 e

2000, das 123 teses defendidas, 16 estão diretamente ligadas à área.

Preferencialmente, esses estudos tratam a questão ambiental entrecruzando-a a outros temas como a modernidade, o Estado, a democracia, os conflitos sociais, o desenvolvimento, os movimentos sociais, o risco, assim como o conhecimento, a percepção e as representações sociais sobre o ambiente, a mundialização e a globalização. Mais recentemente surgiram teses e dissertações que abordam a questão da complexidade e da interdisciplinaridade.

No caso da USP, não houve um investimento na criação de áreas ou linhas de pesquisa junto aos programas de mestrado e doutorado em Sociologia, mas diversos profissionais, inclusive titulados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, participaram da criação de centros de pesquisa, do Programa de Mestrado e, atualmente, também do Doutorado em Ciência Ambiental. Assim, se, por um lado, a USP apresenta uma produção relativamente baixa no que diz respeito à temática ambiental (1,4% no caso do mestrado e 2,5 % em doutorado) em seu programa de pós-graduação em Sociologia, por outro, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental está em franco desenvolvimento e a produção de teses e dissertações com abordagem da sociologia ambiental é muito ampla.

No Programa de Mestrado em Ciência Ambiental foram defendidas até o presente, setenta dissertações de mestrado, das quais 53 podem compor a categoria de temas transversais entre ambiente e sociedade. Os temas também são bastante diversificados, como conservação, risco, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, manejo, educação ambiental, direito ambiental, políticas públicas e movimentos sociais. É importante salientar que as abordagens teórico-metodológicas procuram uma perspectiva interdisciplinar.

Já o programa da Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, junta-

mente com o Procam, na USP e o Programa de Mestrado em Sociologia e Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, foi um dos precursores da formação intelectual nessa área transversal, não apenas pela produção de dissertações e teses, mas sobretudo pelo número de professores e pesquisadores que se agregaram em torno do tema.

Das 54 teses de doutorado defendidas no programa, 24 estão diretamente ligadas ao tema. A diversidade temática é também ampla, abrangendo desde a questão agrícola, até temas relativos à urbanização, ao trabalho, à descentralização, à mundialização, ao risco, à sustentabilidade, a políticas públicas e à teoria social. Cabe ressaltar a diferenciação teórico-metodológica desses estudos – alguns filiam-se diretamente à Teoria dos sistemas e outros, à Ecologia política.

No caso do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, entre a década de 1970 até os dias atuais, foram defendidas 174 dissertações, sendo 11 diretamente ligadas ao tema; e entre as 81 teses de doutorado, somente quatro estão ligadas à área. Chama atenção ainda o fato de essas teses serem bastante recentes. Os temas tratados no mestrado foram movimentos sociais, ação do Estado, conservação de recursos naturais, desenvolvimento, assim como análise sobre o Cerrado e a Amazônia. No caso do doutorado, observa-se como tema de pesquisa as organizações não governamentais, a Agenda 21, a Amazônia e as políticas ambientais.

A Universidade de Brasília criou recentemente um Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, onde já foram defendidas 24 dissertações, todas relacionadas à perspectiva de interação entre ambiente e sociedade. Os temas tratados foram: gestão ambiental, percepção, manejo, agricultura familiar, impacto ambiental, políticas ambientais, resíduos e sustentabilidade. Nesses trabalhos há também uma tentativa de abordagem interdisciplinar.

Quanto à Universidade Federal do Pará, a temática é tratada no departamento de Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, ligado ao Núcleo de Estudos Amazônicos (NAEA). Das 130 dissertações defendidas nesse último programa, 32 estavam ligadas ao tema e as oito teses de doutorado defendidas são da área. Os temas tratados são particularmente ligados à questão do desenvolvimento regional da Amazônia, discutindo movimentos sociais, migrações, gênero, pobreza, Estado, fronteiras e urbanização. Esses trabalhos também abordam a problemática ambiental a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o tema foi mais bem trabalhado no Programa de Ecologia Social, onde das 24 dissertações de mestrado defendidas, oito utilizaram-se de uma abordagem das ciências sociais do ambiente. Os temas trabalhados foram: empresariado, educação ambiental, consumo, resíduos, desenvolvimento sustentável e cultura e meio ambiente.

No caso do Programa de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, há cinco dissertações ligadas ao tema, que tratam da questão da colonização agrícola, dos movimentos sociais e da questão agrícola.

### *Águas Revoltas na Produção Intelectual Brasileira*

Há dois momentos na produção intelectual brasileira que delineiam os rumos das demandas intelectuais no campo das interações entre ambiente e sociedade no Brasil. No primeiro, em uma fase que pode ser considerada, sob a inspiração de Buttel (1996), de formação, há quatro coletâneas que merecem destaque. Inaugurando os debates do campo, indiscutivelmente tem-se o livro *Ecologia e Política no Brasil* (1987), organizado por José Augusto Pádua. Se não foi o primeiro lança-

mento, esta coletânea resultou do encontro entre a vontade política e acadêmica do editor e a capacidade de delinear de forma clara e inteligível ao público leigo o tema das relações entre ecologia e política. Reúne textos apresentados durante um seminário realizado no Rio de Janeiro em 1985, momento em que se iniciava a discussão no país da criação do Partido Verde. Desde então, e graças ao seu poder de influência, a questão ambiental penetrou o debate político brasileiro, e o ambientalismo local viveu uma fase de ascensão. Vários de seus representantes ultrapassaram a fronteira da luta associativa para lançar-se na vida política, buscando um novo modo de atuação. Fernando Gabeira, Carlos Minc e Liszt Vieira são alguns dos nomes mais expressivos dessa corrente e aparecem no livro não apenas como militantes, mas também na qualidade de intelectuais no ato de refletir sobre seu próprio trabalho. A eles juntam-se José Augusto Pádua, Eduardo Viola e Paulo Gonzaga de Carvalho, cujas reflexões contextualizam o debate, traçando as origens da ecologia política no Brasil por meio da análise da trajetória do ambientalismo em direção a uma opção eco-política e da atuação das agências públicas voltadas ao controle da poluição industrial. *Ecologia e Política no Brasil*, na verdade, discute a questão ecológica sob múltiplos ângulos, enfatizando tanto seus aspectos ambientais como políticos e sociais.

A coletânea *Ecologia e Política Mundial* (1991) organizada por Héctor Leis foi produto da Área Ambiental do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, conjuntamente com a área de publicações da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Era parte de um ambicioso programa editorial que pretendia vincular e comprometer esforços de instituições acadêmicas, organizações não governamentais e editoras, a fim de realizar uma reflexão crítica sobre o que seus autores denominavam de "emergente espaço público transnacional do ecologismo". Consciente-

mente, desejava servir de ponte tanto no sentido Sul-Sul como Sul-Norte, ampliando e estendendo as redes de cooperação entre indivíduos, organizações e países. Héctor Leis e Eduardo Viola, refletindo sobre a desordem global da biosfera e a nova ordem internacional, enfatizavam o papel organizador do ecologismo. Outros temas tratados foram segurança ecológica, estudado por Clóvis Brigadão, e a agenda ambiental na América Latina, por Roberto Guimarães da Cepal. José Augusto Pádua apresenta nesta coletânea uma análise do nascimento da política verde no Brasil.

Diante da perspectiva de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro em junho de 1992, o antigo grupo de trabalho *Ecologia, Política e Sociedade* da Anpocs, desta vez liderado pelo grupo da Unicamp, de forte orientação empírica, optou por abrir um espaço prioritário de discussão, visando ao aprofundamento crítico dessa temática, referenciando-a ao contexto brasileiro.

À medida que a pauta oficial das discussões e das resoluções da CNUMAD contemplava fundamentalmente problemas ambientais de natureza global, como efeito estufa, alterações na camada de ozônio, poluição dos mares e perda da biodiversidade, a preocupação dos membros do grupo manteve duas linhas. Por um lado, constatou-se que tais problemas tendem a ser veiculados junto à opinião pública como desafios que se colocam acima das especificidades socioculturais, econômicas e político-institucionais de cada nação. Por outro, privilegiando a questão amazônica, os promotores do Encontro pareciam subestimar o fato evidente de que 90% da população brasileira está atualmente concentrada em regiões do país que se encontram em um processo devastador de urbanização acelerada. A mobilização da opinião pública durante os meses que antecederam a Conferência corria o risco de

camuflar a contundência dos problemas socioambientais mais diretamente relacionados à garantia do direito à qualidade de vida dos brasileiros. De forma contraditória, a Conferência poderia vir a se constituir um retrocesso político, ao enfatizar a necessidade de uma política ambiental melhor ajustada às características brasileiras. Assim, a opção editorial refletiu o perfil acadêmico das ciências sociais ambientais brasileiras e as formas de abordagem de alguns dos nossos desafios socioambientais, resgatando da melhor maneira possível a ampla diversidade regional e temática envolvida.

Apesar da pluralidade de referências teóricas e enfoques metodológicos subjacentes ao conjunto das contribuições do livro *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável* (1992), observa-se uma preocupação comum de relacionar os sistemas sociais aos naturais e também de explicar a especificidade dos problemas socioambientais dos países em desenvolvimento. Leila Ferreira e Lúcia Ferreira partem do pressuposto de que o processo de formação de políticas públicas não poderia ser reduzido ao recorte meramente estrutural ou funcional, e analisam o universo de construção da cidadania em um país de terceiro mundo, por meio de interações conflituosas entre atores sociais diferenciados. Eduardo Viola e Héctor Leis enfatizam, mais uma vez, a análise da dinâmica do movimento ambientalista brasileiro, explorando as implicações mais interessantes de sua expansão multisetorial. Paulo Freire Vieira inaugurava uma preocupação com as repercussões da problemática ambiental no campo das ciências sociais no Brasil. No conjunto dos ensaios relacionados ao tratamento das análises empíricas, o texto de Daniel Hogan contribui para desmistificar os estereótipos tradicionais da teoria demográfica sobre o papel da pressão populacional como fator determinante dos processos de degradação ambiental. Haroldo Torres e Donald Sawyer privilegiam os problemas ambientais gerados pela

urbanização acelerada e descontrolada, com ênfase na questão do saneamento básico e no desenvolvimento de sistemas de produção e extração agro-silvo-pastoris baseados no grupo familiar. Ricardo Neder e Sônia Barbosa resgatam a discussão sobre as transformações urbano-industriais nas últimas décadas, tomando por base uma avaliação dos impactos socioambientais negativos em algumas experiências de desconcentração industrial no Estado de São Paulo.

O livro *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização* (1996), organizado por Leila Ferreira e Eduardo Viola, parte da premissa de que a existência de processos globais transcende às categorias Estado, classe social e nação. A hipótese baseia-se na emergência de uma sociedade global. Segundo os organizadores, o objeto de estudo do livro é a biosfera, que, necessariamente, ultrapassa as fronteiras nacionais. A preocupação ecológica não tem pátria, seu enraizamento é o planeta. Seria esperado que uma reflexão sobre globalização e ambiente se afastasse das particularidades, mas, no caso desse livro, um dos fios condutores que perpassa as preocupações dos autores é justamente a análise de situações cotidianas e específicas do país. Como a consolidação da democracia no Brasil, o poder local, a problemática das águas, dos diferentes tipos de poluição, a questão da qualidade de vida e do espaço público e a discussão sobre desenvolvimento das áreas protegidas. Eduardo Viola, Héctor Leis e Octavio Ianni empreendem, assim, uma reflexão teórica sobre globalização e diversidade. Franz Brüseke discute a questão do desenvolvimento a partir de uma reflexão sobre a desestruturação da ordem social contemporânea. Leila Ferreira enfrentava as alternativas de sustentabilidade no poder local brasileiro e Daniel Hogan, essas mesmas alternativas para bacias hidrográficas no Estado de São Paulo. Pedro Jacobi aborda a questão da percepção ambiental em centros urbanos; Mário Fuks, a proteção judicial ao meio ambiente, e Ricar-

do Neder, a regulação pública na área ambiental no Brasil. No campo relativo à proteção dos recursos naturais, Lúcia Ferreira discute a falsa oposição teórica e política entre bem-estar social e conservação ambiental, e Antônio Carlos Diegues escreve sobre as áreas naturais protegidas no Brasil. Por fim, Clóvis Cavalcanti propõe uma análise da economia ecológica.

Já no início da primeira década do novo século XXI, observa-se uma mudança significativa dos interesses desse núcleo mais fortemente agregado em torno do campo de reflexões sobre a interface sociedade/ambiente. Um bom indicador deste desvio na ênfase pode ser buscado na agregação de demandas intelectuais impostas à ANPPAS. A programação de seu primeiro encontro delinea os seguintes temas para os debates: regimes ambientais internacionais, dimensões humanas da biodiversidade, consumo e segurança alimentar e de energia, dimensões locais das mudanças ambientais, cidades sustentáveis, educação ambiental, além dos já tradicionais, interdisciplinaridade, dinâmicas demográficas, risco ambiental e políticas ambientais.

Dessa programação depreende-se duas conclusões, se nos é permitido navegar sem as limitações do naufrago em águas temerosas.

Em primeiro lugar, tudo indica que a ênfase dos estudiosos nessa área transversal

migrou da busca ingloria por um ator preferencial de mudança social na ordem ecológica ou ambiental para uma questão genérica delineada em torno das preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais, independentemente de juízos de valor sobre elas. Atualmente, essa questão é decomposta em outras derivadas que dizem respeito à governabilidade e às orientações sociais e culturais ou normativas para a resolução de problemas universalmente reconhecidos e considerados politicamente pertinentes. Nessa linha, as pesquisas e as reflexões centram-se em objetos que se inter-relacionam para dar conta de problemas como normatividade, institucionalidade e a emergência de novas instituições sociais na área ambiental.

Em segundo lugar, mas não menos importante, essa produção específica é de difícil avaliação, apesar de sua pujança e visibilidade social nos últimos anos, pois o fato de estar centrada em questões relativas a novas orientações normativas da sociedade contemporânea, padece, muitas vezes, de excesso de normatividade e ausência de análise e interpretação. Seu potencial em agregar demandas por inteligibilidade da nova ordem social parece ser seu principal inimigo nas águas revoltas de consolidação desse campo de estudo no Brasil.<sup>6</sup>

#### Notas

1. Para um maior detalhamento das produções nos anos de 1960 e 1970, ver Ferreira (2002). Sobre a revitalização teórica e a projeção no interior da disciplina, graças ao crescimento dos movimentos ambientalistas e à crescente preocupação com os efeitos globais dos riscos ambientais, ver Mol e Spargaren (1993) e Viola (1997).
2. Comentários sobre o impacto dessas simplificações na constituição e nos rumos do ambientalismo brasileiro, ver Ferreira (1999).
3. Para uma análise deste período, ver Ferreira (1992).
4. Para uma discussão crítica desse debate, ver Hogan (2000).
5. O Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais nasceu de uma reformulação do antigo Núcleo de Ecologia Humana, em 1986.

6. Somos gratas aos comentários sempre lúcidos e premonitórios de Eduardo Viola, que sugere uma avaliação da produção da área classificando-a em várias vertentes, sendo duas delas fortemente normativas: fronteira entre a sociologia e as ciências sociais, com grande influência normativa da *policy advisory*; pró-desenvolvimento sustentável.

### Bibliografia

- Beck, U.  
1992 *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres, Sage Publications.  
1999 *The Reinvention of Politics: Rethinking Modernity in the Global Social Order*. Cambridge, Polity Press.
- Brown, L.  
1986 *State of the World*. W.W. Nova York, Norton.
- Buttel, F.  
1987 "New Directions in Environmental Sociology". *Annual Review Sociology*, 13: 465-488.  
1992 "A Sociologia e o Meio Ambiente: Um Caminho Tortuoso Rumo à Ecologia Humana". *Perspectiva. Revista de Ciências Sociais*, Unesp, 15: 69-94.  
1996 "Environmental and Resource Sociology: Theoretical Issues and Opportunities for Synthesis". *Rural Sociology Society*, Institute for Environmental Studies, University of Illinois, 61 (1).  
2000 "Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida: Algumas Observações Teóricas", in S. Herculano; M. Porto & C. Freitas (orgs.), *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*, Niterói, Eduff.
- Catton, W. & Dunlap, R.  
1998 "Environmental Sociology: A New Paradigm". *The American Sociologist*, 13 (1), fev., Washington, D. C.
- Carson, R.  
1962 *Silent spring*. Boston, Houghton Mifflin.
- Comissão Gulbenkian  
1996 *Para Abrir as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez.
- Drumond & Schoroeder  
1997 "Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Similares no Brasil: Uma Listagem Preliminar". *Ambiente & Sociedade*, 1 (2): 139-141.
- Dunlap, R.  
1993 "From Environmental to Ecological Problems", in C. Calhoun e G. Ritzer (orgs.), *Social Problems*, Nova York, MacGraw-Hill.  
1997 "The Evolution of Environmental Sociology: A Brief History and Assessment of American Experience", in M. Redclift e G. Woodgate (eds), *The International Handbook of the Environmental Sociology*, Madison, Northampton.



- Durkheim, E.  
1995 *Select Writings*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Eckersley, R.  
1995 *Environmentalism and Political Theory*. 3 ed., Londres, UCL Press.
- Ehrlich, P.  
1975 *The Population Bomb*. Massachussets, Riversity Press.
- Ferreira, Leila da C.  
1998 *Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo, Boitempo.  
1992 *Estado e Ecologia: Novos Dilemas e Desafios (A Política Ambiental no Estado de São Paulo)*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, IFCH.
- Ferreira, Leila da C. (org.)  
1997 *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- Ferreira, Leila da C. & Viola, E. (orgs.)  
1996 *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas, Editora da Unicamp.  
2002 "Sociologia Ambiental, Teoria Social e a Produção Intelectual no Brasil". *Idéias*, 8 (2): 39-70.
- Ferreira, Lúcia da C.  
2000 "A Importância da Interdisciplinaridade para a Sociedade", in A. Philippi; C. Tuc-  
ci; D. Hogan e R. Navegantes (orgs.), *A Interdisciplinaridade nas Ciências Ambien-  
tais*, Brasília, PNUMA/MCT/PADCT-CIAMB.  
1999 "Conflitos Sociais Contemporâneos: Considerações sobre o Ambientalismo Brasi-  
leiro". *Ambiente e Sociedade*, 5.
- Galtung, J.  
1984 "Los Azules y los Royos, los Verdes y los Pardos: Una Evolución de Movimentos  
Políticos Alternativos". *Boletim de Ciências Sociais*, FLP/UFSC, 34.
- Giddens, A.  
1991 *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Edusp.
- Gorz, A.  
1980 *Ecology as Politics*. Montreal, Black Rose Books.
- Guivant, J.  
1998 "Trajetórias das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social". *BIB*, 46.
- Hays, S. P.  
1982 "From Conservation to Environment: Environmental Politics in United States since  
World War Two. *Environmental Review*, 6: 19-32.
- Hannigan, J.  
1997 *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective*. Nova York/Londres,  
Routledge.
- Hogan, D. & Vieira, P.  
1992 *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da Unicamp.

- 2000 "Sócio-demographic Dimensions of Sustainability". Trabalho apresentado no International Sociological Association, Rio de Janeiro, mimeo.
- Leis, H.  
1991 *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro, Vozes.
- Lovins, A. B.  
1977 *Soft Energy Paths*. Massachussets, Cambrigde, Cambrigde University Press.
- Marx, K.  
1980 *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 3.
- Maturana, H. & Varela, F.  
1995 *El Árbol del Conocimiento*. Santiago, Editora Universitária.
- Meadows, D. (ed.)  
1972 *The Limits to Growth*. Massachussets, Riversity Press.
- McCormick, J.  
1992 *Rumo ao Paraíso*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Mol, A & Spargaren, G.  
1993 "Environment, Modernity and Risk Society". *International Sociology*, 8 (4): 431-438.
- Nemetz, P. N. (ed.)  
1982 *Energy Policy: The Global Challenge*. Montreal, Institute for Research in Public Policy.
- Ophuls, W.  
1973 *Ecology and the Politics of Scarcity: A Prologue to a Political Theory of the State*. San Francisco, Freeman.
- Paehlke, R.  
1989 *Environmentalism and the Future of Progressive Politics*. New Haven, University Press of Yale.
- Pádua, J. A.  
1987 *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.
- Prigogini, I.  
1996 *O Fim das Certezas: Tempo e Caos e as Leis da Natureza*. São Paulo, Editora de Unesp.
- Prigogini, I. & Stengers, I.  
1991 *A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência*. Brasília, Editora da UnB.
- Redclift, M. & Woogate, G. (eds.)  
1997 *The International Handbook of Environmental Sociology*. Cheltenham, UK/Northampton, MA, Edward Elgar.
- Roszak, T.  
1977 *Persona Planeta: Hacia un Nuevo Paradigma Ecológico*. Barcelona, Kairós.
- Sessions, G. (ed.)  
1995 *Deep Ecology for the Twenty First Century*. Boston/Londres, Shambhala.

- Touraine, A.  
1985 "An Introduction to the Study of Social Movements". *Social Research Review*, 52 (4):749-87.
- Yearley, S.  
1996 *Sociology, Environmentalism and Globalization*. Londres, Sage.
- Vieira, P.  
1992 "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil", in D. Hogan e P. Vieira (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Vig, N. & Kraft, M. (eds.)  
1998 *Environmental Policy in the 1990s*. Washington, D.C., Congressional Quarterly Inc.
- Viola, E. & Leis, H.  
1992 "A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil (1971-1991)", in D. Hogan e P. Vieira (orgs.), *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da Unicamp.  
1997 "Globalização, Sustentabilidade e Governabilidade Democrática no Brasil", in A. Trindade e M. F. Castro (orgs.), *A Sociedade Democrática no Final do Século*, Brasília, Paralelo 15.
- Weber, M.  
1982 *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Artigo recebido em abril/2002
- Aprovado em setembro/2002

## Resumo

### *Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil*

O artigo propõe, em primeiro lugar, a reconstituição e a análise da história da sociologia ambiental internacional situada no contexto da sociologia contemporânea, discutindo tanto os aspectos teórico-metodológicos, quanto os institucionais, para compreender os obstáculos à legitimação e à consolidação de uma problemática que, até recentemente, não era abordada pelas ciências sociais. Em segundo, analisa o caso brasileiro. A questão ambiental tratada pelas ciências sociais encontra-se bastante influenciada pela sociologia empírica norte-americana, precursora do processo de institucionalização dessa temática. A análise pormenorizada ajuda a entender as relações entre o campo científico, as políticas ambientais e os movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Sociologia ambiental; Ambiente e sociedade; Produção intelectual.

## Résumé

### *Les Eaux Révoltées: Un Bilan Provisoire de la Sociologie de l'Environnement au Brésil*

L'article propose, en premier lieu, de reconstituer et d'analyser l'histoire de la sociologie internationale de l'environnement dans un contexte de sociologie contemporaine, en abordant aussi bien les aspects théoriques et méthodologiques ainsi qu'institutionnels. Cette analyse devrait permettre de comprendre les obstacles à la légitimation et à la consolidation d'une problématique qui, jusqu'à récemment, n'était pas étudiée par les sciences sociales. L'auteur analyse, par la suite, le cas d'espèce brésilien. La question environnementale traitée par les sciences sociales souffre l'influence de la sociologie empirique nord-américaine, annonciatrice du processus d'institutionnalisation de ce thème. L'analyse en détail permet de comprendre les rapports entre le domaine scientifique, les politiques environnementales et les mouvements sociaux.

**Mots-clés:** Sociologie environnementale; Environnement et société; Production intellectuelle.

## Abstract

### *Uneasy Waters: A Provisory Balance on the Environmental Sociology In Brazil*

The article first propose the reconstitution and analysis of the history of international environmental sociology placed in the context of the contemporary sociology, discussing both the methodological-theoretical aspects and the institutional ones, in order to understand the obstacles to its legitimacy and to the consolidation of a problematic that until recently had not been approached by the social sciences. Secondly, it analyzes the Brazilian case. The environmental matter studied by the social sciences is found now very much influenced by the empirical North American sociology, that is the forerunner in the institutionalization process. A detailed analysis helps understanding the relationship among scientific field, environmental policies, and social movements.

**Keywords:** Environmental sociology; Environment and society; Intellectual production.

## A Medida das Leis: Do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável\*

Paolo Ricci

### Introdução: A Origem do Debate

Qual é o conteúdo das normas? É possível estudar a qualidade das leis de forma que seja viável defender uma abordagem quantitativa para o estudo do evento legislativo? É factível pensar numa estratégia de classificação das leis que sirva ao pesquisador e ao estudioso da produção legislativa? Este artigo procura responder a essas perguntas, que remetem a uma questão fundamental, qual seja, estabelecer a definição de medidas, isto é, escolher como a lei pode ser mensurada. O propósito aqui pode ser sintetizado pela seguinte pergunta: como a comparação entre o debate apresentado na bibliografia norte-americana e o que está expresso na literatura italiana pode contribuir para a questão da classificação das leis?

De todo o processo de construção e desenvolvimento do conhecimento científico relativo à qualidade das leis, torna-se relevante, para nosso propósito, o debate que, no século XIX, originou-se a partir do exame da “forma da lei”. Historicamente, desde J. Stuart Mill, vários estudos apontavam para o fato de que o conteúdo da proposta legislativa dos parlamentos vinha cada vez mais ca-

racterizando-se pela ausência de regras claras, de imposições definidas e de comandos (Picard, 1881). Tanto a literatura jurídica europeia do século XIX, como, mesmo que em menor medida, a politológica assinalavam a existência e a importância de uma legislação particular, não geral, que se preocupava em regulamentar interesses setoriais ou singulares,<sup>1</sup> onde “os parlamentos, sobrecarregados a cada ano de tanto trabalho [...] manifestam-se em particular inaptos a codificar e a discutir e a votar grandes leis orgânicas” (Palma, 1883-1885, p. CLXXX). O fato é que – como cita um artigo publicado no *Corriere della Sera* de 7 de abril de 1888:

[...] o projeto de lei não deriva quase nunca da necessidade absoluta, evidente, incontestável; mas de uma necessidade fictícia, e é criado, na maioria das vezes, como produto de uma impaciente inquietação, não tanto dos ministros, mas dos chefes da administração. [...] Os nossos pais raramente faziam leis, eram claras, breves, imperativas: nós fazemos lei por coisas irrelevantes.

O jornalista, para corroborar a própria argumentação, mencionava uma das habi-

\* Este artigo é a síntese, com algumas modificações, dos primeiros três capítulos da dissertação de mestrado que apresentei na Universidade de São Paulo, em dezembro de 2001. A Maria Hermínia Tavares e Argelina Figueredo, agradeço pelas sugestões e pelos valiosos conselhos ao longo do estudo. Em particular, agradeço a Fernando Limongi pelo privilégio de tê-lo como orientador e à Fapesp, que tornou possível o comprometimento constante com o objeto investigado.

tuais *leggine* (ou pequenas leis) aprovada pela Câmara italiana.

O fato de o destino da palavra *leggine* ter-se aproximado muito da noção de norma de qualidade inferior, leva à conclusão de que, no mérito do conteúdo, em todo o vocabulário do século XIX e da primeira parte do século XX, não dispomos mais do que uma simples contraposição entre leis gerais e “pequenas leis”.<sup>2</sup> Vê-se, com clareza, que esta forma de tratar a norma não remete à problemática da medição do objeto, mas a uma questão meramente normativa focada sobre a busca pela boa lei: a norma geral.<sup>3</sup>

A ciência política atual tem deixado de lado o envolvimento com questões propriamente normativas e/ou jurídicas-filosóficas para aceitar o compromisso com o estudo empírico da lei. Mesmo assim, a primeira visão é que não parece ter-se distanciado muito da modalidade dicotômica de tratar a lei. Alguns exemplos são esclarecedores. No exame do conteúdo da legislação brasileira, costuma-se contrapor à imagem de um presidente voltado para questões gerais o comportamento legislativo paroquialista dos deputados (Mainwaring, 1999; Ames, 2000). A Assembléia da República de Portugal desempenhou um papel importante nas primeiras legislaturas pós-salazaristas, aprovando “leis estruturantes do sistema político e socio-econômico”, mas, à medida que se foi estabelecendo o quadro legal do regime democrático, “acrescia a necessidade por uma legislação mais específica e regulamentadora” (Leston-Bandeira, 2000, p. 189). No enfoque da atividade legislativa do *Bundestag*, Schimdt diferencia entre leis prioritárias e projetos de importância secundária (Schimdt, 1999). Além das considerações meramente analíticas, inerentes aos casos em exame, é evidente que domina a forma dicotômica do tratamento da lei, sustentando, assim, a imagem da existência de normas com dois diferentes graus de importância.

Outras investigações – precisamente a maioria das que atuam no campo da análise comparada – preocupam-se menos com a implicação valorativa de cada tipo de norma. Isso ocorre pelo fato de se colocar a questão num nível excessivamente descritivo, afetando o caráter e as propriedades de *issue policies* determinadas como normas ambientais, de segurança nacional, orçamentárias, sociais, e assim por diante.

No entanto, enquanto essa é a posição predominante, uma tentativa voltada para medir o conteúdo das leis pode ser identificada. Vale a pena antecipar que o argumento é marginal na ciência política atual e pode ser restrito a dois tipos de investigação que tiveram, respectivamente, no contexto acadêmico norte-americano e italiano seu âmbito de formulação. Este artigo pretende ressaltar a orientação analítica de cada um deles para discutir uma forma classificatória capaz de remover as dificuldades operacionais que surgem do emprego de proposições meramente descritivas, dicotômicas ou focadas sobre políticas específicas. Essa nova forma classificatória deverá viabilizar a mensuração do evento qualitativo em questão.

Trata-se de uma perspectiva complexa, de difícil acesso no momento em que se ressalta o aspecto dinâmico do processo decisório de uma lei (Jones, 1970; Mény e Thoenig, 1989).<sup>4</sup> Importa, no entanto, delimitar prioritariamente o objeto de pesquisa. Dessa forma, a discussão será restrita ao momento da formulação das leis e, em particular, ao conteúdo proferido em ocasião da votação final. Ao privilegiar um aspecto do processo decisório, ignorando o momento da implementação e da suposta fase incremental das políticas públicas, assumimos o ponto de vista de refletir sobre o desempenho das instituições políticas e, em particular, a ação dos atores que formulam as leis. Em decorrência, a menor ou maior eficácia das considerações aqui propostas deve levar em consideração o fato de

que a discussão está eminentemente ligada ao estudo do conteúdo das leis que ocorre na arena parlamentar no momento da decisão final.

O artigo está assim estruturado. Na segunda e terceira parte, discute-se a abordagem norte-americana, centrando-se na proposta classificatória de Lowi e Wilson. À apresentação dos dois autores, segue-se uma leitura crítica que visa a, por um lado, contrapesar sua relevância e, por outro, mostrar de que forma se pode considerá-la atual no contexto acadêmico norte-americano. Passaremos a tratar, na quarta parte, da investigação e de uma relativa classificação das leis assim como se deu na Itália a partir dos anos de 1960. Na quinta parte, abordamos uma solução classificatória da norma, enfatizando uma proposta que adota três critérios: generalidade da lei, custos/benefícios e impacto territorial. As possibilidades teóricas e práticas de análise desses critérios serão também objeto de discussão. Para explicar a necessidade de adotá-los separadamente, apresentam-se observações estritamente limitadas às características das leis distributivas.<sup>5</sup> Na última parte, procuramos oferecer uma leitura conclusiva dos argumentos discutidos.

#### **Custos/Benefícios, Desagregação e Impacto das Leis: A Concepção de Lowi das Políticas Públicas**

Quando se contextualiza a questão do conteúdo das políticas públicas e das tentativas realizadas para formular classificações e/ou tipologias dentro da ciência política, os acadêmicos concordam em atribuir a Theodore Lowi a proposta mais bem sucedida. No estudo de 1964, publicado na *World Politics*,<sup>6</sup> a argumentação teórica, que assume as políticas públicas como variável independente, possibilitou um rompimento com a perspectiva dominante da ciência política daquela época que, de fato, se limi-

tava a explicar a política pública em função de determinados fatores centrados na distribuição do poder entre os atores envolvidos no jogo decisório.<sup>7</sup>

Nesse estudo, Lowi estrutura um esquema interpretativo baseado em três principais áreas de políticas públicas – distributivas, regulatórias e redistributivas – com a pretensão de sugerir generalizações “bastante próximas aos dados e bastante abstratas para poderem ser submetidas a um tratamento mais teórico” (Lowi, 1964). As *políticas distributivas* são caracterizadas pela distribuição de benefícios diferenciados a uma multiplicidade de interesses que, como afirmou Schattschneider (1935), não dependem uns dos outros. Assim, verifica-se um jogo de interesse onde não há conflito, ao contrário, incentiva-se a troca de favores e a formação de coalizões de *log-rolling*. O melhor ambiente para que esse jogo entre “diferentes” possa ser implementado é um centro decisório de pequenas dimensões, como as comissões ou os comitês parlamentares. As *políticas regulatórias*, menos frequentes, direcionam-se a grupos sociais organizados e identificáveis. Em contraste com as anteriores, caracterizadas por uma desagregação quase ilimitada dos efeitos, elas são desagregáveis ao máximo, até o nível setorial, e se caracterizam por aumentar os custos e/ou reduzir ou estender as alternativas de cada grupo. A escolha entre favorecer alguns e penalizar outros faz com que esse tipo de política se associe a políticas públicas que tendem a ser o resíduo de uma dinâmica conflituosa entre grupos. Encontram-se, de um lado, os beneficiários e, de outro, grupos sobre os quais recaem os custos de tais políticas. Por causa de sua natureza conflituosa, segundo Lowi, a arena decisória típica dessa política é o plenário do Congresso, onde é mais fácil se alcançar um acordo entre as partes. Restam, por fim, as *políticas redistributivas*, concebidas como aquelas que questionam a distri-

buição do poder na sociedade (gerador de conflitos de classe) ou no sistema político, geralmente remetendo a um jogo de soma zero fortemente ideologizado.<sup>8</sup> Dessa forma, caracterizam-se por decisões altamente centralizadas, capazes de subtrair poderes decisórios ao Congresso e concentrá-los nas mãos do presidente.

Para diferenciar esses três tipos, Lowi adota o critério do impacto (real ou esperado) sobre a sociedade. Mesmo não abordando o assunto de forma aprofundada, permanecendo no âmbito da mera afirmação, o autor, ao adotar esse critério, procurou tratar do aspecto relativo à maior ou menor relevância de uma política pública, isto é, identificar os tipos de *outputs* como elementos-chave para diferenciar as políticas. O fator "impacto", por sua vez, é operacionalizado de duas formas: em função da desagregação da política pública, o que em si não pode ser considerado um critério, mas um elemento explicativo das características da cada categoria; e em função do critério de custos e benefícios sobre os sujeitos afetados pela política.

Assumir o critério do impacto como o único elemento capaz de diferenciar as categorias das políticas públicas reduz sobremaneira o campo de análise (Greenberg, Miller, Mohr, Vladeck, 1977; Kjellberg, 1977; Hayes, 1978).<sup>9</sup> O impacto em si (real ou esperado) não é suficiente para localizar classes que se excluem e que, de fato, se estruturam em uma dimensão de desagregação e sob o critério de custo/benefício. Por exemplo, a diferença entre uma política distributiva e uma regulatória pode ser observada a partir do grau de desagregação (infinito, no primeiro caso, e setorial, no segundo) e da repartição dos custos e dos benefícios (visíveis e de soma zero, nas regulatórias, enquanto, nas distributivas, se destacam pela prevalência dos benefícios sobre os custos que, quando presentes, podem ser amenizados por meio de outras políticas de desagre-

gação). Em relação às políticas regulatórias e redistributivas, a distinção ocorre em virtude do impacto sobre os cidadãos (as redistributivas são muito mais amplas do que as regulatórias) já que, em termos de desagregação, são semelhantes, pois afetam o relacionamento de categorias amplas de indivíduos privados. Sendo assim, esse "primeiro" Lowi ressalta a ausência de uma clareza explicativa no que diz respeito aos critérios utilizados para compor tais categorias. Há, de nosso ponto de vista, uma incoerência metodológica por parte do autor ao adotar critérios diferentes para caracterizar os tipos de política pública, ora privilegiando um, ora outro.

Após receber as primeiras críticas,<sup>10</sup> Lowi volta a defender sua formulação num artigo publicado em 1970, "Decision Making versus Policy Making: Toward an Antidote for Technocracy". É, todavia, no estudo de 1972 que as três categorias são estruturadas como uma tipologia. Talvez para suprir a ambigüidade analítica subjacente aos critérios adotados pelo autor, nesse artigo Lowi introduz o aspecto da coerção em função tanto de seu campo de atuação – individual ou coletivo – como da probabilidade de sua implementação – imediata ou remota.

Como exposto no Quadro 1, as políticas distributivas e regulatórias têm um impacto coercitivo limitado. As distributivas manifestam uma capacidade coercitiva remota, e as regulatórias, uma capacidade imediata. Se considerarmos o aspecto coletivo da coerção, que focaliza o ambiente no qual o indivíduo atua, Lowi propõe um outro tipo, qual seja, *políticas constituintes*.<sup>11</sup> Desse ângulo são tratadas as políticas cujas finalidades são a criação e/ou a modificação tanto da estrutura de autoridade (governo, parlamento e relativos órgãos de governo) como das relações de poder e o estabelecimento de regras pela adoção de decisões públicas.<sup>12</sup>



Quadro 1  
Tipos de Coerção e de Políticas Públicas

Probabilidade de coerção	Aplicabilidade da Coerção	
	Ao Indivíduo	Ao ambiente da ação
Remota	DISTRIBUTIVA	CONSTITUINTE
Imediata	REGULATÓRIA	REDISTRIBUTIVA

Fonte: Lowi (1972).

O desenvolvimento da perspectiva analítica em Lowi se deve, portanto, a uma passagem que permite ao autor se pronunciar em favor de um critério específico para determinar sua classificação. Esse “segundo” Lowi percorre um caminho que remete diretamente aos pressupostos jurídicos de cada política pública, abandonando o critério do impacto sobre a sociedade que caracterizava seus primeiros estudos. Essa abordagem, mantida em seus escritos mais recentes, deve ser lida com o filtro da influência exercida pelo jurista Hart, segundo o qual nem sempre a norma prescreve diretamente efeitos coercitivos e sanções evidentes sobre seus súditos, sendo a coerção mais ou menos remota. Da mesma forma, ocorre que, como no caso de transferência de poder ou na delegação de poder, as normas agem indiretamente sobre a sociedade, já que não obrigam os cidadãos, mas estruturam o ambiente organizacional como um todo (Hart, 1961). Seguindo essa perspectiva jurídica da lei, Lowi ressalta, por um lado, a presença de normas que, mesmo apresentando-se como coercitivas, nem sempre são efetivamente implementáveis; por outro, evidencia a idéia de que nem sempre as políticas são voltadas para disciplinar ou organizar a ação de indivíduos, mas podem afetar organizações e/ou ambientes determinados.

Vale lembrar que, se a partir dos anos de 1970, há uma tendência nos trabalhos de Lowi em focalizar a dimensão coercitiva das

políticas públicas, observa-se, em contrapartida, uma tendência dos acadêmicos em discutir o “primeiro” Lowi privilegiando, dessa forma, o debate acerca da decisão do autor em assumir os critérios do impacto, da desagregação da política e do custo/benefício para classificar as políticas públicas. Duas explicações podem ser fornecidas nesse sentido.

Primeiramente, ocorre observar que os críticos são acadêmicos, voltados mais para o campo da análise empírica, privilegiando os problemas inerentes à estrutura das categorias da lei. O aspecto da coerção, ao contrário, é mais analítico e se relaciona à questão normativa da política pública, o que causa certo desprezo na consideração dos críticos. Em segundo lugar, a coerção passa a ser o único critério para tratar das leis. Assim, se no “primeiro” Lowi a existência de mais de um critério denotava certa ambigüidade analítica, no “segundo”, ao adotar um único critério, sob a perspectiva de determinar uma classificação exaustiva da política pública, ele acaba enfraquecendo a tipologia. Isto se deve ao fato de que as duas dimensões acerca do impacto da norma (coletiva ou individual; imediata ou remota) se perdem na reconstrução empírica de cada caso (Calise, 1999), além de suprimir qualquer argumento que trata da natureza múltipla das políticas públicas.<sup>13</sup>

Portanto, a justificativa da busca por critérios que facilitem a análise fracassa, paradoxalmente, no reconhecimento da coer-

ção como dimensão explicativa. De fato, uma análise superficial da produção legislativa de qualquer país democrático mostraria o aumento exponencial de leis, às vezes confusas, em relação ao que se entende por sanção e aplicação das mesmas. A partir disso compreende-se a importância da função interpretativa exercida pelos órgãos jurídicos, como as Cortes Constitucionais.<sup>14</sup> O próprio Lowi entende que o fenômeno é real e que, de certa forma, abala a imagem da natureza da política pública construída em função do mero critério coercitivo. Entretanto, Lowi não apenas defendeu a estratégia de classificação adotada por ele, mas também a idéia de que o problema não é analítico, porém remete a uma concepção da lei que, determinada pela ideologia liberal, privilegia o aspecto distributivo ao coercitivo. Não é por acaso que, recentemente, o autor tenha criticado a tendência de se “usar o governo para fazer coisas boas sem recorrer à coerção” (Lowi, 1999).<sup>15</sup>

#### **Abrindo uma Parêntese sobre um Critério: Os Custos/Benefícios de uma Lei**

Entre as inúmeras propostas alternativas que pregam a busca por critérios classificatórios mais exaustivos, ou que, simplesmente, tentam aprofundar os critérios adotados por Lowi na primeira fase de seus estudos, destaca-se, pela firmeza teórica e saliência empírica, a proposta que se detém sobre os cus-

tos/benefícios de uma lei, cuja análise mais conhecida é, sem dúvida, a de Wilson, formulada em 1973 e aperfeiçoada em anos posteriores (1974, 1980).<sup>16</sup>

Enquanto Lowi tinha centrado sua análise em torno das políticas distributivas, ressaltando os efeitos desagregantes como forma de evitar o conflito entre as forças políticas, Wilson privilegia o estudo das políticas regulatórias. O autor preocupa-se com o fato de que a política pública nem sempre é nova, mas tende a modificar, com maior ou menor grau de profundidade, a legislação já existente. Essa idéia é, sem dúvida, relevante, pois a questão relativa à produção legislativa implica a observação da existência de normas que modificam, acrescentam ou eliminam aspectos parciais de uma outra legislação. Tomando esse cuidado, Wilson desloca o foco analítico do critério da coerção para o do custo/benefício e, em particular, se “os custos e benefícios são amplamente distribuídos ou estritamente concentrados a partir do ponto de vista de quem carrega os custos ou desfruta dos benefícios” (Wilson, 1973, p. 332). O caráter concentrado e difuso dos custos e dos benefícios remete ao número de pessoas que são afetadas por eles, ou seja, é concentrado quando beneficia ou se impõe custos a grupos de forma clara e explícita; difuso, quando a tendência é de se aplicar tais custos a um número elevado de pessoas, o que torna difícil localizar grupos específicos.

Assim, como mostra o Quadro 2, o tipo “A”, que comporta benefícios e custos con-

**Quadro 2**  
**Classificação de Wilson dos Efeitos de uma Lei sobre os Sujeitos**

CUSTOS	BENEFÍCIOS	
	CONCENTRADOS	DIFUSOS
CONCENTRADOS	A	C
DIFUSOS	B	D

Fonte: Wilson (1973).

centrados, é caracterizado por uma situação de conflito intenso, pois a localização de quem perde e de quem ganha é clara. Nesse caso, os sujeitos interessados organizam-se para discutir a política pública a ser adotada, desde sua formulação até a fase de implementação. O tipo “D”, por sua vez, não apresenta aspectos conflituosos, já que não há custos aparentes sobre grupos específicos, a menos que a percepção da prevalência dos custos não esteja generalizada. Isso impulsiona a resistência à adoção dessa política pelas associações ou grupos interessados. De fato, no momento em que a política em questão intervém no sentido de regulamentar os aspectos que estimulam o confronto ideológico entre grupos, como acontece em casos de divórcio, eutanásia ou aborto, o conflito tende a prevalecer na dinâmica da formulação dessa política. Quando há benefícios concentrados e custos difusos (tipo “B”), observa-se uma forte mobilização do grupo beneficiado em organizar e promover a política pública durante a sua formulação, já que a oposição é fraca e/ou inconsistente em função de os custos serem imperceptíveis. Trata-se de uma categoria que remete diretamente ao tipo distributivista, mas que, ao mesmo tempo, inclui políticas regulatórias, como as leis que fixam os requisitos mínimos para se concorrer a cargos públicos (La Spina, 1989). O contrário ocorre no tipo “C”, onde, em virtude de custos endereçados a grupos específicos, observa-se uma elevação do conflito. Trata-se de soluções que impõem custos a algumas categorias, em virtude da necessidade de fornecer um benefício à comunidade como um todo. Mesmo assim, são políticas raras que ocorrem somente em períodos de crise ou quando há uma pressão da opinião pública impulsionada, normalmente, por uma espécie de “empresário político”, que consegue mobilizar a participação e o consenso dos cidadãos.

Até aqui a análise restringiu-se ao debate centrado, basicamente, na produção aca-

dêmica norte-americana e, em particular, nos termos propostos por Lowi. A seguir, analisaremos uma formulação diferente do problema, que se originou no âmbito jurídico e se limita ao caso italiano.

### A Proposta de Classificação na Literatura Acadêmica Italiana

Como salientado na introdução desse artigo, no contexto italiano, até os anos de 1960, predominou uma imagem dicotômica, *leggi/leggine*, de tratar a lei. Tal imagem, no plano do debate público do país,<sup>17</sup> expressava a polêmica que envolveu a qualidade da produção legislativa. Contudo, “a dicotomia *leggi/leggine* é, de fato, uma classificação mais política do que científica, e não atinge todas as possíveis nuances de uma lei” (Cantelli, Mortara e Movia, 1974). Nesse sentido, existe uma extensa literatura que, sobretudo a partir da década de 1970, impulsionou a busca por uma classificação mais articulada que pudesse definir melhor os traços característicos da produção legislativa.<sup>18</sup> No debate, que envolveu juristas e politólogos, foram privilegiados dois critérios para superar o impasse subjacente à dicotomia *leggi/leggine*. Um concerne ao número de sujeitos afetados pela lei; o outro diz respeito à territorialidade, ou seja, remete ao impacto da norma sobre o território em termos de extensão.

No primeiro caso, o critério foi pensado como um *continuum*, onde, de um lado, encontra-se a lei geral e, de outro, a *leggina*.<sup>19</sup> Em termos substantivos, a lei foi mensurada como a única variável contínua que diferencia três categorias de projetos de lei: *geral/nacional*, *seccionais* e *microseccionais*. O primeiro tipo afeta todos os cidadãos do ordenamento jurídico do país, e leva também em consideração as leis que regulamentam uma unidade organizacional que, por sua vez, age no nível da comunidade nacional (como o

sistema bancário, a legislação civil e penal e o sistema de ensino). Os projetos de leis de interesse seccional são, ao contrário, caracterizados por “se dirigir aos cidadãos de uma categoria social específica claramente identificável, na condição de que seja grande, suficientemente diversificada e ativa numa área que a sociedade entenda como relevante” (Di Palma, 1978, p. 389). Isso acontece com a legislação que regulamenta as unidades organizacionais que servem essas categorias sociais (Di Palma, 1978, p. 389; Cantelli, Mortara e Movia, 1974, p. 92). A condição relativa ao tamanho da categoria social para sua inclusão em projetos seccionais responde à exigência de se excluir os segmentos que tendem a satisfazer grupos de interesses específicos e que recaem na categoria microseccional. Estes caracterizam-se por satisfazer interesses específicos, isto é, “categorias sociais mais limitadas e mais homogêneas em relação às anteriores, e cuja atividade possui uma perspectiva mais limitada e especializada” (Di Palma, p. 389; Cantelli, Mortara e Movia, p. 93). Portanto, por exemplo, se a legislação se refere aos professores como um todo, a lei será classificada como seccional; se abranger uma parte desse segmento (professores de primeiro grau, universitários, ou de uma região específica, entre outros) será classificada como legislação microseccional. São exemplos de leis seccionais os projetos que têm a função de disciplinar os setores mais gerais da economia e outros a eles ligados (como funcionários públicos, professores, militares, trabalhadores rurais etc.). Exemplos da categoria microseccional são os projetos que envolvem categorias profissionais (advogados, médicos, dentistas etc.) e setores específicos do mundo econômico (artesãos, produtores setoriais, pequenos empresários etc.) ou dos funcionários públicos (professores do primeiro grau, coronéis do exército etc.).

O estudo de Di Palma, que iluminou a muitos pesquisadores os bastidores da políti-

ca italiana e a forma de organização dos trabalhos parlamentares que estavam imersos num sistema considerado em permanente crise, limitou a classificação do conteúdo da lei a essas três categorias em função do impacto que o projeto de lei tem sobre a população. Outros autores acrescentaram a categoria das *leis individuais* (as chamadas leis “fotografia” ou leis “xerox”) (Cantelli, Mortara e Movia, 1974),<sup>20</sup> que se caracterizam por terem a finalidade de obter benefícios em favor de um indivíduo especificamente ou de modificar o *status* de um bem.

O segundo critério para a compreensão do conteúdo da lei e a superação do impasse criado pela dicotomia *leggi/leggine*, refere-se ao impacto da norma sobre o território nacional. Como no caso anterior, trata-se de uma variável que mede o impacto da lei. Todavia, se o primeiro concerne à magnitude do impacto sobre os indivíduos ou seu ambiente, este trata do impacto relacionado à sua amplitude, digamos, física.

O desenvolvimento das idéias acerca do problema da classificação mostra que, desde os anos de 1960, os estudiosos indagam, mesmo que de forma descontínua, o conteúdo da legislação de origem parlamentar e do executivo, segundo esta linha de pesquisa (Somogyi, Lotti, Predieri e Sartori, 1963; Predieri, 1969, 1975; Cazzola, 1974; Cantelli, Mortara e Movia, 1974; Cazzola, Predieri e Priulla, 1975; Cazzola e Morisi, 1981; Motta, 1985; Della Sala, 1987). O fato de que, nos últimos estudos publicados sobre o tema (De Micheli, 1997a; 1997b; Capano e Giuliani, 2000), a qualidade da legislação tenha sido avaliada e examinada com base na distinção entre normas gerais, seccionais, microseccionais e individuais demonstra o quanto se enraizou no mundo acadêmico italiano esse *modus operandi* de se fazer pesquisa. O feito notável da literatura italiana é, com efeito, o cuidado com que evitou conduzir a pesquisa sobre a produção legislativa de modo eminentemente quantitativo, o que

demonstra uma espécie de continuidade metodológica para com os estudos da década de 1970, focados sobre o conteúdo das normas.

### **Do Exame das Propostas à Escolha dos Critérios para Classificar a Lei**

Ambas as perspectivas analíticas aqui apresentadas não parecem ter impulsionado estudos que, no âmbito nacional ou de forma comparativa, enfrentassem o problema da análise quantitativa da produção legislativa a partir do aspecto qualitativo em questão. Se as noções de políticas distributivas, redistributivas ou regulatórias enraizaram-se na linguagem comum dos estudos da ciência política em geral, e do *policy approach*, em particular, é evidente, contudo, que falta uma proposta analítica capaz de ir além do aspecto meramente teórico e que comporte uma pesquisa orientada para o fenômeno específico de cada tipo de *policy*.<sup>21</sup> Desse ponto de vista, apesar de o debate na Itália se manter mais próximo do “mundo real”, isto é, com a prática da pesquisa de campo, a sua aplicação permanece confinada à realidade e às peculiaridades da produção legislativa italiana.

Com vistas às dificuldades relativas ao conhecimento qualitativo da lei, muitos acadêmicos propõem uma “estratégia” alternativa. Sugere-se que em vez de se insistir na escolha de critérios para classificar as políticas públicas, seria preferível repensar o próprio instrumento analítico: a tipologia (Boudon, 1984; Panebianco, 1989; Capano, 1993). Nessa perspectiva, a tipologia, entendida como um exercício lógico classificatório, deveria ser substituída por uma variante ideal-típica, segundo a idéia weberiana da utilidade dos tipos para orientar o pesquisador na seleção de elementos relevantes que expliquem o fenômeno indagado. Assim, pode-se argumentar, de maneira racional, que os problemas surgidos nas classificações são secundários diante da importância da análise teó-

rica que considera as políticas públicas variáveis independentes.

Em desacordo com a perspectiva sugerida por essa orientação, que, no limite, se apóia na idéia da imponderabilidade da lei, partimos da idéia de que seja admissível, além de desejável, mensurar o objeto em exame. Para isso, não há necessidade de discutir ou inventar outras formas de classificação. Trata-se, essencialmente, de superar o abismo (aparente) que distancia as duas abordagens aqui tratadas. A questão que se coloca é: embora essas concepções sejam muito diferentes, pode-se extrair do conjunto de observações algumas dimensões aptas a qualificar a lei? Baseando-se na discussão acima, propomos a análise de três critérios: generalidade, dimensão territorial e distribuição de determinados benefícios (ou custos).

O primeiro remete à questão formulada no contexto jurídico italiano do pós-guerra. A essência dessa dimensão reside na capacidade de tornar evidente não só o tipo de impacto da lei sobre a população, mas também sua relevância em função do tamanho do grupo afetado ou – no caso da lei ser direcionada a coisas – de unidades organizacionais e institucionais específicas ao interesse nacional. A generalidade da lei pode ser associada, com as devidas cautelas, aos critérios – adotados nos primeiros estudos de Lowi – da desagregação das políticas públicas e do impacto sobre a sociedade.<sup>22</sup> Quando se expressa o conteúdo da lei por meio das noções de *generalidade*, *impacto* e *desagregação*, não há como perceber a relação existente entre esses termos. Observa-se que, de fato, o fundamento da noção de generalidade reside no princípio de que as políticas públicas têm um impacto, dependendo da situação, maior ou menor. Além disso, quando se declara que esse impacto se dá, por exemplo, sobre um número mais elevado ou menos elevado de indivíduos, está-se afirmando uma importante conexão entre impacto e desagregação da política pública. Da mesma

forma, pode-se encontrar evidências na abordagem de Wilson. Assim, percebe-se que, ao falar de concentração/dispersão dos efeitos da lei, está-se medindo o impacto com relação ao número de sujeitos interessados, isto é, mais uma vez, está-se falando da generalidade da lei.

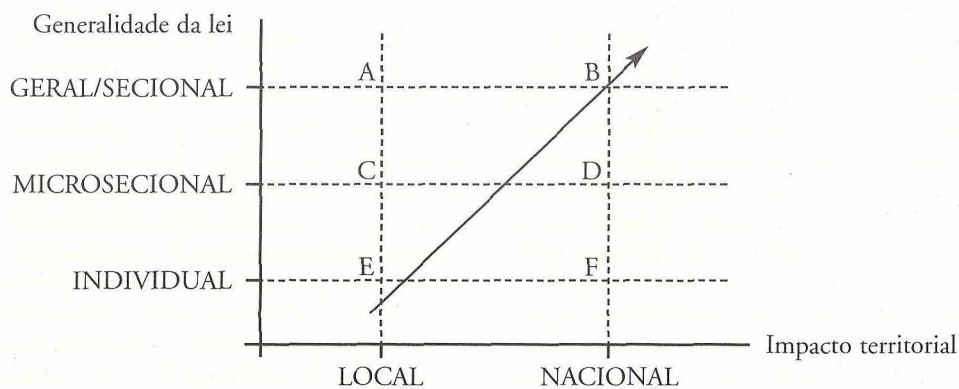
Qual seria, então, a contribuição dessa primeira dimensão a ser levada em conta? A possibilidade de expressar por meio de um *continuum*, que qualifica a lei como geral, seccional, microseccional e individual, uma convergência dos dois critérios analíticos – impacto e desagregação da política pública. Embora essa convergência tenha sido afirmada em um contexto da mera suposição teórica, diríamos que se trata de uma perspectiva com a qual o pesquisador precisa se confrontar caso vislumbre sua adoção como um instrumento para elaborar a pesquisa empírica.

Quanto ao segundo critério – que classifica a lei em função do seu impacto territorial – é possível se pensar em múltiplas modalidades, levando em conta efeitos maiores ou menores sobre o território. A Figura 1 fornece um quadro descritivo do fenômeno a ser estudado, considerando as combinações possíveis desses dois critérios enunciados.<sup>23</sup>

De acordo com a Figura, há seis possíveis tipos de conteúdo da lei. Os casos “A” e “F” representam uma forma extrema, muito improvável, já que as normas gerais (ou seccionais) não podem ter, por definição, um impacto local (ou, ao contrário, leis individuais causarem um impacto nacional); são, digamos assim, possíveis casos excepcionais. Enquanto o caso “B” expressa a prática legislativa orientada para a produção de leis de interesse nacional, os casos “C”, “D” e “E” sintetizam a tendência a produzir leis destinadas a grupos específicos (ou indivíduos, para o caso “E”) que podem ser limitados territorialmente (“C”) ou difusos sobre o território nacional (“D”).

A questão imediata é, evidentemente, a de estabelecer se os dois critérios aqui tratados podem convergir num único. Ou seja, é possível passar a tratar a noção de generalidade e do território como expressão de uma única caracterização da lei? É plausível que seja lógico supor um alto grau de correlação entre as duas dimensões (representadas, no gráfico, pela seta). De fato, é grande a probabilidade que uma lei classificada como geral/seccional tenha seus efeitos reconhecidos sobre o território nacional, assim como para uma lei microseccional ou individual sejam

Figura 1- Generalidade e Impacto Territorial da Lei: Casos Possíveis



previstas conseqüências mais limitadas. Entretanto, pode-se objetar que essa relação não seja tão direta como se poderia pensar num primeiro momento. Ao se tratar das leis microseccionais – que afetam grupos limitados e bem identificáveis –, há ainda uma elevada percentagem de normas, cujos efeitos se estendem sobre o território nacional (representado pelo caso “D”). Isso, diferentemente de quanto ocorre pelas leis individuais, cujo impacto é sempre mais reduzido e concentrado (caso “E”). Assim, parece mais lógico, sob uma perspectiva teórica, pensar no território como uma dimensão à parte para testar o grau de correlação com a generalidade da lei numa fase sucessiva. Existe, ainda, uma outra razão mais relevante; para entendê-la é preciso analisar o terceiro critério.

Esse critério envolve a questão dos efeitos – em termos de custos e benefícios – sobre os sujeitos (ou coisas). De acordo com a Figura 1, a cada caso são associadas duas alternativas, na medida em que há prevalência dos custos sobre os benefícios ou vice-versa. Permanecendo no âmbito da terminologia e da proposta teórica de Lowi, pode-se dizer que o caso “B” inclui as políticas regulatória, redistributiva e constituinte por afetar um número elevado de indivíduos. Por conseguinte, ao diminuir o número de sujeitos afetados pela lei, os casos “C” e “D” abrigam somente políticas distributivas, quando os benefícios prevalecem, ou, inversamente, políticas regulatórias, quando os custos preponderam.

É evidente que, ao se encarar o critério da amplitude territorial como um elemento disjuncto do critério do número de indivíduos afetados, existe a intenção de conceber e qualificar o nível diferenciado do impacto territorial das políticas distributivas e regulatórias. Por quê? É possível sustentar essa orientação por meio de um referencial teórico das políticas em questão? Acreditamos que sim.

Tomemos, por exemplo, a categoria das políticas distributivas, em que os benefícios

prevalecem sobre os custos. A questão geral é que os eleitores, durante a eleição, seguem uma lógica baseada no cálculo dos custos e dos benefícios (Downs, 1957), o que denota quanto a decisão de voto em sistemas *candidate-centered* depende da maior ou menor proximidade da proposta do candidato com as preferências do eleitor (Riker e Ordeshook, 1968, 1973; Hinich e Ordeshook, 1970; Ordeshook, 1976). Isso implica que os candidatos buscam alimentar a conexão eleitoral por meio da distribuição de benefícios. Segundo a literatura já consolidada nesse tema e que remete à questão do “voto pessoal”, a adoção de tipos diferentes de benefício depende de um conjunto de variáveis, entre as quais destaca-se a magnitude distrital na qual os representantes são eleitos. Na prática legislativa,<sup>24</sup> afirma-se que o aumento da magnitude diminui a necessidade de envolvimento dos parlamentares em questões geograficamente limitadas, geralmente associadas à distribuição de benefícios concentrados (Lancaster, 1986; Lancaster e Patterson, 1990; Shugart e Carey, 1995). Nesse sentido, considerando, por exemplo, dois distritos com magnitude 1 e 20, a distância entre o candidato e o eleitor aumenta (em termos de visibilidade) quando se está dentro de um colégio eleitoral maior, pois é muito mais difícil para os políticos a localização de seus próprios eleitores (Cain, Ferejohn e Fiorina, 1987; Farrell, 2001). E isso fica ainda mais exacerbado em competições eleitorais centradas no candidato (Bowler e Farrell, 1993; Farrell, 2001). Dessa forma, é mais lógico que os candidatos do distrito com magnitude igual a 20 não sigam políticas concentradas territorialmente, que, afinal, podem favorecer grupos ligados a outros concorrentes políticos, mas distribuam benefícios mais difusos. Em contrapartida, quando há uma relação forte e manifesta entre eleitores e candidatos, assim como ocorre em distritos com magnitude igual a um, é de se esperar que haja uma dis-

tribuição concentrada de benefícios. Isso se justifica pelo fato de que nos *single member plurality systems* (SMP) os candidatos não competem entre si e, portanto, a concentração de benefícios sinaliza a posição efetiva de cada representante ante seus eleitores (Mayhew, 1974; Cain, Ferejohn e Fiorina, 1987; Fiorina, 1989).<sup>25</sup>

É nesse ponto, sem dúvida, que se fundamenta a diferenciação entre políticas distributivas com impacto elevado (caso "D") e políticas distributivas *sui generis* (casos "C" e "E"<sup>26</sup>), que a literatura costuma chamar de *pork-barrel*, *constituency service* ou *brokenage politics* e nas quais prevalece uma distribuição concentrada de benefícios.

A proposta classificatória aqui apresentada, que revitaliza o peso da dimensão territorial, consegue detectar níveis diferentes de políticas distributivas que a tipologia de Lowi, assim como a terminologia utilizada na produção acadêmica norte-americana, não permite localizar.<sup>27</sup> A nosso ver, Lowi confunde coisas e efeitos diversos quando não marca os diferentes graus das práticas distributivas. O nosso ponto de vista deixa de ver a política distributiva<sup>28</sup> como característica específica de uma atitude limitada no seu impacto nacional, para enfocá-la em uma modalidade analítica que trata a distribuição dos benefícios por meio de dois critérios – número de indivíduos interessados e dimensão territorial afetada. E aqui fica evidente a importância de manter esses dois critérios separados.

Dentro desse quadro eminentemente teórico, insere-se, a título de aplicação empírica, o trabalho de Di Palma sobre o caso italiano.<sup>29</sup> Vale ressaltar que, no ato de escolher os instrumentos para definir o conteúdo da legislação italiana, o autor descarta a possibilidade de utilizar a territorialidade como critério em si, centrando a análise na desagregação da lei (segundo Lowi) e nos custos/benefícios (segundo Wilson). Nota-se, também, que Di Palma prefere desagregar a

lei adotando a terminologia da vertente italiana – impacto geral, seccional, microseccional e individual. Por outro lado, quanto aos custos e benefícios, o autor não recorre a esses termos, mas emprega uma terminologia que adota as expressões "efeitos favoráveis", "desfavoráveis" ou "mistos" e diferencia sujeitos direta e indiretamente afetados. Não há uma diferença nítida entre essas terminologias, ao contrário, existe uma convergência teórica entre Di Palma e Lowi, quanto ao critério da desagregação da norma, e entre Di Palma e Wilson, no que se refere aos termos empregados para definir o fenômeno em questão.

É evidente que, sob o plano da pesquisa empírica, o exercício teórico de juntar os três critérios parece não ter tido êxito. Não obstante, o trabalho de Di Palma é um dos poucos exemplos que consegue mostrar, por um lado, a veracidade da suposta convergência teórica entre Lowi e Wilson e, por outro, a possibilidade de adaptar o debate acadêmico norte-americano – mais politológico – a uma outra realidade, no caso, a Itália.<sup>30</sup> A não adoção do critério territorial implica uma decisão metodológica que parte do princípio de que essa categoria seja um mero critério operacional para qualificar a generalidade da lei.<sup>31</sup>

### Considerações Finais

A seqüência das argumentações aqui apresentadas mostrou ser possível enfrentar o difícil problema da classificação das leis por meio de uma abordagem que consiga certo grau de convergência entre duas investigações aparentemente tão distantes. Quanto aos critérios de mensuração, sugerimos uma discussão em torno das dimensões "generalidade", "custos/benefícios" e "amplitude territorial" da lei. Destacamos, além disso, a necessidade de separar a dimensão do impacto territorial daquelas que medem os custos/benefícios e o número de sujeitos afe-



tados, garantindo, assim esperamos, uma oportunidade analítica de tratar diferentes tipos de políticas distributivas.

Enfatizamos a análise de Di Palma que, na mesma linha de pesquisa aqui desenvolvida, procurou demonstrar a compatibilidade entre os estudos norte-americanos e italianos. O impacto de sua obra no mundo acadêmico internacional pode ser medido com base no efeito provocado no meio acadêmico norte-americano, onde muitos autores passaram a dar uma atenção excepcional ao “caso italiano”. Um dos objetivos desta pesquisa era registrar a influência dos critérios adotados por Di Palma sobre outros trabalhos. No entanto, não há, até onde sabemos, estudos que se preocupem em abordar a questão da produção legislativa em função da generalidade da lei, dos seus efeitos e das demais variáveis que Di Palma levantou ao analisar a produção legislativa italiana. Mas, como isso é possível se, mesmo que as considerações inerentes ao caso italiano sejam dificilmente generalizáveis, “as variáveis analisadas e os métodos utilizados na pesquisa

podem certamente ser aplicados a outras legislaturas; [...] poderiam e deveriam ser aproveitados no estudo de outras análises legislativas?” (Mezey, 1978, pp. 346-347).

Trata-se de uma pergunta de difícil resposta neste momento. Di Palma queria tratar da questão italiana mais do que elaborar uma classificação da lei que pudesse ser testada em outros casos. De fato, desde a publicação do estudo, em 1977, em inglês, e na tradução italiana, em 1978, não há análises que adotem, como instrumento analítico da pesquisa sobre produção legislativa, a classificação do autor. Apenas recentemente, dois autores – Diaz e Taylor-Robinson (1999) –, ao pesquisar a produção legislativa de Honduras, basearam-se na proposta de Di Palma.<sup>32</sup> Não obstante a ausência de trabalhos empíricos, parece-nos que, além das considerações relativas à forma pela qual foram adotadas as dimensões, esse estudo representa a primeira tentativa a expressar, mesmo que tardiamente, o interesse por um tipo de análise que consideramos vital para o desenvolvimento desse campo na ciência política.

#### Notas

1. No âmbito jurídico o conceito de norma singular não deve ser confundido com o de norma individual, pois é considerado numa concepção mais ampla (ver Gueli 1935 e 1959; Romano 1947).
2. A desaprovação pela desclassificação do valor da norma interessa também às leis gerais. Aqui, as críticas recaem sobre três questões relevantes: 1) inflação produtiva (excesso das leis); 2) fragmentação da produção e relativa falta de coordenação (multiplicidade de atos jurídicos com funções normativas); 3) defeitos de redação técnica (ou *drafting*).
3. Essa orientação compartilha o sentimento geral sobre a natureza da lei, presente nos estudos clássicos. Para Rousseau, “o objeto das leis é sempre geral *já que* considera os súditos coletivamente e as ações como abstratas, nunca um homem como indivíduo nem uma ação como particular” (*O Contrato Social*, livro II, capítulo VI). Na mesma direção, segundo Montesquieu: “[...] as leis civis têm como objeto mais a bondade moral dos homens em geral do que a dos indivíduos” (*L'Esprit des Loix*, livro XXIV, capítulo IX).
4. Descrevendo o processo decisório como caracterizado por uma série de atividades não necessariamente em sucessão, mas sempre relacionadas entre si, Jones aponta cinco fases

- fundamentais: 1) identificação do problema; 2) formulação de soluções; 3) adoção de uma decisão; 4) atuação da ação; 5) avaliação dos resultados.
5. A escolha da categoria das políticas distributivas é imputável à existência de uma discussão muito em voga e que interessa diretamente aos estudiosos dos parlamentos, em geral, e do processo legislativo, em particular. Trata-se da questão relativa à necessidade de os políticos promoverem ações distributivas para garantir a reeleição.
  6. Este artigo constitui a dizer de muitos a primeira formulação do esquema de Lowi. Entretanto, vale lembrar que, desde a época do New Deal, a ciência política norte-americana refletiu sobre a necessidade de se compreender o conteúdo das decisões para poder reconstruir e explicar o comportamento dos atores envolvidos no processo decisório (ver, a propósito, os estudos de Lasswell, Lindblom e Schattschneider). O artigo de Lowi, de 1964, traz, na verdade, a origem de uma série de argumentos defendidos em trabalhos anteriores: a tese de doutorado, publicada sucessivamente com o título *At the Pleasure of the Mayor* e a resenha do texto "American Business and Public Policy", de Bauer, De Sola-Pool e Dexter, publicado em 1963.
  7. A originalidade, e o êxito, do trabalho de Lowi reside em ter introduzido a idéia de que por cada política pública é provável que haja um tipo distinto de comportamento político. Segundo o autor, elas são verdadeiras "arenas de poder", onde se desenvolvem sua estrutura política típica e seu processo político; onde se formam suas elites e são revelados os tipos de relacionamento entre os grupos. A análise deste artigo não abordará essa questão, já que limita-se à mensuração do evento qualitativo.
  8. Exemplos típicos de políticas redistributivas são as que envolvem as questões de raça, religião, medidas de controle de pobreza e de seguridade social.
  9. A forma classificatória adotada por Lowi foi criticada, a partir dos anos de 1970, pelo menos sob outras duas perspectivas (Leichter, 1977; Hayes, 1978; Kjellberg, 1977; Ashford, 1978; Gustavsson, 1980; Spitzer, 1983, 1987, 1989a, 1989b; Kellow, 1988, 1989; Hec-kathorn e Maser, 1990). De um lado, constata-se que a natureza da política pública é, na maioria dos casos, por si mesma ambígua, já que pode apresentar ao mesmo tempo, no momento da sua formulação, aspectos típicos de diferentes categorias. Por outro, a forma classificatória proposta por Lowi é estática (Hecló, 1972; Gustavsson, 1980; Regonini, 1985; Giuliani, 1992). O processo legislativo, afirmam esses críticos, constitui uma etapa da formulação da política pública que não pode, todavia, prescindir do momento específico de sua implementação.
  10. Em particular a de Salisbury que, em dois trabalhos sucessivos, contraria a perspectiva de Lowi de atribuir relativa autonomia às políticas públicas. Salisbury insiste em uma perspectiva funcionalista, pela qual a *policy* é um produto do sistema decisório (Salisbury, 1968; Salisbury e Heinz, 1970).
  11. Lowi usa o termo inglês *constituent*, que expressa a noção de partes que compõem um todo. O melhor correspondente em português é o termo neutro *constituente* ("costituen-te", em italiano), pois o adjetivo *constitutivo* induziria a pensar que essas partes são essenciais e indispensáveis.
  12. Essa nova categoria de política pública, cuja probabilidade de coerção é remota se comparada à categoria redistributiva, não suscitou muito interesse aos pesquisadores. Isso porque não só foi proposta posteriormente, como é, segundo alguns estudiosos, menos com-

- preensível do que as outras (Spitzer, 1987), ou, ainda, pelo simples fato de constituírem normas secundárias (Lowi, 1985).
13. Disso parece ser convicto o próprio Lowi. Todavia, segundo ele, dessa maneira, perdem-se muitas informações acerca do mundo real das políticas públicas, ganha-se em clareza quando se usa uma única unidade para classificar a lei (ver Lowi, 1972 e, em particular, a nota 2).
  14. Segundo a orientação normativa da concepção do direito, todas as normas definem significados formais que se identificam, dependendo da orientação filosófica-jurídica dominante, com os enunciados lingüísticos, suas interpretações diversas, ou com comportamentos socialmente difusos. Portanto, estabelecer *a priori* que o caráter de uma norma é a coerção torna-se, em termos analíticos, uma banalidade, já que trata-se de uma maneira de conceber a lei pelo seu mero aspecto normativo (*iussum*, isto é, comando), desqualificando seu conteúdo material.
  15. Isso é fruto, segundo Lowi, da grande influência ideológica dos grupos de interesse, delegando poderes e funções, promovendo leis que não contêm nenhuma norma verdadeira. Nesse sentido, o compromisso por definir a lei é baseado na vagueza do objeto e da questão a tal ponto que cada um pode ter sua própria definição da norma (Lowi, 1987).
  16. Ver, para o caso brasileiro, o estudo de Santos (Santos, 1994, 1995) que analisa a produção legislativa anterior ao golpe militar de 1964. Adotando o mesmo foco analítico, um estudo recente indaga o peso relativo da prática distributiva para as políticas na área da saúde e da educação (Lemos, 2001).
  17. O debate centrava-se, notoriamente, em torno do problema da proliferação da atividade legislativa e da sua tendência a regulamentar aspectos específicos e setoriais da sociedade.
  18. Das primeiras tentativas, destacam-se, por desempenho e profundidade analítica, as propostas de Antonio Predieri (1963; 1969; 1975). Entretanto, há nelas uma propensão a misturar aspectos descritivos (dimensão abstrata de conteúdo, extensão territorial) com elementos formalmente jurídicos da lei (funcionalidade, atuação por meio de regulamento) ou com fatores explicativos secundários (relação com a legislação precedente, vocação econômica). Além disso, o grande número de critérios utilizados não lhe permitiu uma clara configuração do conteúdo, causando uma dispersão analítica em vários momentos da análise.
  19. Vale notar que a idéia do *continuum*, assim como ocorreu a contraposição entre leis gerais e pequenas leis, nasceu de uma orientação jurídica compartilhada pelos pensadores clássicos. Para Hobbes, “[...] cada um vê que algumas leis interessam a todos os cidadãos em geral, outras a determinadas regiões, outras a profissões específicas, outras a homens particulares, e são portanto leis por cada um deles, aos quais o comando é endereçado, e não aos outros” (*O Leviatã*, vol. I, cap. XXVI).
  20. Di Palma sustenta a idéia de que a melhor maneira de solucionar possíveis erros na distribuição dos projetos nas categorias mencionadas é reduzir as categorias a um número de três, em vez de quatro, e diferenciá-las de forma mais clara possível (classes excludentes).
  21. Entre os raros estudos que, no contexto norte-americano, utilizam sistematicamente a tipologia proposta por Lowi, vale citar os trabalhos de Spitzer (1979, 1983) e Shull (1997). Esse último, considerando diversas propostas classificatórias, sugere que, no estudo das relações entre o presidente e o Congresso, nenhuma delas deveria ser excluída *a priori*.

22. As cautelas referem-se ao fato de que Lowi não aprofundara a análise sobre os dois critérios utilizados e resolveu mudar radicalmente sua abordagem, tornando a dimensão da coerção o centro de sua atenção.
23. O agrupamento das categorias geral e seccional aqui proposto não significa uma simplificação para agilizar a leitura do gráfico, mas deriva da experiência empírica dos autores que adotam os dois indicadores de conteúdo tratados até o momento. Propostas alternativas são, evidentemente, viáveis; tudo depende do objetivo de cada pesquisador. Para uma discussão sobre a melhor forma de operacionalizar os critérios, ver Di Palma (1977) e Cantelli, Mortara e Moavia (1974).
24. A expressão “voto pessoal” envolve qualquer atividade que o parlamentar desenvolve no âmbito de seu distrito (visitas e participações em reuniões; serviço de assistência aos eleitores etc.). Contudo, considerando que o objetivo desse artigo é limitado ao exame das leis, a discussão sobre o “voto pessoal” está estritamente relacionada à atividade legislativa.
25. A análise sobre as atitudes distributivas dos parlamentares ficou restrita aqui à dimensão da magnitude. É importante salientar que a capacidade do partido de controlar seus candidatos e as regras procedimentais internas devem ser levadas em conta para se explorar com maior alcance a lógica da ação distributiva. Sem essas dimensões não se explica por que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, mesmo adotando um sistema distrital similar, possuam efeitos distributivos concentrados tão diferentes.
26. No plano do teste empírico, é preciso ter um certo cuidado quando se associa a categoria das leis individuais com a das políticas distributivas. O nível de desagregação é tão elevado que, mesmo distribuindo um benefício concentrado, nem sempre é possível aferir que isso ocorre para fins eleitorais (basta pensar na prática da concessão de aposentadorias a ilustres personagens ou viúvas de políticos). Cabe ao pesquisador agrupar ao menos alguns tipos de políticas individuais na categoria das políticas paroquiais.
27. Lowi inclui na categoria das políticas distributivas as decisões sobre portos e rios, concessões públicas a empresas privadas, intervenções clientelistas a favor de operários, empresários e agricultores e a tradicional política tarifária (Lowi, 1964). Outros autores preferem falar de *pork barrel* ou de políticas paroquiais ao tratar da legislação sobre portos e rios (Ferejohn, 1974) ou qualquer outra estritamente ligada ao distrito beneficiado (Evans, 2000; Fiorina, 1989).
28. De certa forma, essa lógica pode ser estendida à categoria das políticas regulatórias, o que necessitaria de uma outra justificativa teórica. Contudo, assim como já salientado, trata-se de tipos de políticas cujo grau de desagregação é inferior às distributivas. Nesse sentido, é possível afirmar que as normas regulatórias interessam, no máximo, à categoria das leis microseccionais, mas não a das leis individuais.
29. O argumento decisivo do autor é que, medindo a qualidade dos projetos em tramitação, torna-se possível compreender a dinâmica dos atores envolvidos, mostrando a falta de “boas leis” e uma inflação de projetos assistências e clientelistas.
30. Vale lembrar também que Di Palma formou-se na Itália, na faculdade de Padova, e depois emigrou para os Estados Unidos. De certa forma, sua formação acadêmica consentiu-lhe abordar o aspecto do conteúdo a partir de perspectivas aparentemente tão diferentes.

31. Para Di Palma, há um elevado grau de correlação entre generalidade e impacto territorial, o que torna possível agrupar os dois critérios. Assim, o autor conclui que a legislação seccional é toda aquela que “se dirige a regiões específicas”, enquanto a microseccional é “a legislação que afeta áreas territoriais inferiores às regiões” (Di Palma, 1978. p. 389).
32. Ver também outro estudo inspirado no trabalho de Di Palma e que investigou a produção legislativa de Portugal (Opello, 1986). Nesse caso, contudo, o autor limita-se a tratar da generalidade como critério para aprofundar a qualidade das leis produzidas e, portanto, não constitui um exercício analítico completo, como a análise de Diaz e Taylor-Robinson.

### Bibliografia

- Ames, Barry  
2000 *Institutions and Politics in Brazil*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Ashford, Douglas E.  
1978 *Comparing Public Policies: New Concepts and Methods*. Beverly Hills, Sage.
- Boudon, Raymond  
1984 *La Place du Désordre*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Bowler, Shaun & Farrell, David  
1993 “Legislator Shirking and Voter Monitoring: Impacts of European Parliament Electoral Systems upon Legislator-Voter relationships”. *Journal of Common Market Studies*, 31: 45-69.
- Cain, Bruce; Ferejohn, John & Fiorina, Morris  
1987 *The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence*. Cambridge, Harvard University Press.
- Calise, Mauro  
1999 “Introduzione”, in T. J. Lowi, *La Scienza delle Politiche*, Bologna, Il Mulino.
- Cantelli, Franca; Mortara, Vittorio & Movia, Giovanna  
1974 *Come Lavora il Parlamento Italiano*. Milano, Giuffrè.
- Capano, Giliberto  
1993 “Le Tipologie delle Politiche Pubbliche: Una Strada Senza Uscita?”. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 23 (3):549-588.
- Capano, Giliberto & Giuliani, Marco (orgs.)  
2000 *Parlamento e Processo Legislativo in Italia*. Bologna, Il Mulino.
- Cazzola, Franco  
1974 *Governo e Opposizione nel Parlamento Italiano*. Milano, Giuffrè.
- Cazzola, Franco; Predieri, Alberto & Priulla, Grazia  
1975 *Il Decreto Legge fra Governo e Parlamento*. Milano, Giuffrè.
- Cazzola, Franco & Morisi, Massimo  
1981 *L'Alluvione dei Decreti: Il Processo Legislativo tra Settima e Ottava Legislatura*. Milano, Giuffrè.

- De Micheli, Cristina  
 1997a "L'Attività Legislativa dei Governi al Tramonto della Prima Repubblica". *Rivista Italiana di Scienze Politiche*, 27 (1): 151-187.
- 1997b "Governare senza Legiferare: L'Analisi dell' Attività di Decretazione (e Reiterazione) tra Prima e Seconda Repubblica". *Quaderni Costituzionali*, 17 (3): 515-526.
- Della Sala, Vincent  
 1987 "Governare per Decreto: Il Governo Craxi e l'Uso dei Decreti Legge", in P. Corbetta & R. Leonardi (org.), *Politica in Italia: I Fatti dell' Anno e le Interpretazioni*, Bologna, Il Mulino.
- Di Palma, Giuseppe  
 1977 *Surviving without Governing: The Italian Parties in Parliament*. Berkeley, University of California Press (trad. Italiano, *Sopravvivere senza Governare: I Partiti Italiani in Parlamento*, Bologna, Il Mulino, 1978).
- Diaz, Christopher & Taylor-Robinson, Michelle M.  
 1999 "Who Gets Legislation Passed in a Marginal Legislature and is the Label 'Marginal Legislature' Still Appropriate?. A Study of the Honduran Congress". *Comparative Political Studies*, 32 (5): 589-625.
- Downs, Anthony  
 1957 *An Economic Theory of Democracy*. Nova York, Harper and Row.
- Evans, Diana  
 2000 "The Distribution of Pork Barrel Projects and Vote Buying in Congress", in W. T. Bianco (org.), *Congress on Display, Congress at Work*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Farrell, David  
 2001 *Electoral Systems: A Comparative Introduction*. Londres, Palgrave.
- Ferejohn, John A.  
 1974 *Pork Barrel Politics: Rivers and Harbors Legislation, 1947-1968*. Stanford, Stanford University Press.
- Fiorina, Morris P.  
 1989 *Congress, Keystone of the Washington Establishment*. 2 ed., Londres, Yale University Press.
- Giuliani, Marco  
 1992 "Politiche Regolative. fra Scambi e Giochi". *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 22 (2): 335-374.
- Greenberg, George D.; Miller, Jeffrey; Mohr, Lawrence B. & Vladeck, Bruce C.  
 1977 "Developing Public Policy Theory: Perspectives from Empirical Research". *American Political Science Review*, 71 (4): 1532-1543.
- Gueli, Vincenzo  
 1935 *Il Diritto Singolare e il Sistema Giuridico*, Roma, Soc. Editrice del Foro Italiano.  
 1959 *Dottrina dello Stato e Dottrina del Diritto*, Roma, Soc. Editrice del Foro Italiano.

- Gustavsson, Sverker  
1980 "Types of Policy and Types of Politics". *Scandinavian Political Studies*, 3 (2): 123-142.
- Hart, L. A. Herbert  
1961 *The Concept of Law*. Oxford, Clarendon.
- Hayes, Michael T.  
1978 "The Semi-Sovereign Pressure Groups: A Critique of Current Theory and an Alternative Theory". *Journal of Politics*, 40 (1): 134-161.
- Heckathorn, Douglas D. & Maser, Steven M.  
1990 "The Contractual Architecture of Public Policy: A Critical Reconstruction of Lowi's Typology". *Journal of Politics*, 52 (4): 1101-1123.
- Hecko, Hugh H.  
1972 "Review Article: Policy Analysis". *British Journal of Political Science*, II: 83-108.
- Hinich, Melvin J. & Ordeshook, Peter C.  
1970 "Plurality Maximization vs. Vote Maximization: A Spatial Analysis with Variable Participation". *American Political Science Review*, 25: 323-341.
- Jones, Charles O.  
1970 *An Introduction to the Study of Public Policy*. Belmont, Duxbury Press.
- Kellow, Aynsley  
1988 "Promoting elegance in Policy Theory: Simplifying Lowi's Arenas of Power". *Policy Studies Journal*, 16 (4): 713-724.  
1989 "Taking the Long Way Home? A Reply to Spitzer on the Arenas of Power". *Policy Studies Journal*, 17 (3): 537-546.
- Kjellberg, Francesco  
1977 "Do Policies (Really) Determine Politics? And Eventually How?". *Policy Studies Journal*, n. especial: 554-570.
- La Spina, Antonio  
1989 *La Decisione Legislativa*. Milano, Giuffrè.
- Lancaster, Thomas D.  
1986 "Electoral Structures and Pork Barrel Politics". *International Political Science Review*, 7 (1): 67-81.
- Lancaster, Thomas D. & Patterson, David W.  
1990 "Comparative Pork Barrel Politics: Perceptions from the West German Bundestag". *Comparative Political Studies*, 22 (4): 458-77.
- Leichter, Howard  
1977 "Comparative Public Policy: Problems and Prospects". *Policy Studies Journal*, n. especial: 583-596.
- Lemos, Leany Barreiro de S.  
2001 "O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: Uma Análise Distributivista". *Dados*, 44 (3): 561-605.

- Leston-Bandeira, Cristina  
 2000 "A Assembléia da República de 1976 a 1999: Da Legislação à Legitimação". *Análise Social*, XXXV: 175-205.
- Lowi, Theodore  
 1964 "American Business, Public Policy, Case Studies, and Political Theory". *World Politics*, 16: 677-715, mar.  
 1970 "Decision Making vs. Policy Making: Toward an Antidote for Technocracy". *Public Administration Review*, 30: 314-325, maio-jun.  
 1972 "Four Systems of Policy, Politics, and Choice". *Public Administration Review*, 32: 298-310, jul.ago.  
 1985 "The State in Politics. The Relation Between Policy and Administration", in R. Noll (org.), *Regulatory Policy and the Social Science*, Berkeley, University of California Press.  
 1987 "Two Roads to Serfdom. Liberalism, Conservatism and Administrative Power". *The American University Law Review*, 36 (2) (trad. Italiano, "Due Vie alla Servitù: Liberalismo e Conservatorismo e il Potere Amministrativo", in T. J. Lowi, *La Scienza delle Politiche*, Bologna, Il Mulino, 1999).  
 1999 *La Scienza delle Politiche*. Bologna, Il Mulino.
- Mainwaring, Scott P.  
 1999 *Rethinking Party System in The Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- Mayhew, David R.  
 1974 *Congress: The Electoral Connection*. Londres, Yale University Press.
- Mény, Yves & Thoenig, Jean-Claude  
 1989 *Politiques Publiques*. Paris, PUF.
- Mezey, Michael  
 1978 "Legislature in Western Democracies: A Review Article". *Legislative Studies Quarterly*, 3 (2): 335-352.
- Motta, Riccardo  
 1985 "L'Attività Legislativa dei Governi". *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 15 (2): 255-292.
- Opello, Walter C.  
 1986 "Portugal's Parliament: An Organizational Analysis of Legislative Performance". *Legislative Studies Quarterly*, XI (3): 291-329.
- Ordeshook, Peter C.  
 1976 "The Spatial Theory of Elections: A Review and a Critique", in I. Budge e D. Farlie Crewe (eds.), *Party Identification and Beyond*, Londres, Wiley.
- Palma, Luigi  
 1883-1885 *Corso di Diritto Costituzionale*. Firenze.
- Panebianco, Angelo  
 1989 "Le Scienze Sociali e la Politica", in A. Panebianco (org.), *L'Analisi della Politica*, Bologna, Il Mulino.



- Picard, Edmund  
1881 *De la confection vicieuse des lois en Belgique et des moyens d'y remédier*. 2 ed., Bruxelles.
- Predieri, Alberto  
1963 "La Produzione Legislativa", in S. Somogyi; L. Lotti; A. Predieri & G. Sartori, *Il Parlamento Italiano (1946-1963)*, Milano, Giuffrè.  
1969 "Il Processo Legislativo", in Atti del Convegno sulla Riforma dello Stato, Roma Sansoni Editore, 28-30.  
1975 *Il Parlamento nel Sistema Politico Italiano*. Milano, Ed. Comunità.
- Regonini, Gloria  
1985 "Le Politiche Sociali in Italia: Metodi e Analisi". *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 15 (3): 335-377.
- Riker, William H. & Ordeshook, Peter C.  
1968 "A Theory of Calculus of Voting". *American Political Science Review*, 62: 25-42.  
1973 *An Introduction to Positive Political Theory*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- Romano, Santi  
1947 "Diritto Singolare", in R. Santi, *Frammenti di un Dizionario Giuridico*, Milano, Giuffrè.
- Salisbury, Robert  
1968 "The Analysis of Public Policy: A Search for Theories and Roles", in A. Ranney (org.), *Political Science and Public Policy*, Chicago, Markham.
- Salisbury, Robert & Heinz, John P.  
1970 "A Theory of Policy Analysis and Some Preliminary Applications", in I. Shar-kansky, *Policy Analysis in Political Science*, Chicago, Markham.
- Santos, Fabiano  
1994 *Teorias de Decisões Legislativas: Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.  
1995 "Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil: 1959-1963". *Dados*, 38 (3): 459-496.
- Schattschneider, Elmer E.  
1935 *Politics, Pressures, and the Tariffs*. Nova York, Englewood Cliffs.
- Schmidt, Manfred G.  
1999 "Germania: Lo Stato della Grande Coalizione", in J. M. Colomer (org.), *La Politica in Europa*, Roma-Bari, Laterza.
- Shugart, Matthew S. & Carey, John M.  
1995 "Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas". *Electoral Studies*, 14 (4): 417-439.
- Shull, Steven A.  
1997 *Presidential-Congressional Relations. Policy and Time Approaches*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Somogyi, S.; Lotti, L.; Predieri, A. & Sartori, G.,  
1963 *Il Parlamento Italiano (1946-1963)*. Milano, Giuffrè.

- Spitzer, Robert J.
- 1979 "The Presidency and Public Policy: A Preliminary Inquiry". *Presidential Studies Quarterly*, 9 (3): 441-457.
- 1983 *The Presidency and Public Policy*. Alabama, University of Alabama Press.
- 1987 "Promoting Policy Theory: Revising the Arenas of Power". *Policy Studies Journal*, 15 (4): 675-689.
- 1989a "From Complexity to Semplicity: More on Policy Theory and The Arenas of Power". *Policy Studies Journal*, 17 (3): 529-536.
- 1989b "Complexity and Induction: A Rejoinder to Kellow". *Policy Studies Journal*, 17 (3): 547-549.
- Wilson, James. Q.
- 1973 *Political Organizations*. Nova York, Basic Books.
- 1974 "The Politics of Regulation", in J. W. McKie (org.), *Social Responsibility and the Business Predicament*, Washington, The Brookings Institution.
- 1980 *The Politics of Regulation*, New York, Basic Books.

- Artigo recebido em maio/2002
- Aprovado em setembro/2002

## Resumo

### *A Medida das Leis: Do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável*

Qual é o conteúdo das leis? É possível mensurar a qualidade da produção legislativa? Vários estudos na ciência política voltados para o estudo do conteúdo das leis causaram um grande impacto no desenvolvimento das teorias relativas às políticas públicas. Eles, contudo, apesar de serem plausíveis na teoria, têm falhado em apresentar um instrumento classificatório válido para investigar empiricamente a natureza da lei. Este artigo procura uma resposta teórica a este problema. Nesse sentido, ao analisar uma conexão, que nos parece vantajosa, entre a tipologia de Lowi, a abordagem de Wilson e os estudos italianos, chegamos a três critérios para classificar as leis: generalidade; custos/benefícios e impacto territorial. A adoção desses critérios justifica-se no exame de um tipo específico de norma: a categoria das políticas distributivas.

**Palavras-chave:** Classificação das leis; Políticas distributivas; *Pork barrel*.

## Résumé

*La Mesure des Lois: de l'Usage de Notions Génériques à la Mensuration de l'Impondérable.*

Quel est le contenu des lois? Est-il possible de mesurer la qualité de la production législative? Plusieurs études dans le domaine de la science politique tournées vers l'étude du contenu des lois ont causé un grand impact sur le développement des théories relatives aux politiques publiques. Ces études, néanmoins, bien que plausibles en théorie, ne réussissent pas à présenter un instrument classificatoire valable pour rechercher de façon empirique la nature de la loi. Cet article propose une réponse théorique à ce problème. Ainsi, en analysant une connexion, qui nous semble avantageuse, entre la typologie de Lowi, l'abordage de Wilson et les études italiennes, nous arrivons à trois critères pour classer les lois: caractère général; coût/bénéfice et impact territorial. L'adoption de ces critères se justifie dans l'examen d'un genre spécifique de norme: la catégorie des politiques distributives.

**Mots-clés:** Classification des lois; Politiques distributives; *Pork barrel*.

## Abstract

*The Dimension of Laws: From the Use of Generic Notions to the Measurement of the Imponderable*

What is the content of laws? Is it possible to measure the quality of legislative production? Various political science studies that have analyzed the content of laws have caused major impact on the development of theories related to public policies. Nevertheless, in spite of being plausible in theory, those studies have failed to introduce a valid classificatory instrument to empirically investigate the nature of law. This article attempts to offer a theoretic answer to the problem. In doing so, while analyzing a seemingly worthwhile connection among the Lowi's typology, the Wilson's approach, and Italian studies, we get to three criteria for classifying laws: generality; costs/benefits, and territorial impact. The use of these criteria proves right through the study of a specific kind of norm: the category of distributive policies.

**Keywords:** Classification of laws; Lowi; Wilson; Distributive policies; "Pork barrel".

**Barbosa, Wallace de Deus**

*Um Embate de Culturas: Análise de Processos Políticos e Estratégias Socioculturais na Construção de Identidades Kambinã e Pipipã.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 293 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira.

Esta tese trata da “etnogênese” de um grupo indígena no nordeste brasileiro, gerada a partir de uma disputa política pelas funções de cacique e pajé em um grupo pré-existente, o que resultou em um impasse estabelecido a partir de uma eleição, mediada pela Funai, levando à retirada de um dos grupos ou partidos (como também se autodenominam) da “aldeia-sede” e à criação de uma “nova aldeia” dentro dos limites da área demarcada. As discussões travadas entre as partes oponentes tomam a cultura – entendida como o conjunto das tradições rituais e dos costumes – como alvo de controvérsias, reproduzindo concepções culturais distintas que se expressam por meio de formas igualmente diferenciadas e na constituição de um “patrimônio cultural” nativo. A análise das narrativas diversas sobre a história da formação da “aldeia”, bem como da preponderância do papel de determinados atores nesse processo, permite identificar disputas faccionais pretéritas, instauradas no processo de territorialização do grupo promovido pela Funai.

**Barreto, Alessandra Siqueira**

*Política e Vida Associativa em um Bairro Carioca.* Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 120 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Este trabalho procura identificar como um determinado universo de camadas médias se organizou e se articulou diante de um projeto urbanístico que a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro pretendia implantar no bairro do Leblon. Enfatizam-se os processos de mobilização para inserir o projeto no campo de discussões sobre organização social e reivindicações urbanas.

**Bega, Maria Tarcisa Silva**

*Sonho e Invenção no Paraná: Geração Simbolista e a Construção de Identidade Regional.* Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2001, 444 pp. Orientador: Sergio Miceli Pessoa de Barros.

Este trabalho analisa, do ponto de vista sociológico, o Movimento Simbolista Paranaense, ocorrido na região de Curitiba – PR, entre 1880 e 1920. Objetiva entender as razões da emergência dessa tendência literária, do número considerável de poetas e da longa duração

do gênero em uma província brasileira. Toma como orientação teórica as noções de geração (Mannheim), de configuração (Elias) e de campo e *habitus* (Bourdieu). Incorpora, ainda, as discussões recentes sobre os escritores, letrados ou intelectuais do período, além das principais idéias vigentes à época, no Brasil. Tendo como fio condutor a recuperação dos itinerários biográficos, este estudo procura discutir os contextos socioeconômico e cultural que permitem a eclosão de tal movimento. Aponta também para a existência de grandes trajetórias geracionais, extremamente articuladas umas às outras, o que levou a uma configuração particular no cenário cultural paranaense no período.

**Benevides, Sérgio Paulo**

*Nos Refúgios da Memória: Um Estudo sobre Histórias de Refugiados no Rio de Janeiro.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 90 pp. Orientador: Federico Neiburg.

Este estudo analisa a relação entre a categoria “refugiado”, estabelecida juridicamente por meio de tratados internacionais, e as histórias individuais das pessoas classificadas como tal, essenciais para que essa própria categoria tenha existência social. Primeiramente, examina-se como se chegou a um acordo internacional a respeito do que significa a categoria “refugiado” e de que forma o Estado brasileiro, signatário das convenções a respeito desse tema, procede para conceder asilo com base nessa definição. As narrativas dos requerentes de asilo a respeito de seu passado são fundamentais para tal processo. Em seguida, discute-se o que é ser refugiado num mundo dividido em Estados-nação. Por fim, analisam-se relatos de refugiados e o contexto em que foram produzidos, para se compreender os elementos em jogo quando de seu reconhecimento segundo aquela categoria jurídica. Para tanto, recorre-se a entrevistas feitas de 1998 a 2000 com pessoas de diversas origens estabelecidas no Rio de Janeiro. Com isso, observa-se que é por meio de uma narrativa que o próprio objeto em questão ganha existência social. Este trabalho procura mostrar como um refugiado adquire esse estatuto ao contar sua história.

**Blanchette, Thaddeus Gregory**

*Gringos.* Mestrado em Antropologia, PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ, 2001, 150 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Trata-se de um estudo antropológico da presença de estrangeiros anglofalantes (vulgarmente chamados “gringos”) no Rio de Janeiro. O trabalho investiga os significados múltiplos da palavra “gringo”, concentrando em desvendá-la como “aquilo que não é nosso mas está entre nós”. O autor analisa algumas das razões por que os anglófonos têm sido historicamente ignorados como elementos culturais e étnicos no Rio de Janeiro, apesar de sua presença significativa e constante na cidade. O trabalho investiga, ainda, duas de várias redes de sociabilidade anglófona, contrastando, comparando e situando-as em seus elos locais, nacionais e transnacionais.

**Chagas, Patrícia de Santana Pinho**

*Em Busca da Mama África: Identidade Africana, Cultura Negra e Política Branca na Bahia.* Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2001, 319 pp. Orientadora: Maria Teresa Sales M. Suarez.

O tema central desta tese são as representações criadas na produção cultural negra desenvol-

vida na Bahia a partir do elo imaginário com uma África mítica e idealizada, que servem como elementos fundamentais para a construção de identidades negras afro-referenciadas, ao mesmo tempo em que alimentam as relações entre a cultura negra e a política local. O enfoque é sobre os blocos afro da Bahia e as organizações culturais negras surgidas na década de 1970, que tiveram o intuito de combater o racismo no âmbito do carnaval e que, hoje, atuam além dos limites do lúdico, produzindo novas imagens de negritude e interferindo na dinâmica da cultura política. As narrativas identitárias e as representações de negritude criadas pelos blocos afro são aqui analisados em sua relação com a ordem vigente de poder.

**Comerford, John Cunha**

*“Como uma Família”: Sociabilidade, Reputações e Territórios de Parentesco na Construção do Sindicalismo Rural na Zona da Mata de Minas Gerais.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 485 pp. Orientador: Moacir Palmeira.

Esta tese aborda a construção do sindicalismo de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Minas Gerais tomando como ponto de partida o estudo da organização social camponesa, sempre tendo em mente as relações necessárias com as estruturas institucionais do Estado e da Igreja e as práticas e concepções que as constituem. Nesse sentido, noções como processos de familiarização, territórios de parentesco, operações de mapeamento social, sociabilidade agnóstica, política de reputações, poética do respeito e condições de respeitabilidade, entre outras, são usadas para expor e explicar as modalidades de associação que se configuram nesse universo social e que lhe dão forma e dinâmica. A tese procura mostrar como certas inovações institucionais, como as comunidades de base e os sindicatos, são postas em prática com base em tais modalidades de associação, e os efeitos (por vezes inesperados) que esse processo produz, nos termos próprios a esse universo social.

**Custodio, Jorge**

*Querendo Modificar “Destinos” Sociais: Experiências e Projetos de Trabalhadores Cariocas e a Formação Universitária.* Mestrado em Antropologia, IFCS/UFRJ, 2001, 154 pp. Orientadora: Paola Cappelin.

Esta pesquisa analisa dez histórias de vida de trabalhadores adultos que tiveram acesso a educação superior, nos anos de 1990, e que são egressos dos cursos de pré-vestibular do SINTUFRJ, do CEASM e do IPDH. O autor resgata as conexões entre imagens e pressões do mundo do trabalho do Rio de Janeiro e a produção de interesses e motivações de trabalhadores por educação superior. Os trabalhadores elaboram imagens, projetos pessoais e culturais para dialogar com as pressões da cultura do trabalho. São pressionados, ainda, pelas situações sociais do mundo do trabalho contemporâneo, como a flexibilização das relações de trabalho e os riscos sociais de transitar da formalidade para a informalidade, que criam conflitos e renovações pessoais e sociais para que os sujeitos reconstruam seus interesses e motivações. O retorno aos estudos expressa a interação dessas pressões com a capacidade reflexiva dos trabalhadores-estudantes para que redefinam identidades e lutas por um novo lugar social. Eles consideram a educação superior uma “moeda cultural” capaz de promover possibilidades de ruptura estrutural dos seus destinos de classe e das possibilidades herdadas da família de origem. Ademais, desejam ampliar as possibilidades profissionais, de *status* e de reconhecimento social e evitar experiências de mobilidade descendente.

**Etulain, Carlos Raul**

*A Esquerda e o Peronismo*. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2001, 339 pp. Orientador: Sergio Salomé Silva.

Este trabalho dedica-se ao estudo do pensamento da esquerda, quando o peronismo já estava constituído e consolidado como movimento popular. O ponto central da análise é a configuração da relação entre os grupos e os partidos da esquerda com o peronismo. Uma vez que o peronismo exerce influência específica sobre os setores populares, sua relação com a esquerda permite, também, melhorar o desempenho desta junto às massas. O autor discute os aspectos da história do movimento peronista e dos partidos e grupos de esquerda, assim como os eventos da conjuntura política dos anos de 1960 e 1970, que serviram de marco para a construção da relação entre o peronismo e a esquerda.

**Freire, Maria José Alfaro**

*A Construção de um Réu: Payakã e os Kayapó na Imprensa Brasileira durante a ECO-92*. Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 154 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Este trabalho analisa o tratamento que a imprensa nacional dispensou à acusação de estupro dirigida ao índio kayapó Paulinho Payakã, em junho de 1992. Mapeando os principais consensos e orientações interpretativas instauradas pela revista *Veja* e retomados pelos principais jornais de circulação nacional, a autora procura mostrar que o discurso jornalístico acionou um conjunto de estereótipos negativos sobre as populações indígenas, culminando no questionamento das políticas interétnicas e mobilizando as opiniões contra os direitos indígenas especiais.

**Gonçalves, Isabela Lopes**

*Cortes e Costuras: Um Estudo Antropológico da Cirurgia Plástica no Rio de Janeiro*. Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 142 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Este trabalho analisa a cirurgia plástica na cidade do Rio de Janeiro, nos setores público e privado. Para isso, foi realizado um estudo de campo que englobou duas instituições médicas: uma clínica privada e um hospital público. Por meio da observação das relações médico/médico e médico/paciente, a autora aborda, para além da clássica situação “antes e depois” da cirurgia plástica, a fase intermediária. Nesse sentido, procura compreender como a prática médica está ligada a alguns dos valores básicos da sociedade de consumo contemporânea: obter o máximo de resultados com o mínimo de esforço; priorizar menos o processo e mais os resultados. Verifica-se, ainda, que esses valores não são exclusivos de nenhum setor de atuação ou segmento social dos pacientes pesquisados.

**Guérios, Paulo Renato**

*Lutando por sua Predestinação: Um Estudo Antropológico da Trajetória de Heitor Villa-Lobos*. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 259 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Este trabalho é um estudo da trajetória de Heitor Villa-Lobos (1887-1959), compositor brasileiro de música erudita. O autor traça os vários domínios da realidade que influenciaram sua trajetória: origens familiares; características sociais e políticas dos ambientes; idéias a seu respeito divulgadas em revistas e jornais e expressas em cartas e depoimentos por pessoas que

conviveram com ele; características e valores atribuídos a diferentes estéticas musicais de sua época, entre outros. Busca-se uma compreensão do sentido que ele atribuía a seus atos em diferentes momentos de sua vida, tendo por base seus escritos, depoimentos e entrevistas. O autor analisa também a construção de um rico imaginário em torno de Villa-Lobos, projeto que foi estimulado e parcialmente empreendido pelo próprio compositor. Vimos que somente seria possível traçar a trajetória de vida deste compositor por meio de uma análise que associasse de forma plena sua história pessoal e suas produções, tanto musicais, como escritas.

**Jardim, Denise Fagundes**

*Palestinos no Extremo Sul do Brasil: Identidade Étnica e os Mecanismos Sociais de Produção da Etnicidade – Chuí/RS.* Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 376 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Este trabalho trata da identidade palestina e dos processos sociais de construção da identidade étnica observados no extremo Sul do Brasil. Focaliza os processos de recriação de tradições e as negociações sociais que agiram no sentido de configurar um grupo étnico. Trata-se de uma etnografia desenvolvida a partir da observação participante e da análise de documentos produzidos pelos entrevistados que vivem no Chuí (Rio Grande do Sul), na fronteira entre Brasil e Uruguai. Este estudo aborda, ainda, os mecanismos sociais e os processos que deram vitalidade à identidade social e à proeminência de uma identidade étnica, entre eles, as viagens à Palestina e o modo como elas incidem sobre a descoberta da identidade palestina; as festas de casamento que estreitam laços entre famílias e que resultaram na produção de uma “família árabe”; e o interesse pela política partidária local, considerada um território específico em que a identidade social se configura como identidade étnica, traçando fronteiras simbólicas e indicando a preocupação com os destinos e as lideranças da “comunidade árabe”.

**Kalsing, Vera Simone Schaefer**

*A Votação do Projeto de Regulamentação do Aborto Legal na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: O Projeto de Lei nº 148/97.* Mestrado em Sociologia, IFCH/UFRGS, 2000.

Este estudo aborda a votação do Projeto de Lei 148/97 na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, apresentado pelo então deputado Marcos Rolim (PT). O projeto dispunha sobre o atendimento do aborto nos casos admitidos pelo Código Penal Brasileiro, quais sejam, gravidez resultante de estupro ou quando põe em risco a vida da gestante. O projeto foi aprovado em dezembro de 1997 e vetado pelo governador, no mesmo mês. Voltando à Assembléia, em março de 1998, o veto foi acatado. Onze parlamentares que haviam votado a favor do projeto, mudaram o voto, na segunda votação. O objeto de investigação é a atuação das forças que pressionaram a favor ou contra a manutenção do veto do governador, entre as quais foi decisiva a da Igreja Católica. Este estudo procura responder por que o veto do governador foi acatado e por que os parlamentares mudaram o voto. A atuação da Igreja Católica e a ação dos deputados são analisados a partir da abordagem de Bourdieu. O processo é compreendido como uma disputa pelo monopólio da verdade ou pela definição social do aborto.



**Leite, Márcia da Silva Pereira**

*Para Além da Metáfora da Guerra: Percepções sobre Cidadania, Violência e Paz no Grajaú, um Bairro Carioca.* Doutorado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2001, 398 pp. Orientadora: Regina Célia Reyes Novaes.

Este trabalho trata das relações entre cidadania, violência e paz, na percepção dos moradores do bairro carioca do Grajaú. Para apreendê-las, examino a relação do bairro com suas favelas no contexto de violência e insegurança que ali se desenvolveu a partir da segunda metade dos anos de 1990. Considero a influência das interpretações que, na década, dominaram o debate público na cidade do Rio de Janeiro, vinculando de diversas formas a violência às favelas. Analiso também as concepções e os discursos sobre cidadania e violência que então surgiram no bairro. De outro ângulo, investigo como o espaço físico do Grajaú (praças, ruas, encostas) é apropriado por ser seus habitantes e examino as negociações simbólicas para a delimitação deste espaço, em conexão com as situações de violência e conflito ali experimentadas. Procuro compreender como a proximidade geográfica entre “asfalto” e favelas se associa às distâncias sociais e culturais entre e intra moradores, bem como analiso as mediações que se estabelecem entre ambos e sua vinculação às interpretações de solidariedade e paz.

**Lenzi, Sandra Aparecida**

*A Influência do Positivismo entre Diplomados e Práticos na Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (1858-1931): Uma Abordagem no Campo da Sociologia das Profissões.* Mestrado em Sociologia, IFCH/UFRGS, 2000.

Esta pesquisa analisa o conflito entre os médicos diplomados, formados pela Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, e os profissionais da área da saúde que não eram formados pela Universidade – os chamados “práticos”, no período de 1898 a 1931. Os “práticos” foram a tônica da história médica brasileira até que, pouco a pouco, fossem substituídos por médicos formados, à proporção que surgiam as faculdades de medicina. Este estudo trata das relações entre diplomados e “práticos” durante a República Velha no Rio Grande do Sul, e a influência do positivismo de Augusto Comte. A análise toma por base os conceitos de “campo” e “poder simbólico” (“capital cultural” e “volume do capital cultural”) trazidos por Pierre Bourdieu, visando a explicar sociologicamente as ações específicas da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre na disputa entre diplomados e “práticos”. A autora analisa, ainda, os conflitos e a inserção da terceira faculdade de medicina do Brasil – Faculdade de Medicina de Porto Alegre – no quadro de mudanças no período da implantação da sociedade industrial, quando o mundo dos “saberes” informais (dos “práticos”) é substituído pelos saberes “positivos” (formais), que atestam a excelência do saber médico e da autoridade médica. Inclui-se o estudo da Constituição gaúcha de 1891, a qual Joseph Lowe denomina “Regionalismo Gaúcho”, sob a égide da filosofia de Comte, no período governado pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

**Lima, Eduardo Martins de**

*Sistemas Multipartidários Brasileiros e Eleitorais Democráticos Brasileiros em Perspectiva Comparada: 1945-1964 e 1985-1998 (O Plano Federal).* Doutorado em Sociologia e Política, FA-FICH/UFMG, 2001, 190 pp. Orientadora: Mônica Mata Machado de Castro.

Este estudo tem como propósito discutir, em perspectiva comparada, qual dos dois sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros, 1945-1964 e 1985-1998, é mais democrático. Em consonância

cia com importantes referenciais teóricos, o autor formulou três proposições que orientam a presente investigação: a) o sistema eleitoral será tanto mais democrático quanto maior for a possibilidade legal de participação eleitoral e a participação eleitoral efetiva; b) os sistemas, partidário e eleitoral, serão tanto mais democráticos quanto menores forem as restrições de caráter político e programático à competição eleitoral e à criação, ao registro e ao funcionamento parlamentar de partidos políticos; e c) os sistemas partidário e eleitoral serão tanto mais democráticos quanto mais igualitário for o tratamento dispensado aos eleitores e aos partidos. Com base na pesquisa, chegou-se à conclusão de que os sistemas partidário e eleitoral a partir de 1985 atingiram patamares superiores de densidade democrática em relação ao período entre 1945-1964.

**Lima, Márcia**

*Serviço de “Branco”, Serviço de “Preto”: Um Estudo Sobre Cor e Trabalho no Brasil Urbano.* Doutorado em Sociologia, PPGSA/UFRJ, 2001, 296 pp. Orientador: Peter Henry Fry.

Esta tese discute a problemática da inserção do negro no mundo do trabalho, procurando responder qual a relação entre cor e trabalho no Brasil urbano. Duas abordagens dessa temática dialogam nesta análise. A primeira, são os estudos quantitativos. A autora utiliza os dados das PNADs de 1988 e 1998 sobre inserção ocupacional dos negros, bem como as indicações sobre as possíveis mudanças e em quais direções. A segunda, são as pesquisas qualitativas. Por meio de entrevistas, a autora procura entender como que as pessoas inseridas no mercado de trabalho lidam com a discriminação. Concluiu-se que a cor modifica a condição de interação, atuando de forma diferenciada as características das ocupações, quanto ao *status*, à renda e a funções.

**Lima, Nelson**

*Dizendo no Pé – Performances de Brasilidade: Carmen Miranda e Pelé.* Doutorado em Antropologia Cultural, PPGSA-IFCS/UFRJ, 2001, 144 pp. Orientadora: Yvonne Maggie.

Este trabalho discute as trajetórias de vida presentes na sociedade brasileira que trazem em comum variadas estratégias de inversão de papéis sociais. A autora utiliza-se de conceitos como “imaginário monárquico” e “cultura do improvisado” para mostrar como Pelé e Carmen Miranda simbolizam essas estratégias. Suas trajetórias são comparadas segundo a idéia de que existe um imaginário de brasilidade que perpassa suas *performances* nos campos de futebol, nos palcos, nos rádios, no cinema e na ruas, durante o carnaval.

**Marchi Júnior, Wanderley**

*Sacando o Voleibol: Do Amadorismo à Espetacularização da Modalidade no Brasil (1970-2000).* Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2001. Orientador: Ademir Gebara.

Este estudo tem como objeto a história do voleibol brasileiro nas últimas três décadas. Utiliza-se do termo “viradas” para denominar as passagens do período de amadorismo para o de profissionalismo e, posteriormente, de espetacularização do esporte. Procuramos identificar como e por que ocorreram as transições na história da modalidade, além de analisar as relações, as conseqüências e as interdependências estabelecidas nesse trajeto, que, *lato sensu*, redirecionou o sentido e a lógica do consumo e da prática do voleibol. Para isso, pesquisou-se o maior número de fontes possível para recuperar, constituir e analisar a história recente dessa

modalidade. Como referencial teórico-metodológico, utilizamos os principais conceitos da teoria dos campos de Pierre Bourdieu e, complementarmente, o modelo do jogo competitivo de Norbert Elías. Na análise do material pesquisado, encontramos subsídios teóricos e empíricos que corroboraram a leitura do processo de transformação do voleibol, em consonância com as disposições e as perspectivas da sociedade de consumo.

**Marques, Ana Claudia Duarte Rocha**

*"Intrigas" e "Questões": Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco.* Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 425 pp. Orientador: Moacir Palmeira.

Por meio da análise de narrativas orais e de documentos escritos (jornais, processos, cartas) a respeito de casos de briga de família ocorridos no sertão de Pernambuco, privilegiei o ponto de vista nativo na minha perspectiva de análise. As categorias de "questão" e intriga definem as particularidades da maneira pela qual as brigas de família são vividas em dois momentos fundamentais, quais sejam, de agressão e de acomodação. Na medida em que seus rumos imprevisíveis vão sendo traçados, essas disputas também se revelam um mecanismo social de definição e redefinição de pertencas sociais. Assim, o fenômeno é abordado de modo positivo, evitando-se tratá-lo como efeito de um desarranjo social, como uma reprodução inconsciente de um modelo cultural, ou um resíduo de um Direito privado não suficientemente superado pelo mal funcionamento dos aparatos do Estado. As intrigas e as questões são motores de uma dinâmica social intensa em um universo social complexo que vai muito além das fronteiras de uma remota comunidade territorial.

**Miller, Joana**

*Antes os Brancos já Existiam: Uma Análise Crítica do Modelo do Contato de Terence Turner para os Kayapó.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 105 pp. Orientadora: Aparecida Vilaça.

Este trabalho consiste em uma análise crítica do modelo elaborado por Terence Turner para compreender a mudança social e as representações do contato na sociedade indígena Kayapó do Brasil central. A partir desse exercício analítico, pretendo refletir sobre os estudos de contato que focalizam o contexto etnográfico sul-americano, apontando para questões que me parecem relevantes para uma análise da concepção de mudança social no mundo ameríndio.

**Moraes, Aparecida Fonseca**

*A Sexualidade de Jovens nas Instituições: Razões, Emoções e Políticas.* Doutorado em Sociologia, PPGSA/UFRJ, 2001, 435 pp. Orientadora: Bila Sorj.

Esta tese parte das novas configurações encontradas no atendimento e nos serviços destinados à adolescência "abandonada" e "carente", organizados a partir da expansão dos movimentos sociais e civis que passaram a reivindicar a "cidadania da criança e do adolescente". O estudo analisa as conseqüências do ideal humanitário implicado na prática das instituições de atendimento aos jovens "em situações de abandono", onde novas categorias e formas de classificação social são operadas. Através dessas classificações, procurou-se identificar como as instituições representam a vida social e sexual do seu público-alvo, considerando também as reações dos jovens a essas definições. Os resultados da pesquisa realizada em três instituições mostraram que o sistema de classificação apresenta imagens sobre essa juventude que, ao ressaltar

suas condições de degradação social e econômica, produzem um singular processo de estigmatização, em que as experiências e a sexualidade desses grupos passam a ser definidos por constrangimentos, desvios, violências etc. A principal conclusão foi que os discursos da “cidadania da criança e do adolescente” têm contribuído para distanciar os profissionais do atendimento das experiências que os jovens apresentaram.

**Nicolai Filho, Reinaldo**

*O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), 1964-1984: A Institucionalização de uma Burocracia.* Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2001. Orientadora: Elisa Reis.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de institucionalização do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), durante o regime autoritário (1964-1984), relacionando a sua produção científica com o pensamento vigente na condução da política econômica brasileira. O trabalho discute a relação entre burocracia e governo durante o regime autoritarista-burocrático, a partir da análise de uma instituição voltada para a produção de conhecimento econômico, o Ipea. Nessa época constata-se uma expansão do estudo de economia e a consolidação da área no Brasil. Nesse sentido, o autor observa a trajetória de uma organização pública tecno-burocrática, mostrando como conseguiu expandir sua autonomia, diversificar suas funções e adaptar-se às mudanças.

**Paladino, Mariana**

*Educação Escolar Indígena no Brasil Contemporâneo: Entre a “Revitalização Cultural” e a “Desintegração do Modo de Ser Tradicional”.* Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2001, 130 pp. Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima.

Este trabalho procura abordar a educação escolar indígena no Brasil contemporâneo como objeto de discurso e prática. Nessa perspectiva, os caminhos escolhidos foram tanto a análise da bibliografia produzida sobre a temática nos últimos vinte anos, como a descrição de um curso de formação específica para indígenas guarani, onde estão colocados em jogo os fundamentos e as bases ideológicas do “politicamente correto”, e também os conflitos suscitados. Trata-se, também, de refletir sobre a participação da antropologia no campo da educação escolar indígena, discutindo a relação entre pesquisa e militância política. Apresentam-se algumas características de intervenção que dificultaram o desenvolvimento teórico nessa área de pesquisa.

**Pereira, Luiza Helena**

*Ouvidoria Hospitalar: Disciplinamento e Envolvimento como Estratégias Rumo à Democratização.* Doutorado em Sociologia, IFCH/UFRGS, 2000.

A criação de ouvidorias em hospitais brasileiros foi uma prática inovadora instituída na década de 1990. Embora não tenha sido amplamente difundida, verificou-se que alguns hospitais públicos a adotaram como um dispositivo capaz de melhorar a gestão administrativa e, conseqüentemente, os serviços prestados aos usuários. Nos últimos anos, no Brasil, foi implantada uma reforma na área da saúde que resultou a instalação de um Sistema Único de Saúde (SUS). Foram definidos como seus princípios básicos a universalidade de acesso aos serviços, a integralidade da assistência, a descentralização, a hierarquização da rede de serviços, a integração das ações de saúde e a participação popular. As ouvidorias hospitalares foram criadas no contexto dessa reforma. Em Porto Alegre, dois hospitais públicos são exemplos da implan-

tação desse tipo de serviço. Este estudo investiga a atuação dessas duas ouvidorias hospitalares no período de 1990 a 1998. A autora analisa os motivos que conduziram os hospitais a escolher esse dispositivo de gestão, e mostra que a ação das ouvidorias caracteriza estratégias de envolvimento e de disciplina dos usuários e dos trabalhadores da saúde. A metodologia escolhida consistiu em reconstruir, a partir do levantamento das reclamações dos usuários, o processo de implantação e de funcionamento das ouvidorias hospitalares. A literatura, as entrevistas e os documentos institucionais foram também fontes de informações utilizadas para criar os indicadores.

**Pereira, Ronan Alves**

*O Budismo Leigo da Sôka Gakkai no Brasil: Da Revolução Humana à Utopia Mundial.* Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2001, 531 pp. Orientador: Guilherme Raul Ruben.

Esta tese aborda o movimento budista leigo Sôka Gakkai, enfocando sua transplantação para o Brasil. O movimento foi fundado no Japão, na década de 1930, por um professor de escola primária, Tsunesaburô Makiguchi (1871-1944), sob o formato inicial de um grupo de estudo ligado a *Nichiren Shôshû* (seita ortodoxa do budismo Nichiren). Excomungada em 1991 por esta seita, a Gakkai mantém sua base doutrinária no budismo monge Nichiren (1222-1282), enfatizando sua face moderna e pragmática. Essa variação do Budismo Mahayana, detentora de uma doutrina *sui generis* e heterodoxa, chegou ao Brasil no final dos anos de 1950 com os imigrantes japoneses. Em 1960, seu presidente, Daisaku Ikeda, esteve em São Paulo para fundar o primeiro distrito da organização no exterior. Desde então, a Sôka Gakkai vem se expandindo por todos os Estados brasileiros. Atualmente, dos seus aproximadamente 104 mil membros, estima-se que 90% são brasileiros sem ascendência japonesa. Em função deste formato híbrido, sua imagem se modifica radicalmente de acordo com a época da biografia que se tem em mãos. Pode-se encontrar, assim, a descrição de um movimento de budistas fanáticos ou de revolucionários na área de educação; de fundamentalistas religiosos ou de uma vanguarda pacifista.

**Poll, Ana Paula**

*Do Baixo Congo ao Brasil: Um Olhar Antropológico sobre o Significado da Igreja Kimbanguista no Contexto Carioca.* Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2001. Orientador: Peter Henry Fry.

Este trabalho procura desvendar o sentido da Igreja de Jesus Cristo sobre a Terra pelo Enviado Especial Simon Kimbangu para seus fiéis na cidade do Rio de Janeiro. A base empírica é uma etnografia dessa igreja, que agrupa por volta de quarenta fiéis de nacionalidade congoleza e angolana e que se refugiaram no Rio de Janeiro após o “massacre dos bakongo” em Luanda durante a guerra civil em março de 1993. Os fiéis reivindicam pertencer ao grupo étnico kongo, remanescente do seiscentista Reino do Congo, divididos entre portugueses, franceses e belgas quando da partilha colonial da África. Por meio de rituais dominicais nos bairros do Estácio, Catumbi, Centro, Realengo e Duque de Caxias, esse grupo reaviva a sua fé na história milagrosa do profeta fundador. A Igreja de Simon Kimbangu desempenha um papel singular na sociabilidade dos fiéis. Ademais, o fato de existir uma sede em quase todos os continentes e de possuir um sofisticado sistema de intercomunicação eletrônica garante aos fiéis uma inserção étnica-religiosa no mundo globalizado.

**Reis, Letícia Isnard Graell**

*Usina de Prata da Casa: Um Estudo sobre o Uso do Teatro em Projetos Sociais.* Mestrado em Sociologia, PPGSA-IFCS/UFRJ, 2001, 160 pp. Orientadora: Ana Maria Galano Linhart.

Comparando iniciativas que atuam em processos de promoção social por meio do exercício de atividades teatrais, este trabalho tem como objetivo analisar em que medida a inserção em contextos políticos, históricos e sociais diversos influenciam a configuração das relações entre arte e sociedade. A proposta dos diretores teatrais Augusto Boal e Amir Haddad, que iniciaram suas práticas nos anos de 1960, são aqui confrontadas com uma iniciativa típica dos anos de 1990: a ONG Se Essa Rua Fosse Minha. A atenção é direcionada para a incorporação de conceitos, como cidadania, e de idéias, como convívio com a diversidade cultural, valorização de minorias, construção de auto-estima, entre outras, associadas a uma perspectiva inclusiva e de democratização do acesso à produção cultural, no caso das ONGs, em oposição às perspectivas de radical reestruturação social de Augusto Boal, ou de busca de uma estética popular como o caso de Amir Haddad. Trata-se, ainda, de identificar maneiras e estratégias pelas quais o teatro tem sido usado de modo a contribuir para projetos de promoção social.

**Rodrigues, Lea Carvalho**

*Banco do Brasil: Crise de uma Empresa Estatal no Contexto de Reformulação do Estado Brasileiro.* Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2001, 608 pp. Orientador: Guilherme Raul Ruben.

Esta tese apresenta um estudo etnográfico sobre o processo de mudanças ocorrido, nos últimos anos, na maior empresa estatal do setor financeiro nacional, o Banco do Brasil. Desde o ano de 1995, esse banco vem promovendo seguidas mudanças de caráter administrativo, operacional e de negócio, como parte de um amplo programa de ajustes. Entre as medidas adotadas, o enxugamento do quadro de pessoal, ocorrido em julho de 1995, o fechamento de dependências e os remanescentes compulsórios, ocorridos no período posterior, foram as que maior impacto causaram sobre o conjunto da empresa. Essas medidas, na forma como foram implementadas, representaram uma ruptura com os valores que norteavam as relações estabelecidas entre a empresa e seus funcionários, o que gerou a deterioração dos princípios identitários que conformavam essas relações. Este estudo chama a atenção, em especial, para a necessidade de se considerar como está sendo entendida e conceptualizada a mudança por aqueles que as planejam e executam, a forma como é conduzido o processo e a importância da variável cultural para o entendimento, inclusive, da precarização das condições de trabalho e da desmobilização dos trabalhadores em contexto de mudança.

**Santos Jr., Victor Lourenço dos**

*Organização e Interação dos Pesquisadores na Prática Científica: Um Estudo de Grupos de Pesquisa da UFRGS.* Mestrado em Sociologia, IFCH/UFRGS, 2000.

O objetivo deste trabalho é investigar e analisar a organização e o funcionamento dos grupos de pesquisa, por meio dos quais se observa a produção do conhecimento científico. Tendo por premissa a descrição das condições em que se desenvolve a atividade científica, buscou-se analisar o funcionamento dos grupos de pesquisa, sobretudo a organização e as práticas interativas nos diferentes âmbitos. O autor procurou compreender qual o impacto que a tecnologia da informação – *internet* – exerceu sobre o processo de produção do conhecimento uma vez

conhecidas as condições de organização e funcionamento da atividade científica. Para isso, foi formulado um conceito de prática interativa que pudesse explicar os dois tipos de variáveis.

**Scheinvar, Estela**

*O Feitiço da Política Pública, ou Como Garante o Estado Brasileiro a Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente?* Doutorado em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2001, 282 pp. Orientadoras: Célia Linhares e Cecília Coimbra.

A presente tese propõe-se a analisar os conselhos dos direitos da criança e do adolescente como mecanismos de gestão democrática da política pública para a garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, promulgado em 1990. Nesse sentido, a autora aponta para a desnaturalização dos processos históricos e, dessa perspectiva, problematiza a participação da sociedade civil organizada como agente de democratização – conforme concebido na Constituição Federal de 1988. No desenvolvimento do trabalho de pesquisa, são cartografados alguns dos pensamentos subjacentes aos movimentos micropolíticos constituintes desse processo de democratização, é analisado o ECA e, com ele, a produção da cidadania como uma relação liberal. A pedagogia surge como um dispositivo apoiado em instituições, como proteção, infância, família e educação escolar. Articulando a relação entre elas, a escola está presente nesta pesquisa como um analisador, por ser entendida como um cenário privilegiado na institucionalização da relação de cidadania e, nessa medida, na configuração das relações de direito. A produção da sociedade civil, portanto, é tomada como uma expressão das subjetividades circulantes e a fala da multiplicidade dos espaços políticos, fugindo de classificações maniqueístas sustentadas em critérios de verdade. A autora discute, ainda, o conteúdo da gestão da política pública no sentido de apontar seus efeitos em favor da violação dos direitos da criança e do adolescente e, assim, desnaturalizar as verdades instituídas que vêm contribuindo para a formação de feitiços como os presentes nas políticas públicas.

**Silva, Graziella Moraes Dias da**

*Sociologia da Sociologia da Educação: Caminhos e Desafios de uma Policy Science no Brasil (1920-1979)*. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2001. Orientadora: Maria Helena Magalhães Castro.

A proposta deste trabalho é fazer uma “sociologia da educação no Brasil”, tendo como fio condutor o desenvolvimento histórico, teórico e institucional dessa disciplina entre 1920 e 1979. A autora focaliza as relações entre esse processo, o contexto político de construção da nação e a definição do papel das ciências sociais no país, sobretudo sua vinculação (ou rejeição) à elaboração de políticas públicas.

**Siqueira, Euler David**

*Portos do Rio, Trabalhadores do Mar: Privatização e Racionalização do Trabalho Portuário em Sepetiba e no Rio de Janeiro*. Doutorado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2001, 339 pp. Orientadora: Elina Gonçalves da Fonte Pessanha.

No Brasil, e em grande parte do mundo, os portos passam por profundas transformações, afetando a vida tanto dos trabalhadores empregados no setor estatal, quanto os avulsos, mais próximos, estruturalmente, do mercado econômico. Na tentativa de resolver problemas, como o da ingovernabilidade e da crise de legitimação de poder, o Estado capitalista luta

contra a tendência estrutural de desmercantilização da força de trabalho. As ações extra-econômicas do Estado ajudam a explicar parte do processo de privatização dos portos do mundo e do Brasil. Outras causas importantes para explicar as mudanças nos portos dizem respeito a relações capitalistas: crise dos modelos de produção e consumo centrados no fordismo, emergência de novos modelos mais flexíveis em escala global e aumento do comércio mundial. Os sistemas portuários em grande parte do mundo respondem a essas pressões reformando suas estruturas. O objeto de estudo desta tese é avaliar os impactos do processo de privatização e racionalização do trabalho na prestação de serviços nos portos do Rio de Janeiro e de Sepetiba. Produtor de valores de uso, os serviços possuem uma racionalidade própria e distinta daquela que rege a produção dos valores de troca. Sua função principal é a de assegurar a manutenção e a proteção de estruturas e sistemas sociais contra ameaças, riscos e perturbações – em grande parte imprevisíveis – de ordem técnica, social ou natural. A privatização dos serviços portuários estatais pode ameaçar, e mesmo comprometer, a propriedade principal dessa racionalidade, fazendo aumentar as chances de crises e colapsos – elementos que deveriam ser neutralizados. Nesse sentido, a obra de Claus Offe assume uma posição central neste trabalho. Através da interpretação desse autor a respeito do crescimento da produção de serviços como condição *sine qua non* para a existência do capitalismo e do próprio mercado, pode-se revelar como os efeitos da redução ou da transferência dos serviços aos mercados econômicos afetam algumas de suas principais propriedades.

**Steffen, Euli Marlene**

*A Trajetória de Criação da Central de Movimentos Populares no Rio Grande do Sul*. Mestrado em Sociologia, IFCH/UFRGS, 2000.

Este trabalho trata do processo de integração e articulação dos movimentos populares no Rio Grande do Sul, por meio da construção de uma Central, e procura compreender os limites que essa proposta apresentou na prática. A proposta era de se fazer uma articulação que fosse capaz de centralizar e unificar as lutas. Contudo, isso entrava em choque com a diversidade e a heterogeneidade dos movimentos existentes na esfera popular. A conclusão a que chegamos é que existe uma pequena articulação entre pessoas que atuam sob a tutela de partidos de esquerda e que se encontram descoladas da base dos movimentos populares. Esses movimentos, por sua vez, passam por uma crise de identidade em relação à sociedade atual. Um movimento popular que não tem clareza sobre seu papel não constrói uma identidade, e, sem identidade, torna-se difícil aglutinar as diversas organizações sociais existentes.

**Tomas, Lea Maria**

*Diferença e Igualdade entre os Estados: Uma Etnografia da Precedência nas Relações Diplomáticas*. Mestrado em Antropologia Social, UnB, 2001, 83 pp. Orientador: Luís Roberto Cardoso de Oliveira.

A “precedência” igualitária como mecanismo ordenador dos representantes oficiais dos Estados-nação é investigada sobretudo a partir da etnografia de uma cerimônia de cumprimentos realizada anualmente por ocasião do dia da Independência do Brasil. Essa cerimônia é compreendida como um ritual no qual, entre outras coisas, alguns dos princípios básicos de igualdade jurídica entre os Estados são vivenciados por seus participantes.



Torrens, Antonio Carlos

*O (Des)compasso entre a Modernidade Global e a Realidade Local: A Siemens de Irati/PR: Um Estudo de Caso.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2001, 138 pp. Orientadora: Silvia Maria Pereira de Araújo.

Este estudo analisa a constituição de novos espaços produtivos, orientada pela mobilidade do capital e suas estratégias de expansão e acumulação. Partimos de uma revisão bibliográfica sobre as mudanças ocorridas no setor industrial nas últimas duas décadas, focalizando a flexibilização da produção, a intensificação do uso de tecnologia microeletrônica e seus desdobramentos, como o deslocamento de unidades de grandes corporações para novos espaços geográficos, a reestruturação das empresas e as novas formas de exploração do trabalho. Essas características vão ser encontradas no estudo de caso sobre a instalação de uma unidade Siemens, produtora de componentes elétricos para automóveis de luxo, no município de Irati-PR, caracterizado por uma limitada experiência industrial dessa envergadura. A análise revela particularidades próprias da coexistência de diferentes sistemas de organização da produção, cujo elo de ligação é o aperfeiçoamento da exploração da força de trabalho, o que constitui um permanente desafio para as teorias que pretendem construir modelos de análise da dinâmica industrial.

Vieira, Flavia Braga

*Do Confronto nos Vales aos Fóruns Globais: Um Estudo de Caso sobre a Participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens.* Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2001. Orientadora: Eline Gonçalves da Fonte Pessanha.

Em março de 1997, o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB) organizou em Curitiba seu I Encontro Internacional. O documento final, a Declaração de Curitiba, apontava para a necessidade da formação de "uma comissão internacional idônea" que pudesse avaliar e criar critérios para construção de barragens no mundo. Apenas um mês depois, em um *workshop* promovido pelo Banco Mundial em Giand, Suíça, foi apresentada uma avaliação de cinquenta barragens pelo Banco a uma platéia bastante diversificada. Os movimentos dos atingidos (incluindo o MAB) e ONGs presentes no encontro divergiram da avaliação e propuseram uma comissão independente que pudesse analisar grandes barragens financiadas pelo Banco ou não e indicar critérios de construção e de modelos. Em decorrência, nasceu a Comissão de Barragens (WCD). Durante o processo da WCD, movimentos sociais e ONGs trabalharam juntos para fazer com que o processo fosse o mais transparente possível e, com esse propósito, foi criado o Comitê Internacional contra Barragens, pelos Rios e pelos Povos (ICDRP). O MAB participou de todo o processo e colocou esta participação entre suas prioridades nos últimos três anos. Quais são as principais dificuldades para a participação de movimentos sociais em uma luta política em tão larga escala? De que forma atores como as ONGs desempenharam o papel de ligação entre os movimentos sociais e eventos como WCD? Este trabalho procura analisar as características e os limites da participação do MAB nesse processo.

## TRABALHOS PUBLICADOS PELO BIB – 1975-2002

### BIB 1

*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

### BIB 2

*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 3

*Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

### BIB 4

*Lúcia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

### BIB 5

*Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

### BIB 6

*Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

### BIB 7

*Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

### BIB 8

*Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

### BIB 9

*Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil".

### BIB 10

*Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

### BIB 11

*Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil"; *Lícia do Prado Valladares*

e *Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

### BIB 12

*Maria Teresa Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"; *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

### BIB 13

*Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

### BIB 14

*Lícia Valladares e Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

### BIB 15

*José Cesar Gnacarini e Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"; *Bila Sorj*, "O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa".

### BIB 16

*Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina"; *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 17

*Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

### BIB 18

*Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

### BIB 19

*Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil".

**BIB 20**

*Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

**BIB 21**

*Sônia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

**BIB 22**

*Inaiã Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

**BIB 23**

*Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

**BIB 24**

*Angela de Castro Gomes* e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

**BIB 25**

*Giralda Seyferth*, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

**BIB 26**

*Maria Rosilene Alvim* e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

**BIB 27**

*Teresa Pires do Rio Caldeira*, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

**BIB 28**

*Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna*, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

**BIB 29**

*Emília Viotti da Costa*, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

**BIB 30**

*José Sávio Leopoldi*, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lais Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

**BIB 31**

*Helena Hirata*, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

**BIB 32**

*Angela M. C. Araújo* e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Rammalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate"; *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

**BIB 33**

*Paulo Freire Vieira*, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil:

1980-1990"; *Guíta Grin Debert*, : Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

**BIB 34**

*Olavo Brasil de Lima Junior*, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

**BIB 35**

*Sérgio Adorno*, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais* e *Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth".

**BIB 36**

*Maria Ligia de Oliveira Barbosa*, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975".

**BIB 37**

*Fernando Limongi*, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro* e *Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

**BIB 38**

*Theodore Lowi*, "O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais"; *Julia Silvia Guivant*, "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia".

**BIB 39**

*Marta T. S. Arretche*, "Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas"; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe"; *Adélia Engrácia de Oliveira* e *Lourdes Gonçalves Furtado*, "As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia".

**BIB 40**

"Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória"; *Luiz Werneck Vianna*, *Maria Alice Rezende de Carvalho* e *Manuel Palacios Cunha Melo*, "As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa"; *Lás Abramo* e *Cecília Montero*, "A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos".

**BIB 41**

*Gustavo Sorá*, "Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt"; *Mario Grynszpan*, "A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada"; *Jorge Ventura de Moraes*, "Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical"; *Maria da Glória Bonelli* e *Silvana Donatoni*, "Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras".

**BIB 42**

*Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha*, "Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo"; *José Maurício Domingues*, "Evolução, História e Subjetividade Coletiva"; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, "A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica"; *Marco A. C. Cepik*, "Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana"; *Angela Alonso*, "De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro".

**BIB 43**

*Sérgio Costa*, "Categoria Analítica ou *Passé-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo"; *Eduardo C. Marques*, "Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos"; *Paulo J. Krischke*, "Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização".

**BIB 44**

*Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni*, "Depoimento de Darcy Ribeiro"; *Christina de Rezende Rubim*, "Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira"; *Gláucia Villas Bôas*, "A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão"; *Carlos Pereira*, "Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente"; *Flávia de Campos Mello*, "Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates".

**BIB 45**

*Eli Diniz*, "Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente"; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, "Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol"; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, "Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)"; *Lúcio Rennó*, "Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes".

**BIB 46**

*Julia S. Guivant*, "A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social"; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, "Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social"; *Aloísio Ruschinsky*, "Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos"; "Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, "Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior"; *José Vicente Tavares dos Santos*, "A Construção da Universidade Autônoma"; *Gilberto Velho*, "Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica"; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, "A ANDIFES e a Autonomia".

**BIB 47**

*Eduardo G. Noronha*, "A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho"; *Cecília Loreto Mariz*, "A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia"; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, "A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico"; *Jawdat Abu-El-Haj*, "O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica".

**BIB 48**

*Priscila Faulhaber*, "Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira"; *Fernanda Wanderley*, "Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia

Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura”; *Fabiola Robden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

**BIB 49**

*Licia Valladares e Roberto Kant de Lima*, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

**BIB 50**

*Marcus André Melo*, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

**BIB 51**

*Maria Hermínia Tavares de Almeida*, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuzza Cambráia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A

Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

**BIB 52**

*Ângela Maria Carneiro de Araújo*, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

**BIB 53**

*Gláucio Ary Dillon Soares*, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e doutores em Sociologia”.

**BIB 54**

*Maria Helena de Castro Santos*, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A medida das leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável”.

## NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, texto datilografado ou digitado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas), ou 6 mil palavras.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo e de palavras-chaves, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia impressa em papel, no formato padrão IBM-PC, de preferência no programa Word for Windows, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma – (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza

substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

### Crítérios bibliográficos

**Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ *título da obra em itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecode-senvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

**Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / “título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), “Elites agrárias, state-building e autoritarismo”. *Dados*, 25, 3: 275-96.

**Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / “título do capítulo entre aspas”

/VÍRGULA/ *in (em itálico)*/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ *título da coletânea, em itálico*/VÍRGULA/local da publicação/VÍRGULA/nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), “Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, in O. B. Lima & S. H. Abranches (org.), *As origens da crise*, São Paulo, Iuperj/Vértice.

**Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ *título da tese em itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

**O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.**

# Publicações ANPOCS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM  
CIÊNCIAS SOCIAIS

A **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)** existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB)** é uma publicação semestral que já conta com 54 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

### Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 50

Internacional: US\$ 70

### Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 30

Internacional: US\$ 60

### Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 70

Intenacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 818-4664 Fax: (011) 818-5043

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_





A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para mantermos a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à:

**Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**

Editoria da Revista BIB  
Universidade de São Paulo - USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar  
05508-900 São Paulo - SP